



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 670,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA		Ano
As três séries	Kz: 470 615,00
A 1.ª série	Kz: 277 900,00
A 2.ª série	Kz: 145 500,00
A 3.ª série	Kz: 115 470,00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

SUMÁRIO

COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.

BAMAKO — Construção Civil, Obras Públicas e Materiais de Construção, Limitada.

CONSTRUSOYO — Construção Civil, Limitada.

Agroair Service, Limitada.

V. M. Farma, Limitada.

General Future Trading, Limitada.

Ladisfil, Limitada.

Organizações Boaventura & Filhos, Limitada.

Organizações Antovitinha, Limitada.

Nvimpi, Limitada.

Carlos de Sousa & Filhos, Limitada.

Artsoft Bussiness Solutions, Limitada.

Colégio Astros do Saber, Limitada.

Nish Group, Limitada.

Benguela Deluxe, Limitada.

LÍDER AG — Corretora de Seguros, Limitada.

BKN (SU), Limitada.

Liopa, Limitada.

VANAN — Comércio Indústria e Representações, Limitada.

Tuafetika, Limitada.

International Management Standards — IMS, Limitada.

ANTÓNIO LOPES — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada.

C. E. G. O. R. & Filhos, Limitada.

KMD — Comércio Geral, Indústria e Prestação de Serviços, Limitada.

GARWM — Construções e Equipamentos, Limitada.

Silva e Silva, Limitada.

CONTICASH — Sociedade Grossista, Limitada.

Contidis, Limitada.

Chahin Company, Limitada.

H. S. S. T. & Filhos, Limitada.

OUR-FRIENDSHIP — Escola de Formação Profissional, Limitada.

MWANA NDOMBE — Comércio e Indústria, Limitada.

Ondaplanetária Angola, Limitada.

LUTANGOLA — Comércio e Indústria, Limitada.

Sofámania Indústria, Limitada.

B. STMN, Limitada.

Rectificação:

«SOCIEDADE VALE DO LONGA — Comércio e Indústria, Limitada».

«Angola Oil Company, S. A.».

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge.

«Jack Ross — Comercial».

«Pinto Banza Ezequiel».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«António Lukebakueno Nzinga».

«L. C. C. A. — Prestação de Serviços e Saneamento Básico».

«Óscar Major Damião Matias».

«Restaurante Bom Apetite Dimuanda».

«Organizações Rafael & Filhos».

«Domingos Nguinamau Chingue».

«Jean Omer Lekoundab».

«Mana Mena — Comercial».

«Luta Lusakueno Kiatoko».

«Tiago Manuel».

«Linda Darnell dos Santos Pinto de Andrade».

«Colégio e Centro de Formação Profissional Cefozéca».

«Augusta Filomena».

«Afonso Henriques Malopa».

«Cláudio — Comercial».

Loja dos Registos do KiLamba Kixi — Luanda.

«Victoria Alfredo Chihiluka Quiala».

«Garros Tala».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

«JONAS BERNARDO ANTÓNIO — Prestação de Serviços».

«G. A. D. S. R. — Prestação de Serviços».

«MARIA LUÍSA KANHEMA — Restaurante».

«JOSÉ JOÃO JUNDO — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».

«I. A. V. C. B. — Prestação de Serviços».

«A. M. B. C. — Hotelaria, Turismo e Prestação de Serviços».

«B. E. K. K. — Comércio a Retalho».

«EMANUEL SIMÃO DA SILVA — Comércio a Retalho».

«Silvano Domingos dos Santos».

«Mayamona Celina Paulino».

«Engrácia Policarpo da Silva — Prestação de Serviços».

«Adão Chitxiami — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».

«F. M. S. C. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».

«E. A. N. — Comércio a Retalho».

«F. V. J. G. — Prestação de Serviços».

«A. M. J. C. — Prestação de Serviços».

«RUI MARIA FERNANDO — Prestação de Serviços».

«M. J. S. M. M. — Comércio Geral».

«ARMANDO PAULO — Comércio a Retalho».

«GARCIA FLORIBERTO — Comércio a Retalho».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC.

«Isabel João Madeira».

«Luzolo Paulo António».

«Luzia Nzumba Domingos Pedro».

«Fernando Sindano».

«António Luís Yambi».

Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla.

«HESPISF — Comercial».

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico.

«António Amândio Filipe da Silva».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda 2.ª Secção Guiché Único — ANIFIL.

«C. N. G. F. — Prestação de Serviços e Comércio a Retalho».

Conservatória dos Registos do Uíge.

«Fernando Benigio José».

«Mambimbi Nsangu».

«Delfina Nêusa Tomé Manuel».

«R. M. J. — Comercial».

«Augusto da Silva Cassapa Trigo».

«Cristina Carla dos Santos Coxé».

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge.

«LIMA PRETO PESSA — Comércio Geral, Importação e Exportação Limitada».

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge — Posto do SIAC.

«Tola Mbiavanga, Limitada».

«Grupo Eliefer, Limitada».

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge — Posto do SIAC.

«Albertina Biyela».

«Wumba Ngoma».

«Seke Miguel».

«Nzambi Elisa Nzumba Afonso».

«Gilberto Luís da Silva Quicando».

«Alcino Bernabé Quifuta Saioso».

«Almeida António André».

«Mansanga Maria Manuel Kavua».

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga.

«Cesário Cuayunda — Comercial».

«M. C. G. — Comercial».

«Cornélio Trigo — Comercial».

«Donavi».

«Emanuel Vapor — Prestação de Serviços».

«G. J. A. C. — Prestação de Serviços».

«L. A. C. — Comercial».

«Rosário — Comercial».

«Alberto Camboc — Prestação de Serviços».

«Serafim Lukunde — Comercial».

«MARICHITEKE — Prestação de Serviços».

«JUMENDES — Prestação de Serviços».

«Bartolomeu Mosso — Comercial».

COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.

Certifico que, por escritura de 7 de Outubro de 2013, com início de folhas 18 a folhas 20 do livro de notas n.º 1-E, para escrituras de Associações e Cooperativas do Cartório Notarial da Comarca do Bié, perante mim Fernando André, licenciado em Direito, Notário do referido Cartório, compareceram:

Primeiro: — Gabriel da Fonseca Mituri, solteiro, natural de Quela, Província de Malanje, titular do Bilhete de Identidade n.º 001857287ME037, emitido aos 28 de Setembro de 2005, residente no Andulo, Presidente;

Segundo: — Francisco Morais, solteiro, natural de Milunga, Província do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 004608659UE043, emitido aos 3 de Novembro de 2009, residente no Andulo, Vice-Presidente;

Terceiro: — Filipe Muiove, solteiro, natural da Huíla, Província da Huíla, titular do Bilhete de Identidade n.º 001434191HA034, emitido aos 2 de Junho de 2010, residente em Benguela, no Bairro do Calohombo, Secretário.

Quarto: — Albertina Naquinda, solteira, natural de Andulo, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 001346504BE038, emitido aos 2 de Junho de 2004, residente no Andulo, Bairro Chivili, Vice-Secretária;

Quinto: — Leonardo Essuvo, solteiro, natural de Andulo, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 005617011BE047, emitido aos 18 de Junho de 2012, residente no Andulo, Técnico e Chefe de Produção;

Sexto: — Firmino Samba, solteiro, natural de Andulo, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 005101568BE040, emitido aos 25 de Abril de 2011, residente no Andulo, Boa Vista. Coordenador do Conselho Fiscal;

Sétimo: — Delfino Canganjo, solteiro, natural de Andulo, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 000440449BE033, emitido aos 30 de Julho de 2001, resi-

dente em Luanda, no Cacucaco, Bairro Quicolo, Adjunto do Conselho Fiscal;

Oitavo: — Matias Cambinda, solteiro, natural do Cuchi, Província do Cuando Cubango, titular do Bilhete de Identidade n.º 002240866CC038, emitido aos 19 de Julho de 2012, residente no Kuito, Bairro Chivili, Tesoureiro;

Nono: — Deolinda Eurico, solteira, natural de Catabola, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 002115530BE036, emitido aos 5 de Maio de 2011, residente no Kuito, Bairro Câmara, Primeira Vogal;

Décimo: — Augusto Chandala, solteiro, natural de Andulo, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 002116583BE033, emitido aos 20 de Abril de 2011, residente no Andulo, Bairro Massinde. Segundo Vogal;

Foi constituída entre eles uma Cooperativa sob a denominação «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.», com sede no Município do Andulo, Província do Bié.

Está conforme.

Cartório Notarial da Comarca do Bié, no Kuito, aos 7 de Outubro de 2013. — O notário, *ilegível*.

CAPÍTULO I**Denominação, Prazo de Duração, Sede, Área de Acção e Ano Social****ARTIGO 1.º****(Disposições Gerais)**

A cooperativa denomina-se «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, SCRL» é uma organização filantrópica não governamental, apartidária ou religiosa de carácter voluntário, constituído por todas as pessoas singulares ou colectiva empenhadas no desenvolvimento cultural e social da nação angolana.

ARTIGO 2.º**(Natureza jurídica)**

A «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, SCRL» é de âmbito nacional e tem a sua sede na Cidade do Andulo, Província do Bié, podendo abrir delegações em qualquer parte do País.

A «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, SCRL», pessoa colectiva dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

ARTIGO 3.º**(Composição e Legalização Antes da escritura pública)**

«COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social SCRL» é composta pelas pessoas que integram, residentes na comunidade a qual toma carácter local. Identificação de um negócio comum.

A assembleia de fundadores-eleição do Presidente e Secretário da Mesa.

Membros fundadores

Membros efectivos

Membros honorários

Membros beneméritos

Definição Membros Fundadores

São membros fundadores, aqueles que tenham subscrito a acta da proclamação da cooperativa e aprovado os presentes estatutos.

Membros Efectivos: — São os que forem admitidos na cooperativa e estejam em plenitude de gozo dos direitos.

Membros Honorários: — São as individualidades angolanas ou estrangeiras, quem a cooperativa reconheçam na forma relevante para o progresso da cooperativa ou realização dos seus fins.

Acta de constituição, elaboração de estatutos.

Tomada de posse dos titulares dos órgãos da cooperativa criada.

Apresentação da acta e dos estatutos ao cartório.

ARTIGO 4.º

(Do objecto)

A «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.», tem como objecto social:

Promover a formação profissional, generalizada e instrução escolar, sobretudo em áreas a que hoje apenas se dedicam pessoas com mais de quarenta anos devido a desmotivação que a prática de tais profissões cria nos nossos jovens, mas que são de vital importância para o desenvolvimento social.

Promoção e apoio às acções de desenvolvimento rural.

Promoção de Centro de Alfabetização para adultos nas áreas rurais e urbanas, distribuição da água potável no sistema de furações de água, construção de escolas, fomento a agricultura e desenvolvimento rural, plantação de árvores/meio ambiente, mobilização a lei de terra e direitos humanos.

Promoção de métodos educativos que permitam educar famílias de forma a ter melhor qualidade de vida, como seja a aceitação do planeamento familiar, noções de economia doméstica, dieta alimentar, saúde pública e VIH/SIDA.

Promover centro de recreação e interesse para as populações nas áreas rurais.

CAPÍTULO II

Dos Membros

ARTIGO 5.º

(Admissão de membros)

Podem ser membros da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.», pessoas nacionais ou estrangeiras residentes na Comunidade do Kuito que aceitem os estatutos.

ARTIGO 6.º

(Categoria dos membros)

Os membros da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, SCRL» podem ter as seguintes categorias:

Membros Beneméritos

1. São Membros Beneméritos aqueles que concordem com donativos valiosos para o cofre da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.».

2. Esta qualidade será proposta pela comissão directiva a Assembleia Geral que decidirá.

ARTIGO 7.º

(Condição de admissão de membros)

1. O pedido deve ser formulado por escrito e acompanhado de uma proposta por pelo menos três membros, em pleno gozo de seus direitos.

2. A admissão será decidida pelo Conselho de Direcção e submetida à notificação da Assembleia Geral.

3. Da recusa de admissão cabe recursos para a Assembleia Geral que se realizará após a decisão. O recurso poderá ser posto quer pelo candidato rejeitado, quer pelos subscritores da proposta da admissão.

ARTIGO 8.º

(Deveres dos membros)

São deveres dos membros a «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.».

Dentre outros os seguintes:

- a) Eleger e ser eleitos para os órgãos sociais;
- b) Participar nas actividades da cooperativa;
- c) Propor a admissão de novos membros, nos termos dos presentes estatutos, assim como medidas tendentes ao seu funcionamento;
- d) Contribuir para o bom funcionamento da cooperativa;
- e) Conhecer e cumprir os estatutos e regulamentos internos bem como as orientações dinâmicas pelos órgãos superiores;
- f) Desempenhar com zelo e dedicação as funções para as quais for eleito ou indicado;
- g) O pagamento pontualmente das jóias e quota devida.

ARTIGO 9.º

(Direito dos Membros)

Os membros da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.», têm os seguintes direitos:

Participar nas Assembleias Gerais da cooperativa.

Eleger e ser eleito para os cargos de direcção.

Ter direito, a todos os serviços, benefícios e outros bens conferidos pela Cooperativa. Os membros honorários gozam de todos os direitos enumerados no artigo anterior com excepção do disposto na alínea a).

ARTIGO 10.º

(Perda de qualidade de membros)

1. A qualidade de membros perde-se nas seguintes condições:

- Por demissão
- Por exclusão
- Por dissolução

2. O regulamento interno definirá as modalidades do cumprimento do ponto.

3. Os membros da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.» podem solicitar a sua demissão por escrito, por carta dirigida ao Presidente da Direcção sem prejuízo pelo cumprimento das suas obrigações.

CAPÍTULO III

Do Património e Fundos

1. O património da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.» é formado por todos os bens existentes no acto da sua constituição e pelos que vierem a ser adquiridos, devendo em cada ano ser actualizado o respectivo inventário.

2. A proveniência e utilização dos fundos serão estabelecidas no regulamento interno.

ARTIGO 11.º

«Do capital social»

A «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.» tem como capital social Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas).

CAPÍTULO IV

Dos Órgãos Sociais

SECÇÃO I

Princípios Gerais

ARTIGO 12.º

(Órgãos Sociais)

Os órgãos da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.» São:

- Assembleia Geral
- Mesa da Assembleia Geral
- Direcção Executiva
- Conselho Fiscal.

SECÇÃO II

Assembleia Geral

ARTIGO 13.º

(Definição da Assembleia Geral)

A Assembleia é o órgão supremo da «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.», sendo um presidente, um vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro, técnico e chefe de produção, coordenador do Conselho Fiscal e seu adjunto, 1.º e 2.º vogais.

1. E é constituída por todos os membros em pleno gozo dos seus direitos.

2. As suas decisões tomadas de harmonia com os presentes estatutos, são de cumprimento obrigatório por todos os membros e reúnem-se ordinariamente uma vez por ano.

SECÇÃO III

Da Direcção Executiva

ARTIGO 14.º

1. A Direcção é o Órgão Executivo e de implementação das actividades da cooperativa e é dirigida por presidente.

2. A Direcção Executiva é eleita pela Assembleia Geral, por um período de 4 anos podendo ser eleito por mais mandatos.

3. A direcção executiva é composta por 3 membros, sendo um presidente, um, vice-presidente da cooperativa.

4. O Presidente da Direcção Executiva é o Presidente da Cooperativa.

5. As deliberações da Direcção Executiva são tomadas por maior simples dos votos.

SECÇÃO IV

Conselho Fiscal

ARTIGO 15.º

(Obrigações)

1. O Conselho Fiscal é o órgão encarregue de valores pelo cumprimento das disposições do estatutos, regularmente e do património da cooperativa.

2. O Conselho Fiscal é composto por 3 membros sendo, um presidente, um vice-presidente e um secretario.

SECÇÃO V

Das Assinaturas

ARTIGO 16.º

(Obrigações)

1. Para obrigar a cooperativa, são necessárias assinaturas sendo a do presidente e do responsável pela administração e finanças essenciais e do vice-presidente como complementar.

2. No caso de expediente é suficiente a assinatura de um dos membros da Direcção.

ARTIGO 17.º

(Da Dissolução)

A «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progressão Social, S. C. R. L.», a dissolve-se.

1. Por fim do objectivo ou impossibilidade insuperável prossecução.

2. Por deliberação da Assembleia Geral sobre votos de pelo menos 3 quatros dos membros efectivos e fundadores em pleno gozo de seus direitos. No caso dissolução da cooperativa de assembleia definirá o destino do património e designará uma comissão liquidatária para o efeito.

ARTIGO 18.º
(Dos Símbolos)

1. A «COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.», tem como símbolos uns emblemas aprovados pela Assembleia Geral e são utilizados de acordo o regulamento interno.

ARTIGO 19.º
(Dúvida e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação deste estatuto serão resolvidas pela Assembleia Geral e demais legislação aplicável.

ARTIGO 20.º
(Dos Símbolos)

São símbolos da C. A. S. C. D. P. P. S., S. C. R. L.

A sigla, «A COOPERATIVA AGRÍCOLA — Solidária Com Desenvolvimento, Paz e Progresso Social, S. C. R. L.», a denominação da cooperativa é a «C. A. S. C. D. P. P. S., S. C. R. L.».

«C. A. S. C. D. P. P. S.» significa que:

- C — Cooperativa
- A — Agrícola
- S — Solidária
- C. — Com
- D — Desenvolvimento
- P — Paz
- P — Progresso
- S — Social.

(14-6035-L13)

**BAMAKO — Construção Civil, Obras Públicas e
Materiais de Construção, Limitada**

Certifico que, com início a folhas 14, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Alteração parcial do pacto social na sociedade «BAMAKO — Construção Civil, Obras Públicas e Materiais de Construção, Limitada».

No dia 16 de Setembro de 2014, nesta Cidade de Luanda, e no 5.º Cartório Notarial, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido Cartório, compareceram como outorgante:

João Carlos Barradas, natural de Andulo, Província do Bié, titular do Bilhete de Identidade n.º 000620201BE033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 16 de Agosto de 2007, e Maria Emília Ambrósio Barradas, natural do Libolo, Província de Kwanza-Sul, titular do Bilhete de Identidade n.º 000046243KS011, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 5 de Agosto de 2008, ambos casados sob o regime de comunhão de adquiridos e residentes habitualmente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro de Maianga, Rua Amílcar Cabral, n.º 129.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos seus mencionados documentos, e por eles foi dito:

Que ambos são os actuais e únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de «BAMAKO — Construção Civil, Obras Públicas e Materiais de Construção, Limitada», com sede em Luanda, na Rua Ferraz Bomboco, n.º 22, constituída por escritura de 9 de Fevereiro de 1994, lavrada com início a folhas 35, verso, do competente Livro n.º 443-A, do 4.º Cartório Notarial de Luanda, e alterada por escritura de 13 de Setembro de 2005, lavrada com início a folhas 36, do competente Livro n.º 917-E, do 1.º Cartório Notarial de Luanda, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 65014/1994, com o NIF 5401130457, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo:

Uma no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio João Carlos Barradas; e

Uma no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Maria Emília Ambrósio Barradas;

Que, pela presente escritura, e dando cumprimento ao que foi deliberado em acta da reunião da Assembleia Geral Extraordinária, realizada na sede da referida sociedade, de comum acordo, alteram o corpo do artigo 2.º do pacto social da aludida sociedade que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 2.º

O seu objecto social é o exercício de prestação de serviços nos diversos ramos de construção civil, obras públicas, materiais de construção, fabricação e transformação de materiais de construção, fiscalização e projectos de obras públicas, pesquisa, exploração e comercialização de diamantes, prospecção, exploração, comercialização de petróleo e seus derivados, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Acta atrás identificada;
- b) Certidão de Registo Comercial, emitida pela Conservatória de Registo Comercial de Luanda, datada de 5 de Dezembro de 2013.

Aos outorgantes, e na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial de Luanda, em Luanda, aos 18 de Setembro de 2014. — A Notária-Adjunta, *Eva Ruth Soares Caracol*.

(14-17213-L07)

CONSTRUSOYO — Construção Civil, Limitada

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0011.140903 em 3 de Setembro de 2014;
- c) Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada «CONSTRUSOYO — Construção Civil, Limitada», com o NIF 5417131024, registada sob o n.º 2011.110;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«CONSTRUSOYO — Construção Civil, Limitada»;

Identificação Fiscal: 5417131024;

AP.2/25 de Maio de 2011

Contrato de sociedade denominado:

«CONSTRUSOYO — Construção Civil, Limitada».

Sede: Zaire, Município do Soyo, Bairro Porto Comercial, casa s/n.º

Objecto: Construção civil e obras públicas, engenharia civil, fiscalização de obras, prestação de serviços, venda de material de construção, comércio geral, a grosso e a retalho, transporte, agro-pecuária e pescas, agricultura, exploração mineira e importação e exportação.

Capital: Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas).

Sócios e quotas:

1. Saldanha Domingos, casado, residente no Complexo 102, Casa n.º 66, Bairro Kilamba Kiaxi, Luanda, portador do Bilhete de Identidade n.º 000172801LA014, com a quota no valor nominal de Kz: 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil kwanzas);

2. José Correia de Matos Dias, solteiro, maior, residente na Rua Che Guevara, n.º 95, Zona 8, Bairro Makulusso, com a quota no valor nominal de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas).

Gerência e administração:

A nomear em Assembleia Geral.

Forma de obrigar: Por duas assinaturas.

Anotação. 20 de Junho de 2014

Extratação feita do Livro C-1, a folhas 3, versos, a 64 e do livro E -1, a folhas 84, versos, a 85.

AP.2/2 de Setembro de 2014 Averbamento

Em tempo ressalva-se o nome do primeiro sócio: Garcia Saldanha Domingos, casado com Emília de Andrade Francisco Domingos, sob o regime de comunhão de adquiridos.

AP.1/3 de Setembro de 2014

Cessão de quota

Quota cedida: Kz: 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil kwanzas).

Cedente: Garcia Saldanha Domingos, por renúncia, que se aparta definitivamente da sociedade.

Cessionários:

1. José Correia Matos Dias, uma quota de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas).

2. Alice Maria Esperanço Martinho Batina, uma quota de Kz: 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil kwanzas).

AP.7/3 de Setembro de 2014

Divisão, Cessão de quotas, admissão de novo sócio

Admissão de novo sócio por cessão e cedência de uma quota no valor de 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil kwanzas), do sócio Garcia Saldanha Domingos à sócia Alice Maria Esperanço Martinho Batina.

AP.8/3 de Setembro de 2014

Alteração parcial do pacto social

Artigo alterado: 4.º

ARTIGO 4.º

Capital: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas).

sócios e quotas:

1. José Correia Matos Dias, com quota no valor nominal de Kz: 800.000,00 (oitocentos mil kwanzas).

2. Alice Maria Esperanço Martinho Batina, casada com Dinis Teixeira Batina, sob o regime de comunhão geral de bens, natural de Lamego-Portugal, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, Município e Bairro da Maianga, Rua António Barroso, n.º 18, com quota no valor nominal de Kz: 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil kwanzas).

AP.9/3 de Setembro de 2014

Renúncia:

Renúncia de gerência do sócio Garcia Saldanha Domingos, datada de 5 de Novembro de 2012.

O Conservador-Adjunto, Álvaro Lusimana José

AP.10/3 de Setembro de 2014

Unificação:

Unificação das quotas de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas) e de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), pertencente a José Correia Matos Dias, numa de Kz: 800.000,00 (oitocentos mil kwanzas).

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Loja dos Registos de Mbanza Congo, aos 3 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17220-L07)

Agroair Service, Limitada

Certifico que, com início a folhas 60/61, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1, do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura da sociedade comercial denominada «Agroair Service, Limitada», do teor anexo.

No dia 18 de Junho do ano de 2009, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Ana Patrice Coelho de Freitas Nunes, Notária-Adjunta, em exercício por impedimento da Notária se encontrar em licença disciplinar, compareceu como outorgante:

Salvador Gomes Cordeiro, casado com Joana Domingas Cordeiro, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Município da Ingombota e Bairro Maculusso, Rua Rei Katiavala, n.º 118, 7.º andar, Apartamento 44, titular do Bilhete de Identidade n.º 000013735BA029, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Angola, em Luanda, 1 de Dezembro de 2006, que outorga neste acto por si individualmente e como sócio-gerente da sociedade comercial denominada «INTERAUSTRAL — Imobiliária, Limitada, com sede em Luanda, no Município de Viana, Quarteirão-F5, Casa n.º 45, titular do número de Identificação Fiscal 5419001861;

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação, bem como certifico a qualidade e a suficiência de poderes do mesmo para o presente acto em face dos documentos que menciono e arquivo e por ele foi dito:

Que, pela presente escritura, constitui entre si e a sua representada uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Agroair Service, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Viana, Quarteirão F-3, Casa n.º 45, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País;

Que a referida sociedade tem como capital social Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente à sócia «INTERAUSTRAL — Imobiliária, Limitada» e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Salvador Gomes Cordeiro;

A sociedade tem como objecto social, o previsto no artigo 2.º do seu estatuto, e rege-se-á pelos artigos constantes do documento complementar, elaborado em separado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura;

Assim o disse e outorgou;

Instruem este acto:

- a) Documento Complementar a que atrás se faz referência assinado pelo outorgante e por mim Notária-Adjunta;
- b) Certificado de Admissibilidade, passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 29 de Maio de 2009;

c) Comprovativo do depósito efectuado no Banco BAI, aos 8 de Junho de 2009 que prova a realização do capital social;

d) Certidão de escritura da sobredita sociedade emitida pelo 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda aos 9 de Fevereiro de 2009;

e) Certidão de Registo Comercial da mencionada emitida pela Conservatória de Registo Comercial, aos 2 de Março de 2009.

Ao outorgante e na presença do mesmo, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de noventa dias.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, 18 de Junho de 2009. — A notária-adjunta, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE AGROAIR SERVICE, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Agroair Service, Limitada», tem a sua sede no município de Viana, quarteirão F-3, Casa n.º 45, Província de Luanda, podendo mudá-la para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir sucursais ou outra forma de representação onde mais convenha aos negócios sociais.

2.º

O objecto social é a prestação de serviços e trabalhos aéreos, táxi aéreo, voos executivos, publicitários, turísticos e desportivos, manutenção de aeronaves e escola de aviação, representação e comercialização de materiais e equipamentos agrícolas, fertilizantes e pesticidas, importação e exportação de produtos agrícolas.

3.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando o início para todos os fins legais a partir da presente escritura:

4.º

O capital social é de kz: (oitenta mil kwanzas) totalmente realizado em dinheiro, dividido por 2 (duas) quotas:

Uma de valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio «Interaustral imobiliária, Limitada», e outra quota de valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Salvador Gomes Cordeiro, respectivamente.

§Único: — Para o desenvolvimento do capital social, poderá o capital ser aumentado uma ou mais vezes, sendo o aumento dividido na proporção da quota de cada sócio ou na forma como vier a ser acordado.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer mediante os juros e nas condições que estipularem.

6.º

A cessão de quotas é livre, mas quando feita a favor de terceiros fica dependente do consentimento da sociedade a qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se dela não fizer uso.

7.º

1. A gerência e a administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, serão exercidas pelo sócio Salvador Gomes Cordeiro que fica desde já nomeado gerente com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O nomeado gerente poderá delegar no outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, mediante procuração.

3. Em caso algum a sociedade poderá ser obrigada a actos e operações de interesse alheio, nomeadamente em avals, fianças, abonações, ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais quando a lei prescreva outras formalidades serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios pela via mais rápida com 15 (quinze) dias de antecedência.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 30% (trinta por cento) do fundo legal, quando devido a quaisquer outras percentagens para fundos de destino especiais em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários, à liquidação e à partilha procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor oferecer em igualdade de condições.

12.º

No caso omissio, regularão as disposições da Lei das Sociedades Comerciais em vigor.

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, n.º 1/97, de 17 de Janeiro, referente à escritura lavrada no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 17 de Junho 2009, a folhas 60/61, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 18 de Junho de 2009. — A notária-adjunta, *ilegível*.

(14-17221-L07)

V. M. Farma, Limitada

Certifico que, com início a folhas 17, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «V. M. Farma, Limitada».

No dia 23 de Setembro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Bruno Edjair Neves Faria, solteiro, maior, natural da Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, na Casa n.º 7, Bairro Ecocampo, Distrito Urbano da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000406895HO035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 4 de Setembro de 2013;

Segundo: — Odete Marília Teixeira Neves Faria, viúva, natural de Catchiungo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, na Casa n.º 7, Bairro Ecocampo, Distrito Urbano da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000519843HO036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 29 de Maio de 2013;

Terceiro: — Victor Hariany Neves Faria, solteiro, maior, natural da Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, na Casa n.º 7, Zona 3, Bairro Ecocampo, Distrito Urbano da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000406890HO030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 6 de Julho de 2011;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «V. M. Farma, Limitada», com sede em Luanda, Bairro Samba, Casa n.º 7, Vila Ecocampo, Distrito Urbano do Sambizanga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

Que, a dita sociedade tem por objecto social, o estipulado no artigo 3.º do seu estatuto e possui o capital social no valor de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente

realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil kwanzas) pertencente ao sócio Bruno Edjair Neves Faria, e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 33.000,00 (trinta e três mil kwanzas), pertencentes a cada um deles, os sócios Odete Marília Teixeira Neves Faria e Victor Hariany Neves Faria, respectivamente.

Que a sociedade, ora constituída reger-se-á, pelos estatutos, que são constantes de um documento complementar, dos quais constam todos os elementos essenciais legalmente exigidos, elaborado em separado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência assinado pelos outorgantes e por mim notária-adjunta;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, 13 de Agosto de 2014;
- c) Comprovativo do depósito efectuado no Banco BIC, aos 18 de Setembro de 2014.

Aos outorgantes e na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

A Notária-Adjunta, *Eva Ruth Soares Caracol*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE V. M. FARMA, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «V. M. Farma, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Bairro Samba, Casa 7, Vila Ecocampo, Distrito Urbano da Samba, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação em território nacional ou estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da escritura.

3.º

A sociedade tem por objecto a gestão e exploração de farmácias, de importação, exportação, e distribuição a grosso, de medicamentos de uso humano e veterinários incluindo medicamentos contendo substâncias psicotrópicos e ou estupefacientes, que se encontram sujeitas à legislação

especial bem como de dispositivos médicos, nomeadamente os instrumentos e material médico-cirúrgico, equipamentos hospitalares, produtos destinados à higiene e profilaxia, produtos dietéticos, plantas medicinais e artigos de perfumaria, de óptica e acústica médicas e de prótese em geral, assim como produtos de fitossanidade, nomeadamente pesticidas e de produtos ortopédicos, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitidos por lei.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil kwanzas) pertencente ao sócio Bruno Edjair Neves Faria e duas quotas iguais do valor nominal de Kz: 33.000,00 (trinta e três mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Odete Marília Teixeira Neves Faria e Victor Hariany Neves Faria.

§Único: — O capital social poderá ser aumentado por determinação das sócias e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier acordar.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

6.º

A cessão de quotas entre sócios é livre, porém, quando feita a pessoas estranhas à sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital social.

7.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Bruno Edjair Neves Faria que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio gerente poderá delegar nos outros sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas ou

bilhetes postais registados, dirigidos aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência, da data prevista para a sua realização.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um a que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado aos sócios que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

12.º

No omissio regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 24 de Setembro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17228-L07)

General Future Trading, Limitada

Certifico que, com início a folhas 18, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «General Future Trading, Limitada».

No dia 23 de Setembro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Reis Daniel Matias Augusto, solteiro, maior, natural da Gabela - Amboim, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Benfica, casa s/n.º, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade

n.º 000619260KS035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 11 de Janeiro de 2011, que outorga por si individualmente, em nome e em representação de sua filha menor Vanessa Daniela Francisco Augusto de 1 ano de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, e consigo convivente;

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura, constitui entre ele e a sua representada, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «General Future Trading, Limitada», com sede em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica-Partido, Rua 21 de Janeiro, casa s/n.º, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação no território nacional ou no estrangeiro.

Que a sociedade tem por objecto o estipulado no artigo 3.º do estatuto e possui o capital social no montante de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas sendo uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (Noventa Mil Kwanzas), pertencente ao sócio Reis Daniel Matias Augusto e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Yanessa Daniela Francisco Augusto.

A sociedade reger-se-á pelo respectivo estatuto que faz parte integrante da presente escritura e que é um documento elaborado em separado, nos termos e ao abrigo do disposto na Lei n.º 1/97 de 17 de Janeiro — Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que o outorgante declara ter lido, tendo perfeito conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem o acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência assinado pelo outorgante e por mim notária-adjunta;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em Luanda, aos 8 de Setembro de 2014;
- c) Comprovativo de depósito de capital social efectuado no Banco BCI, S. A., aos 11 de Setembro de 2014;

Ao outorgante e na presença do mesmo, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

A Notária-Adjunta, *Eva R. S. Caracol*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE GENERAL FUTURE TRADING, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «General Future Trading, Limitada», tem a sua sede na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica-Partido, Rua 21 de Janeiro, casa s/n.º, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação no território nacional ou no estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da escritura.

3.º

A sociedade tem por objecto social, exercício do comércio geral, por grosso e a retalho, prestação de serviços de higiene, limpeza, desinfestação geral e limpeza auto, indústria, pesca, agricultura e pecuária, hotelaria, turismo, informática, telecomunicações, assistência técnica de elevadores, manutenção, comercialização de elevadores, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, venda de materiais de construção civil, perfumaria, educação e ensino universitário, churrascaria, farmácia, prestação de serviços, comercialização de produtos hospitalares, plastificação de documentos, organização de festas, realização de eventos, creche e atl, salão de cabeleireiro, boutique, bijuterias, artigos domésticos, agência de viagem, imobiliária, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gelo, lanchonete, obras públicas, agro-pecuária, projecto de exploração mineira, diamantes, ouro, ferro, rochas ornamentais, areia, burgau, minas, venda e compra de diamantes, exploração de electricidade, florestal, comercialização de telefones, transportes, camionagem, rent-a-car, compra e venda e de viaturas novas e usadas, fábrica de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, óleos, estação de serviços, centro médico e clínica geral, venda de material escolar e de escritório, decorações, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

§Único: — Para prossecução do seu objecto social, a sociedade poderá agrupar-se com outras sociedades ou empresas nacionais ou estrangeiras com objectos similares e de acordo com a lei.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Reis Daniel Matias Augusto e outra do valor nomi-

nal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Yanessa Daniela Francisco Augusto.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante os juros e nas condições que estipularem.

6.º

A cessão de quotas entre sócios é livre, porém, quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, a qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e de fora dele, activa ou passivamente será exercida pelo sócio Reis Daniel Matias Augusto, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá delegar noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade todos ou alguns dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, avales, abonações ou documentos semelhantes, respondendo por perdas e danos aquele que infringir esta cláusula.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades por meio de cartas ou bilhetes postais registados, dirigidos aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência, da data prevista para a sua realização.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem, para o fundo de reserva legal quando devida a quaisquer outra percentagem para fundos ou destinos especiais, criados em Assembleia Geral, serão repartidos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá pela morte ou interdição de qualquer dos sócios continuando a sua existência com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que, a todos represente enquanto a quota estiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

12.º

No omissso regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 24 de Setembro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17230-L07)

Ladisfil, Limitada

José Rodrigues Vieira, Notário do Cartório Notarial da Comarca do Moxico, a meu cargo.

Certifico que, neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas n.º 61, de folhas 6 a 7 verso, se encontra exarada a escritura do seguinte teor:

Constituição de sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de «Ladisfil, Limitada», com sede no Luena, Moxico.

No dia 1 de Abril de 2014, nesta Cidade do Luena e no Cartório Notarial da Comarca do Moxico, perante mim José Rodrigues Vieira, Notário da mesma Comarca, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Celso Filomeno Linguenhe Salomão, casado, natural do Luena, Província do Moxico, titular do Bilhete de Identidade número, um milhão, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa e oito MO zero trinta e três, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 7 de Fevereiro de 2014, residente em Luanda, Avenida 4 de Fevereiro Edifício 1, Bairro Coqueiros, Município da Ingombota;

Segundo: — Ladislau Próspero Yeta Pinto, solteiro, maior, natural do Luena, Província do Moxico, titular do Bilhete de Identidade número, um milhão, setecentos e treze mil, novecentos e oitenta e dois MO zero trinta e um, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 20 de Março de 2012, residente em Luanda, Rua 11, casa sem número, Zona 6, Bairro Cassenda, Município da Maianga;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos já mencionados documentos.

E, disseram os outorgantes:

Que, pela presente escritura e de acordo comum, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade

limitada denominada «Ladisfil, Limitada», com sede social no Luena, Moxico, com o capital social de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), constituído e representado por duas quotas iguais e no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), sendo uma de cada um dos sócios;

Que a sociedade tem como objecto social o exercício de comércio geral por grosso e a retalho, construção civil e fiscalização de obras públicas, exploração mineira ou artesanal de todo o tipo de inertes, agro-pecuária, apicultura, piscicultura, silvicultura, consultoria de projectos, *rent-a-car*, estação de serviços, venda de combustível, lubrificantes inclusive gás butano, exploração de madeira, hotelaria e turismo, indústria pesada e ligeira, transporte de passageiros e mercadorias de longo e médio cursos, transportes aéreos, marítimos, agente despachante, transitários, cabotagem, cosméticos, prestação de serviços, representações comerciais e industriais, agência de viagem, imobiliário, relações públicas, desporto e recreação, video clube, jardinagem, limpeza e higiene, educação, ensino e saúde, segurança de bens patrimoniais, colégio, creches, escola de condução, importação e exportação e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei de Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, n.º 1/97, de 17 de Janeiro do mesmo ano, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram de o terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo para instrução do acto os seguintes documentos:

- Documento complementar a que atrás se fez alusão, rubricado e assinado pelos outorgantes e por mim, notário;
- Certificado de admissibilidade passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 25 de Março do ano em curso.

Adverti os outorgantes que o registo deste acto deve ser requerido no prazo de 3 meses, a conta desta data.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos feita a explicação do seu conteúdo e efeitos tudo em voz alta.

Assinados: Celso Filomeno Linguenhe Salomão e Ladislau Próspero Yeta Pinto. — O Notário: José Rodrigues Vieira.

Conta registada sob o n.º 20 (rubricado). — Rodrigues. — Caderneta n.º 369 (rubricado) Rodrigues.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Comarca do Moxico, no Luena, aos 9 de Abril de 2014. — O Notário, *José Rodrigues Vieira*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE LADISFIL, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Ladisfil, Limitada», tem a sua sede social na Cidade do Luena, Moxico, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou outras

formas de representação onde e quando as circunstâncias permitirem.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início para todos os efeitos legais, contar-se-á a partir da data da celebração da presente escritura.

3.º

O seu objecto social é o exercício do comércio geral por grosso e a retalho, construção civil e fiscalização de obras públicas, exploração mineira ou artesanal de todo o tipo de inertes, agro-pecuária, apicultura, piscicultura, silvicultura, consultoria de projectos, *rent-a-car*, estação de serviço, venda de combustível, lubrificantes inclusive gás butano, exploração de madeira, hotelaria e turismo, indústria pesada e ligeira, transporte de passageiros e mercadorias de longo e médio cursos, transportes aéreo, marítimo, agente despachante, transitários, cabotagem, cosméticos, prestação de serviços, representações comerciais e industriais, agência de viagens, imobiliário, relações públicas, desporto e recreação, vídeo clube, jardinagem, limpeza e higiene, educação, ensino e saúde segurança de bens patrimoniais, colégios, creches, escola de condução, importação e exportação, podendo no entanto dedicar-se ao exercício de outros ramos, desde que seja permitido por lei.

4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), constituído e representado por duas quotas desiguais assim discriminadas: quota do sócio Celso Filomeno Linguenhe Salomão no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) e outra no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio Ladislau Próspero Yeta Pinto.

5.º

Não poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer o suprimento de que ela carecer, mediante os juros e condições de reembolso que estipularem.

6.º

Fica autorizada a cessão de quotas entre sócios, mas quando feita a terceiros, para além da sociedade gozar do direito de preferência, depende sempre do seu consentimento. Não usando a sociedade do seu direito de preferência, este competirá aos sócios e, querendo-a mais do que uma quota será dividida.

7.º

1. A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, será exercida pelo sócio Celso Filomeno Linguenhe Salomão, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, sendo sempre necessária a sua assinatura obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá delegar no outro sócio ou pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes, conferindo-lhe para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Fica expressamente vedado ao sócio gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios e expedida pela via mais rápida, com pelo menos 15 dias de antecedência. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilatação suficiente para ele poder comparecer.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de reduzida a percentagem de dez por cento para o fundo de reserva legal, quando devido e quaisquer outras percentagens para fundos especiais, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

10.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado até 31 de Dezembro a que disser respeito, devendo estar aprovado e assinado até fins de Março do exercício imediato.

11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente ou capaz e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo e se um dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação de pagamentos do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

13.º

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado no Foro da Comarca do Moxico, com expressa renúncia a qualquer outro.

14.º

No omissis, regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação que lhe seja aplicável.

(14-17231-L07)

Organizações Boaventura & Filhos, Limitada

Certifico que, com início à folha 11 à 12 do livro de notas para escrituras diversas n.º 5-B-2, Serie, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Organizações Boaventura & Filhos, Limitada».

No 10 dia de Setembro de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Boa Ventura Domingos Tulo Bunga, casado com Egílda Morais Joquim Bunga, sob o regime de bens adquiridos, natural de Bungo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Precol, Casa n.º 22, Distrito Urbano do Rangel, Zona 15, titular do Bilhete de Identidade n.º 000359882UE031, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 13 de Maio de 2014, com o número de Identificação Fiscal 100359882UE0311.

Segundo: — Joana Tulu, solteira, maior, natural de Bungo, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Candombe Velho, Casa n.º 39, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 004866972UE043, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 10 de Setembro de 2010, com o Número de Identificação Fiscal 104866972UE0432.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade acima referidos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada por «Organizações Boaventura & Filhos, Limitada», tem a sede social no Bairro Candombe Velho, casa s/n.º, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Boa Ventura Domingos Tulo Bunga, e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Joana Tulu, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;

b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — Uíge, aos 23 de Julho de 2014;

c) Comprovativo do depósito da realização do capital social;

d) Certidão de casamento.

Fiz aos outorgantes em voz alta, na presença simultânea de ambos a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: Boa Ventura Domingos Tulo Bunga e Joana Tulu.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, aos 10 de Setembro de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES BOAVENTURA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «Organizações Boaventura & Filhos, Limitada» e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Bairro Candombe Velho, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir, ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar, delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social, o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, transportes públicos e urbanos, análise de projectos de investimentos, *rent-a-car*, venda de viaturas novas e de ocasião e seus acessórios, agência de viagens, agro-pecuária e agricultura, cafetaria, gráfica e impressão, musica e artes, venda de alumínio, informática, telecomunicações, comercialização de lubrificantes, exploração de bombas

de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos Farmacêuticos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, formação e ensino, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamento complementares de empresas, bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Boa Ventura Domingos Tulo Bunga, e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Joana Tulu, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de Sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócio Boa Ventura Domingos Tulo Bunga, que dispensada de caução fica desde já nomeada gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas a Sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação devera ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

2. Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se à 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para os fundos ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com o sobrevivente e capaz e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo, com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia à qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17271-L12)

Organizações Antovitinha, Limitada

Certifico que, com início a folha 19 a 20, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, B-2.ª Serie, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas «Organizações Antovitinha, Limitada».

No dia 25 de Julho de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estevão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — António Kinavuidi Bula Siafumo, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Popular n.º 1, Casa s/n.º, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 002503719UE038, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 16 de Dezembro de 2011, com o Número de Identificação Fiscal 102503719UE0388;

Segundo: — Mavitidi Teresa Bula Siafumo, solteira, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Neves Bendinha, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, titular do Bilhete de Identidade n.º 004619576UE040, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 31 de Janeiro de 2014, com o Número de Identificação Fiscal 104619576UE0402;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade acima referidos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada por «Organizações Antovitinha, Limitada», tem a sede social no Bairro Popular n.º 1, Rua Herói Felgas, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada, pertencentes aos sócios António Kinavuidi Bula Siafumo e Mavitidi Teresa Bula Siafumo, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no SIAC — Uíge, aos 17 de Julho de 2014;
- Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, na presença simultânea de ambos a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: António Kinavuidi Bula Siafumo e Mavitidi Teresa Bula Siafumo.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da do Uíge, no Uíge, aos 25 de Julho de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama e Estevão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ORGANIZAÇÕES ANTOVITINHA, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «Organizações Antovitinha, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Bairro Popular n.º 1, Rua Herói Felgas, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar, delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social, o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas, instalações de sistemas de seguranças de incêndio, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes públicos e urbanos, análise de projectos de investimentos, agente despachante e transitários, *rent-a-car*, venda de viaturas novas e de ocasião e seus acessórios, aluguer de viaturas com

ou sem condutor, escola de condução, agência de viagens, agro-pecuária, agricultura e avicultura, cafeteria, gráfica e impressão, música e artes, venda de alumínio, informática, telecomunicações, publicidade, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material cirúrgico, gastável e hospitalares, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, creche, educação, ensino e cultura, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamento complementares de empresas, bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada, pertencentes aos sócios António Kinavuidi Bula Siafumo e Mavitidi Teresa Bula Siafumo, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de Sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º (Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, será exercida por ambos os sócios, que dispensados de caução ficam desde já nomeados gerentes, bastando uma assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas a sociedade, mediante a procuração

para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º (Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal-Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º (Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação devera ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º (Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se à 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para fundos ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º (Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com o sobrevivo e capaz e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º (Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia à qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17276-L12)

Nvimpi, Limitada

Certifico que, com início de folha 13 à 14 do livro de notas para escrituras diversas n.º 5B-2.ª série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas, «Nvimpi, Limitada»

No dia 11 de Setembro de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeira: — Maria Fátima, solteira, maior, natural do Namibe, Província do Namibe, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Ingombota, Rua Rainha Ginga n.º 169, 8.º J, Município da Ingombota, titular do Bilhete de Identidade n.º 000037849NE024, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Namibe, aos 6 de Junho de 2007;

Segunda: — Mircia Suca do Carmo Dembi, solteira, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Ingombota, Rua Rainha Ginga n.º 169, 9.º APD, Município da Ingombota, titular do Bilhete de Identidade n.º 000106799HO028, emitido pelo Departamento de Identificação Civil e Criminal do Huambo, aos 3 de Dezembro de 2009;

Verifiquei a identidade das outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por elas foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por, «Nvimpi, Limitada», tem a sede social no Bairro Quindenuco, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas diferentes, assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente à sócia Maria Fátima e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia, Mircia Suca do Carmo Dembi, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e se regerá pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 17 de Julho de 2014;
- Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, e na presença de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de noventa dias a contar de hoje.

Assinaturas de: Maria Fátima e Mircia Suca do Carmo Dembi.

É Certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 11 de Setembro de 2014. — O Notário, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
NVIMPI, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Nvimpi, Limitada», tem a sede social no Bairro Quindenuco, casa s/n.º, Município e Província do Uíge, podendo ser transferida para outro local, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da celebração da escritura pública.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

O objecto social é o exercício de comércio geral, a grosso e retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria, máquinas, equipamentos e motores, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de mobiliários e imobiliários, análise de projectos de investimento, cedência de mão-de-obra em todas as áreas, construção civil e obras públicas, comercialização de materiais de construção, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de segurança de incêndio, vídeo-vigilância, projectos arquitectónico e de fiscalização de obras, transportes marítimos, públicos, privados e urbanos, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, venda e aluguer de viaturas e seus acessórios, mecânica auto, estação de serviços, escola de condução e ensino, agência de viagens,

pesca, agro-pecuária, agricultura, indústria, informática e telecomunicações, publicidade e marketing, venda de (combustíveis, lubrificantes e outros derivados do petróleo), venda de (material gastável, e hospitalar, produtos químicos, equipamento de escritório e escolar), centro médico e farmácia, clínica geral, salão de beleza, boutique, perfumaria, estética, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, representações comerciais, gestão de participações, fitness club e educação física, desporto e recreação, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços, verde e jardinagem, exploração mineira e florestal, segurança de bens patrimoniais, creche, saneamento básico, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio industrial em que os sócios acordarem ou seja permitido por lei.

§Único: — Mediante prévia autorização das sócias, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedade com mesmos objectos sociais ou diferentes, ou exclusivamente como sociedade de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas diferentes, assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente à sócia Maria Fátima e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia, Mircia Suca do Carmo Dembi, respectivamente.

A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de Sócios participar no capital de outras sociedades e promover a constituição de novas empresas.

ARTIGO 5.º
(Aumento de capital social)

O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócia ou na forma como acordarem.

ARTIGO 6.º
(Cessão)

A cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente de consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º
(Prestações suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas as sócias poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 8.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação, em todos os seus actos e contratos, em

juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócia, Maria Fátima, que dispensada de caução, fica desde já nomeada gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

ARTIGO 9.º
(Fiscalização e Assembleias Gerais)

A sociedade pode deliberar a eleição de um, Fiscal-Único ou de um outro suplente, por período de dois anos.

As Assembleias Gerais serão convocadas, dirigidas às sócias pelo menos 15 dias de antecedência.

Se qualquer um das sócias estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer ou fazer-se representar. A sócia-gerente poderá delegar a um dos sócios ou pessoa estranha à sociedade mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

ARTIGO 10.º
(Lucros líquidos)

Os lucros líquidos apurado, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para os fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral serão devolvidos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 11.º
(Mortes ou interdição de sócios)

A assembleia não se dissolverá por morte ou interdição de quaisquer das sócias, continuando com os sobrevivente ou capazes e os herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO 12.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas serão liquidatárias, à liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º
(Ano social)

Os anos sociais são os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Uíge, com a expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No Omisso regularão às disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(14-17285-L12)

Carlos de Sousa & Filhos, Limitada

Certifico, que com início de folha 9 a 10 do Livro de Notas para Escrituras diversas n.º 5B-2.ª série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas «Carlos de Sousa & Filhos, Limitada».

No dia 9 do de Setembro de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Carlos João Coxí de Sousa, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Rocha Pinto, Casa n.º 37, Município da Maianga, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 000159227UE034, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 21 de Outubro de 2009, com o Número de Identificação Fiscal 100159227UE0342, que outorga este acto por si e em representação de seus filhos menores Adilson Miranda Tomás, natural do Uíge, nascido aos 6 de Dezembro de 2005, Evânia Miranda Tomás, natural do Uíge, nascida aos 6 de Dezembro de 2005 e Leandro Miranda Tomás, natural do Uíge, nascido aos 6 de Setembro de 2007.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do Bilhete de Identidade acima referido.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura, constitui entre si e os seus representados uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada por, «Carlos de Sousa & Filhos, Limitada», tem a sede Social no Bairro Quigima, Município e Província do Uíge, Zona 1, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro (4) quotas assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Carlos João Coxí de Sousa, e outras três (3) quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) cada, pertencentes aos sócios Adilson Miranda Tomás, Evânia Miranda Tomás e Leandro Miranda Tomás, respectivamente;

Que a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do número dois do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e

que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de Admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, 1 de Julho de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz ao outorgante em voz alta, e na sua presença a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de noventa dias a contar de hoje.

Assinatura de Carlos João Coxí de Sousa.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, aos 9 de Setembro de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
CARLOS DE SOUSA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «Carlos de Sousa & Filhos, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Bairro Quigima, Município e Província do Uíge, Zona 1, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma Província ou Província limítrofe, bem como criar, delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas e comunicações, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, camionagem, transportes, *rent-a-car*, venda de viaturas e seus acessórios, escola de condução, agência de viagens, agro-pecuária e agricultura, informática, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de

serviços, venda de produtos farmacêuticos, gastável e hospitalar, centro médico, clínica geral, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, botequim, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, realizações de actividades culturais e desportivas, casa de música, saneamento básico, creche, educação e ensino, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, permitida a participação da sociedade em agrupamento complementares de empresas bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

1. O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro (4) quotas assim sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Carlos João Coxi de Sousa, e outras três (3) quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), cada, pertencentes aos sócios Adilson Miranda Tomás, Evânia Miranda Tomás e Leandro Miranda Tomás, respectivamente.

2. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral dos sócios, participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

3. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Carlos João Coxi de Sousa, que dispensada de caução fica desde já nomeada gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas à sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, trinta dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

2. Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anuais a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17300-L12)

Artsoft Bussiness Solutions, Limitada

Cessão de quotas e alteração parcial do pacto social da sociedade «Artsoft Bussiness Solutions, Limitada».

Certifico que, por escritura de 8 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 38, do livro de notas para escrituras diversas n.º 227-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, compareceu como outorgante:

Carlos Manuel Clemente Lemos, solteiro, maior, natural de Portugal, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, no Condomínio Vila Sol, Lote n.º 43, no Distrito Urbano da Samba, que outorga neste acto por si individualmente e como mandatário da sociedade «GESTINFOR (ANGOLA) — Gestão e Informática, Limitada», com sede em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 12, 6.º andar, A, titular do Número de Identificação Fiscal 5401143770.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação, bem como certifico a qualidade e suficiência de poderes em que o mesmo intervém neste acto, conforme os documentos que menciono e no final arquivo.

Declara o mesmo:

Que ele e a sua representada são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas denominada «Artsoft Bussiness Solutions, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Condomínio Vila Sol, Casa n.º 43, constituída por escritura datada de 22 de Maio de 2014, com início, a folhas 56, verso, a folhas 57, do livro de notas para escrituras diversas n.º 309, deste Cartório Notário; alterada por escritura datada de 24 de Abril de 2014, com início a folhas 36, do livro de notas para escrituras diversas n.º 352, com o capital social de Kz: 1.000.000,00 (um milhão kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas), pertencente ao sócio Carlos Manuel Clemente Lemos, e outra no valor nominal de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil de kwanzas), pertencente à sócia «GESTINFOR (ANGOLA) — Gestão e Informática, Limitada»;

Que, pela presente escritura e de acordo com o mandato que lhe foi conferido, o outorgante, baseando-se na acta de deliberação datada de 25 de Setembro de 2014, divide a sua quota em duas, sendo a primeira no valor nominal

de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), que cede a sua representada e outra no valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) que reserva para si.

O outorgante, no uso dos poderes a si conferidos, aceita a cessão de quota feita a favor da sua representada, nos precisos termos exarados, e unifica-a com a quota que a mesma já detinha na sociedade, passando a ter a quota única no valor nominal de Kz: 50.000,00 (quinhentos mil kwanzas).

Em função dos actos praticados, altera-se a redacção dos artigos 2.º e 5.º do pacto social, que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 2.º

O capital social é de Kz: 1.000.000,00, (um milhão de kwanzas), correspondente a USD 10.000,00 (dez mil dólares americanos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas quotas), distribuídas do seguinte modo:

a) Uma quota no valor de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), equivalente a USD 5.000,00 (cinco mil dólares americanos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital social, pertencente ao Carlos Manuel Clemente Lemos;

b) Outra quota no valor de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) equivalente a USD 5.000,00 (cinco mil dólares americanos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital social, pertencente à sociedade «GESTINFOR (ANGOLA) — Gestão e Informática, Limitada».

ARTIGO 5.º

1. A gerência e administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, com ou sem remuneração, incumbe ao Carlos Manuel Clemente Lemos.

2. Para que a sociedade fique validamente obrigada é necessária a assinatura de (um) gerente.

Declara ainda o outorgante que continuam firmes e válidas as demais disposições do pacto social não alteradas pela presente escritura.

Assim o disse e outorgou.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17314-L02)

Colégio Astros do Saber, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 83, do livro de notas para escrituras diversas n.º 374, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Tomás Adriano Mateus, casado com Eugénia Manuela Alberto Mateus, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Neves Bendinha, Rua de Almeida, Casa n.ºs 30/32;

Segundo: — Eugénia Manuela Alberto Mateus, casada com o primeiro outorgante sob o regime acima mencionado, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Neves Bendinha, Rua de Almeida, Casa n.ºs 30/32;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE COLÉGIO ASTROS DO SABER, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Colégio Astros do Saber, Limitada» com sede em Luanda no Bairro da Sapu, r/c, s/n.º, Município de Belas, podendo transferi-las livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social consiste no exercício da educação e ensino, atl, papelaria, livraria, actividades culturais, recreativas e desportivas, *cyber* café, consultoria, segurança privada, formação técnico profissional, construção civil e obras públicas, comércio geral a grosso e a retalho, educação e formação profissional, saúde, indústria, hotelaria e turismo, consultoria, modas e confecções, segurança privada, serviços de protecção, prestação de serviços, montagem e fabricação de equipamentos eléctricos de alta média e baixa tensão, topografia e geodesia, sistema de informação geográfica (s.i.g.), informática, assistência técnica, agricultura, agro-pecuária, pescas, transportes, transitários, compra e venda de viaturas, geradores, venda de combustíveis e lubrificantes, farmácia e decorações, salão de cabeleireiro, botequim, agência de viagens, telecomunicações, imobiliária, cabotagem, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, representações comerciais, venda de gás de cozinha, exploração mineira e florestal, educação, saúde, actividades recreativas e culturais, promoção de espectáculos, jardinagem, importação e

exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Tomás Adriano Mateus, e a outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) pertencente à sócia Eugénia Manuela Alberto Mateus, respectivamente.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier a acordar.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a ambos os sócios, sendo necessárias 2 (duas) assinaturas dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 12.º

(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º

(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 14.º

(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º

(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 16.º

(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17321-L02)

Nish Group, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 31 do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Ndjamilá Hilifavale Borges Africano, solteira, maior, natural de Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Ferraz Bomboco, Casa n.ºs 39/41;

Segundo: — Iracema Josefa Borges Africano e Rocha, casada com Vangrico da Silva e Rocha, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Major Karthangulo, Rua 5, Sector 9, Quarteirão 1;

Terceiro: — Heidimauro Katila de Carvalho Borges Africano, solteira, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Ferraz Bomboco, Casa n.º 39/41, que outorga neste acto por si individualmente e

como mandatária da Sibilina Maria de Carvalho Borges Africano, casada com António Francisco Africano, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Ferraz Bomboco, Casa n.º 39/41;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme,

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
NISH GROUP, LIMITADA

CAPÍTULO I

ARTIGO 1.º

A sociedade é constituída sob o tipo de sociedade por quota de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «Nish Group, Limitada».

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem a sua sede em Luanda, na Rua Ferraz Bomboco, n.º 39/41, Bairro Alvalade, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda.

2. A sociedade poderá deslocar a sede social para qualquer outro local, bem como criar ou encerrar sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos e limites prescritos nas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços de engenharia e consultoria a indústria mineira e extractiva, comércio, maquinaria e ferramentas para a indústria mineira, assistência técnica, formação técnico-profissional, comércio de produtos médico-sanitários e gastáveis, imagiologia e equipamentos diversos, construção civil e obras públicas, comércio a grosso e retalho, indústria, exploração florestal e agro-pecuária, transportes e telecomunicações, pescas, hotelaria e turismo, promoção de eventos, diversão e entretenimento, representações de marcas, importação e exportação, podendo entretanto dedicar-se a quaisquer outras actividades comerciais ou industriais, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

2. A sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, aceitar ou adquirir, sem limites, participações, ou de qualquer forma colaborar com outras sociedades, mesmo que reguladas por lei especial, com objecto igual ou diferente do seu e/ou em agrupamento de empresa e/ou em associações sob qualquer forma não proibida por lei, bem como participar, directa ou indirectamente, em projectos de desenvolvimento que de alguma forma concorram para o objecto social da sociedade.

ARTIGO 4.º

A existência jurídica da sociedade conta-se a partir da data da escritura de constituição e a sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 5.º

1. O capital social é de Kz: 100.000 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Ndjamila Hilifavale Borges Africano, Iracema Joseja Borges Africano e Rocha, Heidimaura Katila de Carvalho Borges Africano e Sibilina Maria de Carvalho Borges Africano, respectivamente.

2. O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, conforme deliberação da Assembleia Geral e na proporção das suas quotas ou na forma como se vier a acordar.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, diferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete a 2 (duas) gerentes a serem eleitas pela Assembleia Geral, dispensadas de caução, bastando 2 (duas) assinaturas conjuntas para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar outra sócia ou pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Compete à Assembleia Geral decidir sobre a remuneração das gerentes.

4. Em caso algum a sociedade poderá ser obrigada em actos ou operações de interesse alheio, nomeadamente em letras de favor, avals, fianças e actos semelhantes e estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 8.º

1. As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com 30 (trinta) dias de antecedência no mínimo, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação;

2. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que ele possa comparecer.

ARTIGO 9.º

As deliberações para alteração do pacto social, incluindo do regime inicial da gerência e de vinculação da sociedade, só podem ser tomadas por maioria qualificada.

ARTIGO 10.º
(Suplementos)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas as sócias poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 11.º
(Cessão)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, quando devida e quaisquer outras percentagens para fundos ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estas nomear um que a todas represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias ou nos demais casos legais, todas serão liquidatárias, seguindo a tramitação legalmente tipificada na Lei das Sociedades Comerciais, bem como nos diplomas que lhe são aplicáveis.

ARTIGO 14.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 15.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 16.º

O ano social coincide com o ano civil, devendo, pelo menos, ser apresentado um balanço anual para apuramento dos resultados, fazendo referência a 31 de Dezembro de cada ano devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 17.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17325-L02)

Benguela Deluxe, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 42 do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Dulce Magda Alonso Henriques Cruz, casada com Carlos José de Oliveira Henriques Cruz, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Benguela, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua António Castilho, n.º 91;

Segundo: — Maria da Conceição Gourgel do Amaral, solteira, maior, natural de Benguela, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Valódia, Rua Custódio Bento de Azevedo, n.º 1;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE BENGUELA DELUXE, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Benguela Deluxe, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Robert Shield, Casa n.º 11, Município de Luanda, Bairro Ingombota, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, consultoria, formação profissional, comércio geral a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínio, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, padaria,

geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Dulce Magda Alonso Henriques Cruz e Maria da Conceição Gourgel do Amaral, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Maria da Conceição Gourgel do Amaral, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar numa das sócias ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17340-L02)

LÍDER AG — Corretora de Seguros, Limitada

Aumento do capital social, admissão de novos sócios e alteração parcial do pacto social da sociedade «LÍDER AG — Corretora de Seguros, Limitada».

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 9, do livro de notas para escrituras diversas n.º 228-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo da Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, realizaram alteração ao pacto:

Primeiro: — Manuel Jamba Raimundo, divorciado, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Marechal Broz Tito, n.º 54, 5.º andar, Apartamento H;

Segundo: — Adriano Correia Gomes, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua da Missão, Casa n.º 316;

Terceiro: — Manuel Duarte Varela, casado com Maria da Conceição Falcão Soares Varela, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rei Katyavala, n.º 6, 3.º andar, Apartamento 6;

Quarto: — Madaleno do Rosário da Costa e Silva, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Fernão de Sousa, n.º 55, 1.º andar, Apartamento C;

Declaram os mesmos que, o primeiro e segundo outorgantes são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «LÍDER AG — Corretora de Seguros, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro dos Coqueiros, Largo do Atlético, Prédio n.º 20, 3.º andar, Apartamento B, constituída por escritura pública datada de 4 de Julho de 2013, lavrada com início a folhas 71, do livro de notas para escrituras diversas n.º 315, deste Cartório Notarial, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, sob o n.º 2128-13, titular do Número de Identificação Fiscal 5417230847, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Manuel Jamba Raimundo e Adriano Correia Gomes, respectivamente.

Que, pela presente escritura e conforme deliberado por acta de Assembleia Geral datada de 24 de Setembro de 2014, os actuais sócios aumentam o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) para Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), sendo o valor do aumento de Kz: 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil kwanzas), valor este que já deu entrada na caixa da sociedade, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido pelos sócios da seguinte forma:

O primeiro outorgante unifica a quota que já detinha na sociedade no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), com a quota que subscreve no valor nominal de Kz: 900.000,00 (novecentos mil kwanzas), passando a deter uma quota no valor nominal de Kz: 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil kwanzas);

O segundo outorgante unifica a quota que já detinha na sociedade no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), com a quota que subscreve no valor nominal de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), passando a deter uma quota no valor nominal de Kz: 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil kwanzas);

O terceiro e quarto outorgantes subscrevem cada um, uma quota no valor nominal de Kz: 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil kwanzas);

Que, o terceiro e quarto outorgantes, aceitam as referidas participações sociais nos precisos termos exarados e são admitidos desta forma como sócios.

Em função dos actos praticados altera-se a redacção do artigo 4.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Manuel Jamba Raimundo e três quotas iguais no valor nominal de Kz: 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Adriano Correia Gomes, Manuel Duarte Varela e Madaleno do Rosário da Costa e Silva, respectivamente.

Declararam ainda os mesmos que mantêm-se firmes e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17343-L02)

BKN (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gambôa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, Carlos de Jesus Paulo Baptista, casado com Elsa Cristina Polícarpo Baptista, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro do Rangel, Rua Rubra, Casa n.º 17, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «BKN (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.850/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE BKN (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «BKN (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Quicombo, Casa n.º 12, Bairro São Paulo, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, podendo trans-

feri-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a cadência temporária de pessoal, agência de recrutamento, selecção e colocação de pessoal, exploração florestal, transformação de madeira, recolha, tratamento, reciclagem e transformação de lixo, comércio geral por grosso e retalho, prestação de serviços, consultoria, indústria, pescas, agro-pecuária, hotelaria e turismo informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis e imóveis, material de frio, modas e confecções, plastificação e encadernação de documentos, transportes marítimo aéreo e terrestre, transitário, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião, aluguer de com ou sem condutor, transporte de passageiros ou de mercadorias, estafeta motorizado, oficina auto e frio, venda de material de escritório e escolar, salão de beleza, estética e: cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo iluminante e lubrificantes, de medicamentos, material hospitalar cirúrgico, gastável, produtos químicos, farmácias, centro médico, clínica de especialidade, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens e turismo, mediação e intermediação imobiliária e de negócios, relações públicas, pastelaria e panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativo e desportivos, exploração mineira, exploração de bombas de combustível ou estação de serviços, representações comerciais e industriais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, colégios, escolas de línguas, educação e ensino, cultura, exploração dos serviços de corretagem de afretamentos de navios, corretagem de compra e venda de navios e afins, gás natural e refinado, sua exploração, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio-único acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único, Carlos de Jesus Paulo Baptista.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17352-L02)

Liopa, Limitada

Certidão composta de 3 folha, que está conforme o original e foi extraído de folhas 8 a 10 do livro de notas para escrituras diversas deste Cartório 214-C.

Cartório Notarial da Comarca da Huíla, no Lubango, aos 31 de Julho de 2014.

No dia 31 de Julho de 2014, nesta cidade do Lubango, e no Cartório Notarial da Comarca da Huíla, a meu cargo, perante mim, Luís Tavares Monteiro de Carvalho, Licenciado em Direito, Notário do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Paulo José Pio, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, titular do Bilhete de Identidade n.º 000522063HA033, emitido pelo Arquivo de Identificação Nacional em Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2013, Contribuinte Fiscal n.º 100522063HA0332, intervém no presente acto em seu nome e em representação do seu filho menor Luan Miguel Figueiredo Pio, solteiro, natural de Almada - Portugal, todos residentes no Lubango.

Verifiquei e certifico a identidade do outorgante em face do seu mencionado documento pessoal, bem como a qualidade em que intervém em face do artigo 138.º do Código da Família, do que dou fé.

E, por ele outorgante, em seu nome e em nome do representado foi dito:

Que encontrando-se em pleno acordo decidiram constituir e efectivamente pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que será regida pelas cláusulas e condições constantes da articulação seguinte:

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
LIOPÁ, LIMITADA**

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Liopa, Limitada», e terá a sua sede no Município do Lubango, Província da Huíla, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, dentro do território nacional ou no estrangeiro, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

2.º

É constituída por tempo indeterminado, mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

3.º

O seu objecto social é o comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, transporte público de carga e de passageiros, *rent-a-car*, agência de viagens, venda de viaturas e seus acessórios, serviços de segurança, recauchutagem, indústria, agro-pecuária, hotelaria e turismo, construção civil e obras públicas, contabilidade, consultoria e auditoria, gestão imobiliária, serviços de limpeza, extracção de rochas e minerais, informática, panificação, comercialização de pescado e seus derivados, terraplanagem, saneamento básico, importação e exportação podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou de indústria, desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei.

4.º

O seu capital social é da quantia de Kz: 100.000.00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, repre-

sentado e dividido em 2 (duas) quotas da seguinte maneira: uma quota do valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Paulo José Pio e uma quota do valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Luan Miguel Figueiredo Pio.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios no todo ou em parte é livre mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade a qual é sempre reservado o direito de preferência deferido ao outro sócio se aquela dele não quiser fazer uso.

6.º

1. A gerência e a administração da sociedade em todos os seus actos e contratos bem como a sua representação em juízo e fora dele activa e passivamente serão exercidas pelo sócio, Paulo José Pio, que desde já fica nomeado gerente com dispensa de caução, sendo suficiente a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente na sua ausência ou impedimento poderá no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência ao outro sócio quando este atingir a maioridade ou em pessoas estranhas à sociedade, devendo para o efeito outorgar o necessário instrumento legal.

3. Fica expressamente proibido ao sócio obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

7.º

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, devendo continuar a sua existência jurídica com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

8.º

As Assembleias Gerais quando a lei não prescrever outras formalidades serão convocadas por meio de cartas registadas, e dirigidas aos sócios com pelo menos trinta dias de antecedência. Se porventura qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para permitir a sua comparência.

9.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até ao dia 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

10.º

Os lucros líquidos serão apurados em cada balanço depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de

reserva legal e outras percentagens que forem criadas em Assembleia Geral. O remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos quando os houver.

11.º

Para resolverem todas as questões emergentes e atinentes ao presente contrato, estipulam o Foro do Juízo da Comarca da Huíla, com expressa renúncia a qualquer outro.

12.º

No omisso regularão as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro e demais disposições aplicáveis vigentes e a vigorar no País.

Assim o disseram e outorgaram.

Instrui ao acto o Certificado de Admissibilidade, passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 25 de Setembro de 2013.

Foi lida em voz alta e clara a presente escritura, explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença dos outorgantes, os quais assinam comigo Notário.

Adverti ao outorgante que deverá proceder ao registo do presente acto na conservatória competente no prazo de 90 dias.

(14-17377-L01)

VANAN — Comércio Indústria e Representações, Limitada

Certifico que, com início a folhas a 60 do livro de notas para escrituras diversas n.º 98-B do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Divisão, cessão de quotas, admissão de novo sócio e alteração parcial do pacto social na sociedade «VANAN — Comércio Indústria e Representações, Limitada».

No dia 10 de Setembro do ano de 2014, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, perante mim, o Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Joffre Van-Dúnem Júnior, casado com Ana Lúcia da Silva Wanderley Van-Dúnem, sob o regime de comunhão geral de bens, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Praia do Bispo, Rua Dr. António Agostinho Neto n.º 38 1.º E, portador do Bilhete de Identidade n.º 000250802LA013, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2010;

Segundo: — Ana Lúcia da Silva Wanderley Van-Dúnem, casada com o primeiro outorgante, de nacionalidade brasileira, natural do Porto Velho, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Praia do Bispo, Rua Dr. António Agostinho Neto n.º 38

1.º-E, portadora do Passaporte n.º YA005296, emitido pelas Autoridades do Brasil, aos 6 de Abril de 2010 e da Autorização de Residência n.º 0002454B07, emitido pelos Serviços de Migração e Estrangeiros, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2013, e

Terceiro: — Newton de Lorena Neia, casado com Vera Lúcia da Silva Wanderley Neia, sob o regime de separação de bens, nacionalidade brasileira, natural de Florai, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Kinanga, Rua Dr. António Agostinho Neto n.º 38, portador do Passaporte n.º FE856631, emitido aos 8 de Novembro de 2011 e da Autorização de Residência n.º 0004594A03, emitido pelos Serviços de Migração e Estrangeiros, em Luanda, aos 16 de Julho de 2014.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos.

Pelo primeiro e segunda outorgantes foi dito:

Que, a presente data são os actuais e únicos sócios da sociedade comercial de direito angolano denominada «VANAN — Comércio Indústria e Representações, Limitada»;

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede social em Luanda, na Rua da Praia do Bispo n.º 38, constituída por escritura de 20 de Março de 1996, lavrada com início a folhas 60, do livro de notas para escrituras diversas n.º 917-A, deste Cartório Notarial, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 1996.44, Contribuinte Fiscal n.º 5401026633, com o capital social de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, distribuídas da forma seguinte:

Uma quota no valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) pertencente ao sócio, Joffre Van-Dúnem Júnior, representativa de 50% do capital social;

Outra quota de valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), pertencente à sócia, Ana Lúcia da Silva Wanderley Van-Dúnem, representativa de 50% do capital social.

Pela segunda outorgante foi dito:

Que, pela presente escritura, e conforme as deliberações constantes da acta da Assembleia Geral Extraordinária, realizada na sua sede social aos 18 de Agosto de 2014, ela detentora de uma quota liberada de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), com expresse consentimento da sociedade divide a sua mencionada quota em 2 (duas) novas, sendo uma no valor nominal de Kz: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil kwanzas), que reserva para si mesma, e outra quota de valor nominal de Kz: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil kwanzas), que cede pelo seu valor nominal, ao terceiro-outorgante, Newton de Lorena Neia, que é deste modo admitido como novo sócio, que esta quota está livre de penhor, encargos ou quaisquer outras responsabilidades e foi cedida pelo seu respectivo valor nominal, já recebido,

pelo que, dá as cessões por efectuadas e a correspondente quitação.

Pelo terceiro outorgante foi dito:

Que, como cessionário, aceita a referida cessão, nos seus exactos termos.

Pelos outorgantes foi dito:

Que, sendo agora eles os actuais e únicos sócios, de comum acordo, e em consequência dos actos precedentes, alteram parcialmente o pacto social da sociedade «VANAN — Comércio Indústria e Representações, Limitada», no seu artigo 4.º que passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo:

Uma quota de valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), equivalente a 50% do capital social pertencente ao sócio Joffre Van-Dúnem Júnior, e outras duas quotas de igual valor nominal de Kz: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil kwanzas) cada uma, equivalente a 25% do capital social pertencente aos sócios, Ana Lúcia da Silva Wanderley Van-Dúnem e Newton de Lorena Neia, respectivamente.

Finalmente disseram os outorgantes que se mantêm válidas e inalteradas as restantes cláusulas dos estatutos da sociedade.

Instruem este acto:

- a) Certidão do Registo Comercial da sociedade;
- b) Acta da sociedade;
- c) *Diário da República*;
- d) Certidão Notarial da escritura pública da última alteração.

Em voz alta e na presença dos outorgantes fiz a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo e adverti aos mesmos, que este acto deve ser registado no prazo de 90 dias.

O Notário, *Amorbela Vinevala Paulino Sitôngua*.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme ao original.

1.º Cartório Notarial de Luanda, em Luanda, aos 22 de Setembro de 2014. — A Ajudante, *Luzia Maria J. Quiteque Zamba*.
(14-18168-L01)

Tuafetika, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 46, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Coimbra Domingos Fernandes dos Santos, solteiro, maior, natural de Calandula, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Coelho, Casa n.º 33;

Segundo: — Rui Tadeu da Silva, solteiro, maior, natural de Viana, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Zango 4, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE TUAFETIKA, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação «Tuafetika, Limitada», sito em Luanda, Município de Viana, Bairro do Coelho, Viana, Casa n.º 38, podendo ser transferida por outro local, bem como abrir filiais, sucursais ou qualquer outra espécie de representação dentro do território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O seu objectivo social é o exercício do comércio a grosso e à retalho, prestação de serviços, desinfestação, saneamento básico (limpeza de fossas) recolha de lixo em condomínio e edifícios, manutenção de geradores, manutenção de ar condicionado, entrega de combustível, abastecimento de água potável, jardinagem, electricidade, aluguer de viaturas para transporte de imóveis e diversos, indústria e telecomunicação, agro-pecuária, construção civil, informática, exploração, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade legalmente permitida pela lei.

3.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da celebração da presente escritura.

4.º

O capital Social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro dividido e representado por duas quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Coimbra Domingos Fernandes dos Santos e Rui Tadeu da Silva, respectivamente.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer a sociedade, os suprimentos

de que ela necessitar mediante os juros e nas condições que estipularem.

6.º

A cessão de quotas total ou parcial entre sócios é livre, mas quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, a qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a qual dele não quiser fazer uso.

7.º

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelos dois (2) sócios, Coimbra Domingos Fernandes dos Santos e Rui Tadeu da Silva, que desde já ficam nomeados gerentes com dispensa de caução, bastando as assinaturas dos gerentes para obrigar a sociedade.

1. O gerente poderá delegar no outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência conferindo para efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais, serão convocadas, quando a lei não prescrever outras formalidades, por cartas registadas e dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência. Se qualquer um deles estiver reconhecidamente ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com pelo menos sessenta dias de antecedência, para que o mesmo possa comparecer ou fazer-se representar.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

12.º

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado, o Foro da Comarca de Luanda com expressa renúncia a qualquer outro.

13.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-17341-L02)

International Management Standards — IMS, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 44, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Nuno Miguel Dias Dinis, divorciado, natural de Lisboa-Portugal, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Rua Comandante Kwenha, n.º 253, 1.º C;

Segundo: — Rosa Maria de Oliveira Neves, divorciada, natural de Quibaxe, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Comandante Kwenha, n.º 253, 1.º C;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ÉSTATUTO DA SOCIEDADE INTERNATIONAL MANAGEMENT STANDARDS — JMS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede social)

A sociedade adopta a denominação de «International Management Standards — IMS, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Comandante Kwenha, n.º 253, 1.º C, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

A sociedade tem por objecto social o exercício da actividade de consultoria, auditoria e formação, comércio geral, indústria, representações, prestação de serviços, importação, exportação e serviços de manutenção, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Outros ramos de actividade)

A sociedade pode, por simples deliberação dos sócios, associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, franquias, reguladas ou não por leis especiais, novas sociedades, consórcios e associações em participação, mesmo que o objecto destas sociedade, coincida ou não, no todo ou em parte, com o da mesma.

ARTIGO 5.º

(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente aos sócios Nuno Miguel Dias Dinis e Rosa Maria de Oliveira Neves, respectivamente.

ARTIGO 6.º

(Cessão de quotas)

1. A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livre.
2. A cessão a favor de estranhos depende sempre do consentimento prévio da sociedade, que terá sempre direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

(Amortização de quotas)

1. A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:
 - a) Por acordo com o respectivo titular;
 - b) Se a quota for cedida a não sócios sem prévio consentimento da sociedade;
 - c) Se a quota for penhorada, arrolada, arrestada, incluída na massa falida ou, em geral, apreendida judicialmente ou administrativamente, ou ainda na eminência destas situações;
 - d) Se o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
 - e) Se o titular da quota ou do seu representante lesar por actos ou omissões, os interesses da sociedade nomeadamente o crédito ou a reputação da mesma perante o público, fornecedores ou banca;
 - f) No caso de insolvência, falência ou dissolução do titular;

g) Quando por liquidação ou partilha, a quota for adjudicada a quem não for sócio;

h) Por exoneração ou exclusão de um sócio.

2. A decisão de amortizar as quotas da sociedade será tomada em reunião da Assembleia Geral, convocada para o efeito e a realizar até 60 dias após qualquer gerente ter tido conhecimento do facto que permite a amortização.

3. Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure do balanço e que posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou alguns sócios, ou a terceiros.

4. Salvo acordo em contrário, ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

ARTIGO 8.º

(Gerência e representação)

1. A gerência da sociedade e a sua representação será exercida pelo sócio Nuno Miguel Dias Dinis, que desde já é nomeado gerente com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Salvo disposição legal em contrário, os sócios podem designar procuradores ou mandatários para a gerência da sociedade, para tal os sócios deverão deliberar a substituição, ocupando o substituto o cargo até ao momento em que o sócio gerente reassuma o exercício das suas funções.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 9.º

(Prestações suplementares, suprimentos e acessórios)

1. A sociedade pode exigir aos sócios prestações, suplementares de capital, desde que deliberado por maioria simples, até ao montante igual a dez vezes o valor do capital social à data da deliberação, sendo a data e forma de restituição fixadas em Assembleia Geral, que delibere o reembolso.

2. Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer nas condições de retribuição e reembolso que forem deliberadas e fixadas em Assembleia Geral e em conformidade com o disposto nos artigos n.ºs 269.º a 2-1.º da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º

(Dissolução da sociedade)

1. A sociedade não se dissolverá por morte, interdição ou inabilitação de quaisquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes, os herdeiros do falecido, ou representante legal do interdito ou inabilitado.

2. Enquanto a quota estiver indivisa, deverão os herdeiros nomear um que a todos represente.

3. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos mais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como acordarem.

4. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais serão convocadas por email dirigidas aos sócios, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 12.º

(Lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 13.º

(Comarca)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º

(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º

(Disposições aplicáveis)

Nos casos omissos regularão as deliberações sociais tomadas em Assembleia Geral, as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17357-L02)

ANTÓNIO LOPES — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 54, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Manuel dos Santos Lopes, solteiro, maior, natural de Pombal-Portugal, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Bom Jesus, rua s/n.º, casa s/n.º;

Segundo: — José Domingos Francisco, solteiro, maior, natural de Cangandala, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel, Rua 62, Casa n.º 176, Zona 9;

Terceiro: — Daniel Pedro João, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente no Município de Viana, Bairro Complexo do Kikuxi, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ANTÓNIO LOPES — COMÉRCIO GERAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «ANTÓNIO LOPES — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, ao longo da Estrada Luanda/Caxito, casa s/n.º, ao lado do Bom Jesus, Município de Icolo e Bengo, Bairro Bom Jesus, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, construção civil e obras públicas, saneamento básico, transportes terrestres de passageiros e mercadorias, pastelaria e panificação, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio António Manuel dos Santos Lopes, outra quota no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente ao sócio José Domingos Francisco e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Daniel Pedro João, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio António Manuel dos Santos Lopes, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17497-L02)

C. E. G. O. R. & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 14 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 93, do livro de notas para escrituras diversas n.º 374, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Carla Esmeralda Gregório de Oliveira Rodrigues, casada com Adérito Rodrigues, sob o regime de comunhão adquiridos, natural do Chitato, Província da Lunda-Norte, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Largo de Ambaca, Casa 15;

Segundo: — Adérito Rodrigues, casado com a primeira outorgante, sob o regime acima mencionado, natural do Rangel, Província de Luanda, residente no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Baltazar Aragão, Casa n.º 93;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
C. E. G. O. R. & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «C. E. G. O. R. & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro do Sambizanga, no Largo da Ambaca, casa s/n.º, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de

espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente à sócia Carla Esmeralda Gregório de Oliveira Rodrigues, e a outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencentes ao sócio Adérito Rodrigues, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Carla Esmeralda Gregório de Oliveira Rodrigues, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando 1 (uma) assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. A sócia-gerente poderá delegar mesmo em pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17119-L02)

KMD — Comércio Geral, Indústria e Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, com início a folhas 25, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «KMD — Comércio Geral, Indústria e Prestação de Serviços, Limitada».

No dia 30 de Setembro de 2014, nesta Cidade de Luanda, e no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Mamadou Koumi Diallo, casado com Catarina Paula da Costa Cabral Fernandes Diallo, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Koulako-D/Mamaou, República da Guiné Conakry, nacionalidade guineense, residente habitualmente em Luanda, Bairro Operário, Distrito Urbano do Sambizanga, titular do Passaporte n.º 343386, emitido pelo Consulado Geral da República da Guiné Conakry, aos 23 de Março de 2012, com Autorização de Residência n.º 0004690A03, emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, aos 18 de Julho de 2014, que outorga neste acto por si individualmente, e em representação de Catarina Paula da Costa Cabral Fernandes Diallo, casada com o outorgante, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente na Rua Cónego M. das Neves, n.º 5, 3.º, Bairro e Distrito Urbano da Ingombota, titular do Bilhete de Identidade n.º 000007856LA028, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 8 de Janeiro de 2013 e de seus filhos menores consigo conviventes Hassatou Cabral Diallo, de 8 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, Assento de Nascimento n.º 1533, emitido pela 3.ª Conservatória de Luanda; Rabiadou Cabral Diallo, de 6 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, Assento de Nascimento n.º 3055, emitido pela 3.ª Conservatória de Luanda; Thierno Pate Cabral Diallo, de 3 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, Assento de Nascimento n.º 2467/2011, emitido pela 3.ª Conservatória de Luanda.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo documento de identificação mencionado, bem como a qualidade em que intervém e a suficiência dos poderes para o presente acto.

E por ele foi dito:

Que, ele e seus representados pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «KMD — Comércio Geral, Indústria e Prestação de Serviços, Limitada», com sede em Luanda, Bairro São Paulo, Distrito Urbano do Sambizanga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

Que, a dita sociedade tem por objecto social, o estipulado no artigo 3.º do seu estatuto e possui o capital social no valor de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por cinco quotas, uma no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas) pertencente ao sócio, Mamadou Koumi Diallo, e quatro quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) pertencentes aos sócios, Catarina Paula da Costa Cabral Fernandes Diallo, Hassatou Cabral Diallo, Rabiadou Cabral Diallo e Thierno Pate Cabral Diallo, respectivamente.

Que a sociedade, ora constituída reger-se-á, pelos estatutos, que são constantes de um documento complementar, dos

quais constam todos elementos essenciais legalmente exigidos, elaborado em separado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura, e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência assinado pelo outorgante e por mim notária-adjunta;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, 27 de Agosto de 2014;
- c) Comprovativo do depósito efectuado no Banco BFA, aos 14 de Setembro de 2014;
- d) Procuração emitida pelo 4.º Cartório Notarial de Luanda, aos 26 de Setembro de 2014.

Ao outorgante e na presença do mesmo, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

A Notária-Adjunta, *Eva Ruth Soares Caracol*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE KMD — COMÉRCIO GERAL, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «KMD — Comércio Geral, Indústria e Prestação de Serviços, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Bairro São Paulo, Município do Sambizanga, podendo abrir filiais, agências, sucursais ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da escritura pública.

3.º

A sociedade tem como objecto social, comércio geral, a grosso e a retalho, pescas, segurança privada, indústria, construção civil e obras públicas, hotelaria e turismo, salão de festa, prestação de serviços, representações, serviços de limpeza, consultoria, assistência técnica, agricultura, informática, telecomunicações, venda de mobiliário, transportes e camionagem, salão de cabeleireiro, boutique, fábrica de blocos, exploração de bombas de combustíveis e lubrificantes, exploração de petróleo e seus derivados, venda de gás de cozinha, estação de serviços, resíduos sólidos, venda de material escolar e de escritórios, decoração, rent-a-car,

venda de materiais de construção civil, relações públicas, compra e venda de viaturas, projectos de exploração mineira e florestal, gestão de projectos de empreendimentos, jardinagem, farmácia, colégio, educação, centro infantil, centro médico, agência de viagem, transformação de agro-pecuária, agricultura, panificação, pastelaria, geladaria, importação e exportação podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria, de acordo com os sócios e conforme a lei vigente.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por cinco quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Mamadou Koumi e cinco quotas iguais do valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Catarina Paula da Costa Cabral Diallo, Hassatou Cabral Diallo, Rabiadou Cabral Diallo e Thierno Pate Cabral Diallo.

§Único: — O capital social poderá ser aumentado por determinação dos sócios e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier acordar.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer a sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre porém, quando feita a pessoas estranhas a sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital social.

7.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Mamadou Koumi Diallo que dispensado de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar nos outros sócios ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência.

Se qualquer sócio estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para poder comparecer.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

10.º

Os anos sociais são os civis e os balanços serão datados de 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até ao fim de Março do ano seguinte.

11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a respectiva quota estiver indivisa.

12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e, a liquidação e partilha, procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social liquidado em global, como obrigação do passivo e adjudicando ao sócio que melhor oferecer em igualdade de condições.

13.º

No omissis regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 30 de Setembro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17232-L07)

GARWM — Construções e Equipamentos, Limitada

Certifico que, com início a folhas 31, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «GARWM — Construções e Equipamentos, Limitada».

No dia 3 de Outubro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — António Gumba, solteiro, maior, natural da Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, na casa s/n.º, Zona 3, Bairro Corimba, Distrito Urbano da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 001499238ME032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 8 de Novembro de 2004;

Segundo: — William Ginga Ambriz, solteiro, maior, natural de Lisboa, República Portuguesa, residente habitualmente em Luanda, Rua Rio Ruvuma, Casa n.º 75 - D Z 12, Bairro Neves Bendinha, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, titular do Bilhete de Identidade n.º 006587282OE044, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 21 de Março de 2014;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «GARWM — Construções e Equipamentos, Limitada», com sede em Luanda, Bairro Corimba, Distrito Urbano da Samba, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País;

Que a dita sociedade tem por objecto social o estipulado no artigo 3.º do seu estatuto e possui o capital social no valor de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, uma de valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Guma e outra quota de valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio William Ginga Ambriz, respectivamente;

Que a sociedade ora constituída se regerá pelos estatutos, que são constantes de um documento complementar, dos quais constam todos os elementos essenciais legalmente exigidos, elaborado em separado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência assinado pelos outorgantes e por mim, Notária-Adjunta;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, 15 de Julho de 2014;
- c) Comprovativo do depósito efectuado no Banco BAI, aos 29 de Setembro de 2014.

Aos outorgantes e na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
GARWM — CONSTRUÇÕES
E EQUIPAMENTOS, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «GARWM — Construções e Equipamentos, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Bairro Corimba, casa s/n.º, Município da Samba, podendo abrir filiais, agências, sucursais ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da escritura pública.

3.º

A sociedade tem como objecto social comércio geral, a grosso e a retalho, pescas, segurança privada, indústria, construção civil, obras públicas e equipamentos, hotelaria e turismo, salão de festa, prestação de serviços, representações, consultoria, assistência técnica, informática, telecomunicações, venda de mobiliário, transportes e camionagem, salão de cabeleireiro, boutique, fábrica de blocos, exploração de bombas de combustíveis e lubrificantes, exploração de petróleo e seus derivados, venda de gás de cozinha, estação de serviços, resíduos sólidos, venda de material escolar e de escritórios, decoração, *rent-a-car*, venda de materiais de construção civil, relações públicas, compra e venda de viaturas, projectos de exploração mineira e florestal, gestão de projectos de empreendimentos, jardinagem, farmácia, colégio, educação, centro infantil, centro médico, agência de viagem, transformação de agro-pecuária, agricultura, panificação, pastelaria, geladaria, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria, de acordo com os sócios e conforme a lei vigente.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Guma e uma quota do valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio William Ginga Ambriz.

§Único: — O capital social poderá ser aumentado por determinação dos sócios e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier acordar.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, porém, quando feita a pessoas estranhas à sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital social.

7.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio António Gumba, que dispensada de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio gerente poderá delegar nos outros sócios ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência. Se qualquer sócio estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para poder comparecer.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

10.º

Os anos sociais são os civis e os balanços serão datados de 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até ao fim de Março do ano seguinte.

11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a respectiva quota estiver indivisa.

12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em global, com obrigação do passivo e adjudicando ao sócio que melhor oferecer em igualdade de condições.

13.º

No omissio, regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 6 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*. (14-17236-L07)

Silva e Silva, Limitada

Certidão composta de duas folhas, que está conforme o original e foi extraído de folha 28 à 29, verso do livro de notas para escrituras diversas deste Cartório n.º 1-A 2012.

Cartório Notarial da Loja dos Registos e Notariado do Namibe, aos 21 de Janeiro de 2013. — O notário-adjunto, *ilegível*.

Escritura pública de cessão de quotas, admissão de novos sócios, nomeação de nova gerência e alteração do pacto social.

Aos 15 dias de Janeiro de 2013, nesta Cidade e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Namibe, a cargo de Carlos Njanji Barros Lopes, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Miguel da Silva, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente nesta cidade do Namibe, titular do Bilhete de Identidade n.º 001355320LA033, emitido pelo Arquivo de Identificação Central em Luanda aos 27/10/2009;

Segundo: — Amadeu da Silva, casado, em regime de comunhão de bens adquiridos com Dulce Victorina Avila da Silva, natural da Maianga, Província de Luanda, residente na Rua Eurico Gonçalves, Município do Namibe, Província do Namibe, titular do Bilhete de Identidade n.º 001355318LA039, emitido pelo Arquivo de Identificação Central em Luanda aos 17 de Março de 2010;

Terceiro: — Júlia Nambongo da Silva, solteira, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente nesta cidade do Namibe, titular do Bilhete de Identidade n.º 002159457LA030, passado pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda aos 29 de Agosto de 2011

Quarto: — Germano Joaquim da Silva, casado, em regime de comunhão de separação de bens com Luísa Serafina Oliveira da Silva, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente nesta cidade do Namibe, titular do Bilhete de Identidade n.º 000210719LA019, passado pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda aos 24 de Março de 2011.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos bilhetes de identidade.

E, por eles primeiro e segundo outorgantes foi dito:

Que são os únicos e actuais sócios e gerentes da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, designada «Silva e Silva, Limitada», com sede social sita na Rua São João, Município do Namibe, Província do Namibe, Contribuinte Fiscal n.º 5161159316, matriculada na Conservatória dos Registos do Namibe, com o n.º 815.

Que, em conformidade com a Acta n.º 001/2013, da reunião da Assembleia Geral Extraordinária da aludida sociedade, realizada aos 3 de Janeiro de 2013, cuja publicação em arquivo, procederam a cessão de quotas, admissão de novos sócios e nomeação de nova gerência, consequentemente alteraram parcialmente o pacto social.

Assim, pela presente escritura os sócios Miguel da Silva e Amadeu da Silva cedem cada um 25% das suas quotas, correspondente a Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas) cada, aos sócios admitidos Júlia Nambongo da Silva e Germano Joaquim da Silva, respectivamente. Estando actualmente o capital social dividido e representado por quatro quotas iguais no valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), pertencentes aos sócios aqui referenciados

Que esta cessão é feita por preço igual ao seu valor nominal, que já receberam.

Disseram os cessionários:

Que aceitam a presente cessão nos termos exarados.

Disseram os outorgantes: Na qualidade de únicos sócios da aludida sociedade:

Que, ainda na presente escritura, incumbem à gerência e administração da sociedade a Germano Joaquim da Silva, Miguel da Silva e Amadeu da Silva, nomeados como sócios-gerentes.

Em virtude do acto acima referido, alteram a redacção dos artigos 4.º, 6.º e 8.º do pacto social, aos quais é dada a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas), dividido por quatro quotas iguais no valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), correspondente a 25% do capital, pertencentes a cada um dos sócios Miguel da Silva, Amadeu da Silva, Júlia Nambongo da Silva e Germano Joaquim da Silva, respectivamente, perfazendo 100% do capital social.

ARTIGO 6.º

A gerência em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe-se a Germano Joaquim da Silva, Miguel da Silva e Amadeu da Silva, nomeados como sócios-gerentes.

ARTIGO 8.º

A sociedade obriga-se validamente com a assinatura de 2 (dois) sócios-gerentes.

Que todas as demais cláusulas não alteradas por esta escritura se mantêm firmes e válidas.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo:

- a) Acta da Assembleia Geral Extraordinária da sobre-dita sociedade, realizada aos 3 de Janeiro de 2013;
- b) Certidão da escritura pública, emitida pelo Cartório Notarial da Comarca do Namibe, datada de 30 de Setembro de 2009.

Nota de registo e certidão, emitidas pela Conservatória dos Registos da Comarca do Namibe, aos 14 de Julho de 2010.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, bem como a advertência da obrigatoriedade do Registo deste acto, no prazo de 90 dias.

Liquidado neste acto o imposto de selo, no montante de Kz: 125,00.

Conta conferida e registada sob o n.º 66/013.

Cartório Notarial da Loja dos Registos e Notariado do Namibe, em Namibe, aos 21 de Janeiro de 2014. — O Notário-Adjunto, *Carlos Njânji Barros Lopes*.

(14-19546-L01)

CONTICASH — Sociedade Grossista, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 7 do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante Raquel Maria Aço Lourenço, solteira, maior, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Rua R. A. P. Neto, n.º 20/27, titular do Bilhete de Identidade n.º 005495208OE048, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 13 de Março de 2012, que outorga este acto como mandatária de Isabel José dos Santos, casada com Sindika Dokolo, sob regime de separação de bens, natural de Baku, Azerbaijão, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Condomínio Morro Bento, Rua do Cuango, Lote 43, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000194006OE033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 15 de Maio de 2012, e Sindika Dokolo, casado com Isabel José dos Santos, sob regime de separação de bens, natural de Kinshasa, República Democrática do Congo, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Condomínio Morro Bento, Rua do Cuango, Lote 43, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 006254288OE045, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 28 de Setembro de 2013;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CONTICASH — SOCIEDADE GROSSISTA, LIMITADA

TÍTULO I

Tipo, Denominação, Sede Social e Objecto Social

ARTIGO 1.º

(Tipo, denominação e sede social)

1. A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação social de «CONTICASH — Sociedade Grossista, Limitada». («Sociedade»).

2. A sede da Sociedade é em Luanda, Município de Belas Bairro Talatona, no Condomínio Alpha, Edifício 1, Piso 1, Talatona.

3. A gerência («Gerência») poderá, mediante deliberação, proceder à alteração da sede da Sociedade para qualquer outro local do território nacional, assim como criar e/ou encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, em Angola. A abertura ou encerramento de sucursais, agências, delegações, escritórios de representação ou outras formas de representação fora de Angola requer sempre a deliberação prévia dos sócios.

ARTIGO 2.º

(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto o comércio por grosso de produtos do ramo alimentar e não alimentar, incluindo os relacionados com o exercício da actividade farmacêutica, bem como a importação, exportação, distribuição e comercialização de bens ou equipamentos relacionados com esta actividade.

2. Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade poderá subscrever ou adquirir participações sociais em sociedades de responsabilidade ilimitada, reguladas por leis especiais ou com um objecto diferente do seu, assim como fazer parte de agrupamentos de empresas.

TÍTULO II

Capital Social e Prestações Suplementares

ARTIGO 3.º

(Capital social)

1. O capital social da Sociedade é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, e correspondente à soma de 2 (duas) quotas:

- a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente a sócia Isabel José dos Santos; e
- b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Sindika Dokolo.

2. Os aumentos de capital social, em resultado de novas entradas, em dinheiro ou em espécie, ou por incorporação de reservas, têm de ser deliberados em Assembleia Geral por maioria de 3/4 (três quartos) dos votos representativos do capital social.

3. Os sócios poderão exercer o seu direito de preferência, nos aumentos de capital social em dinheiro, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da respectiva deliberação ou, em alternativa, da comunicação aos sócios que não estiveram presentes ou representados na reunião da Assembleia Geral em que o mesmo foi deliberado.

4. Os sócios poderão ceder entre si, sem necessidade de consentimento da Sociedade, os direitos de preferência nos aumentos de capital social em dinheiro que venham a ser deliberados.

ARTIGO 4.º
(Prestações suplementares)

Mediante deliberação da Assembleia Geral, aprovada por maioria dos votos representativos do capital social, poderão ser exigidas prestações suplementares aos sócios, até ao montante em kwanzas equivalente a USD 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos), nos termos e condições que forem aprovados na referida deliberação.

TÍTULO III

Cessão e Amortização de Quotas e Exclusão de Sócio

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

1. Não depende do consentimento da Sociedade a cessão de quotas, total ou parcial, gratuita ou onerosa, entre os sócios.

2. A cessão de quotas a terceiros depende de consentimento da Sociedade, gozando os restantes sócios de direito de preferência na transmissão de quotas.

3. O sócio que pretenda ceder a(s) sua(s) quota(s) («Sócio Cedente») deve notificar aos restantes sócios e à Sociedade a sua intenção de transmitir a totalidade ou parte da sua participação social, devendo essa notificação ser acompanhada de toda a informação relativa à cessão, designadamente o preço e a forma de pagamento, caso se trate de uma cessão onerosa, assim como a identidade do cessionário.

4. A sociedade dispõe de um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de recepção da notificação prevista no Artigo 5.º/3, para se pronunciar sobre o pedido de consentimento para a realização da cessão. Caso a Sociedade consinta na transmissão, esta será notificada pela Gerência ao Sócio Cedente e aos restantes sócios, que poderão, querendo, exercer o seu direito de preferência, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação do consentimento. Exercendo mais de um sócio o seu direito de preferência, a(s) quota(s) a transmitir será(ão) cedida(s) proporcionalmente aos sócios preferentes, em função da(s) quota(s) que cada um deles detenha na data do exercício de preferência.

5. O direito de preferência dos sócios poderá ser exercido nos mesmos termos, caso a sociedade não se pronuncie no prazo previsto no artigo 5.º/4 para conceder o seu consentimento. Neste caso, o prazo de 10 (dez) dias para o exercício

do direito de preferência conta-se a partir do último dia que a Sociedade dispunha para prestar o consentimento.

6. Exercem, de imediato, o seu direito de preferência os sócios que, na reunião da Assembleia Geral onde for deliberada a recusa ao pedido de consentimento apresentado pelo sócio cedente e a aquisição da(s) sua(s) quota(s), manifestarem a vontade de adquiri-la(s). Neste caso, a notificação ao sócio cedente e aos restantes sócios será efectuada, pela Gerência, ao sócio cedente e aos sócios que não estiveram presentes ou representados na supra referida reunião. Renunciam ao exercício do seu direito de preferência os sócios que, estando presentes ou representados na supra referida reunião da Assembleia Geral, não manifestem a vontade de adquirir a participação social que o sócio cedente pretende transmitir.

7. Caso a Sociedade dê o consentimento ou não se pronuncie sobre o pedido de transmissão da participação solicitado pelo sócio cedente dentro do prazo previsto nestes estatutos e os restantes sócios não exerçam o seu direito de preferência, o sócio cedente poderá ceder a(s) sua(s) quota(s) nos termos propostos de acordo com o artigo 5.º/3. O mesmo sucederá nas situações previstas no artigo 254.º/3 da Lei das Sociedades Comerciais («LSC»).

8. A cessão torna-se eficaz em relação à Sociedade logo que lhe for comunicada por escrito.

ARTIGO 6.º
(Amortização de quota)

1. A sociedade poderá amortizar as quotas dos sócios, sem o seu consentimento, quando ocorrerem qualquer um dos seguintes factos:

- a) A prática por um sócio de factos atentatórios dos direitos e do bom nome da Sociedade e/ou dos restantes sócios;
- b) A condenação do sócio em acção judicial intentada pela Sociedade;
- c) O arrolamento, penhora, arresto ou qualquer outra medida de apreensão, judicial ou administrativa da(s) quota(s) de um sócio ou, ainda, a prática ou ocorrência de qualquer acto que a onere ou impeça a sua livre disposição;
- d) O incumprimento, por qualquer um dos sócios, do previsto no Artigo 5.º;
- e) A partilha, judicial ou extrajudicial, do património do sócio, que determine a adjudicação da totalidade ou parte da(s) sua(s) quota(s) a quem não seja sócio; e
- f) A falência (incluindo o início de uma acção com vista ao decretamento da falência do sócio), insolvência, dissolução, morte, incapacidade permanente, inabilitação e/ou interdição do sócio.

2. A amortização da quota será decidida mediante deliberação da Assembleia Geral, a realizar no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que qualquer gerente tomou conhecimento da ocorrência de algum dos factos previstos no artigo 6.º/1, tornando a deliberação de amortização eficaz a partir da data da sua notificação ao sócio visado.

3. Salvo deliberação ou disposição legal imperativa em sentido contrário, a contrapartida da amortização da quota será:

- a) O seu valor nominal, nos casos previstos nas alíneas a), b) e d) do artigo 6.º/1;
- b) O valor que resultar do último balanço aprovado, tendo em conta as reservas e os demais fundos existentes na Sociedade, nos restantes casos.

4. A quota amortizada passará a constar do balanço da Sociedade, podendo os sócios deliberar, posteriormente, que sejam criadas uma ou mais quotas, em vez da quota amortizada, as quais serão transmitidas a terceiros e/ou aos sócios.

5. O acto de amortização não prejudica o direito do sócio, titular da quota amortizada, aos lucros já distribuídos e ao reembolso das quantias prestadas à Sociedade, a título de prestações suplementares e/ou suprimentos, sendo que, a data do seu reembolso, é aquela que resultar do contrato de suprimento ou da deliberação da Assembleia Geral, prevista no artigo 235.º da LSC, no caso das prestações suplementares.

ARTIGO 7.º (Exclusão de sócio)

1. Um sócio será excluído da Sociedade nos casos previstos na LSC ou quando adoptar um comportamento considerado desleal ou gravemente perturbador do funcionamento desta. Considera-se que um sócio adoptou este tipo de comportamento quando:

- a) Não compareça ou não se faça representar, de forma injustificada, em 3 (três) reuniões, sucessivas e regularmente convocadas, da Assembleia Geral, em que a ordem de trabalhos preveja assuntos cuja aprovação exija uma maioria qualificada e a sua presença seja indispensável para que este órgão possa validamente deliberar;
- b) Devidamente notificado para o efeito, não realizar as prestações suplementares a que está obrigado; e
- c) O sócio onerar a sua quota em violação do disposto no artigo 8.º

2. A exclusão do sócio produz efeitos decorridos 30 (trinta) dias sobre a data da comunicação ao excluído da respectiva deliberação.

ARTIGO 8.º (Ónus e encargos)

1. Os sócios não constituirão, nem autorizarão que sejam constituídos, quaisquer ónus, penhor ou outro encargo sobre as suas quotas, salvo se autorizados pela Sociedade, mediante deliberação unânime da Assembleia Geral.

2. O sócio que pretenda constituir quaisquer ónus, penhor ou outros encargos sobre a sua quota, deve notificar a Sociedade, por carta registada, dos respectivos termos e condições, incluindo informação detalhada da transacção subjacente.

3. A reunião da Assembleia Geral será convocada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recepção da referida carta registada.

TÍTULO IV Órgãos Sociais

CAPÍTULO I Gerência, Forma de Obrigar e Poderes da Gerência

ARTIGO 9.º (Gerência)

1. A gerência é exercida por 1 (um) ou mais gerentes, designados nestes estatutos ou eleitos pela Assembleia Geral para mandatos renováveis de 2 (dois) anos.

2. A gerência deverá reunir-se, ordinariamente, com uma periodicidade semestral. Extraordinariamente, a Gerência reunir-se-á sempre que, por razões de urgência, estiver em causa o interesse da sociedade.

3. A gerência reunir-se-á na sede da sociedade ou, por acordo de todos os gerentes, em qualquer outro local.

4. As deliberações da gerência deverão constar de acta, que deverá ser assinada pelos gerentes presentes ou devidamente representados.

5. Os gerentes também poderão aprovar deliberações unânimes por escrito.

6. Os gerentes nomeados terão, ou não, direito a remuneração conforme o que for deliberado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 10.º (Poderes da gerência)

Para além da prática de actos especialmente previstos noutros artigos destes Estatutos e na LSC, é da competência da gerência a prática de todos aqueles actos que sejam necessários e convenientes à realização do objecto social da Sociedade desde que não sejam da competência dos sócios nos termos do artigo 272.º da LSC.

ARTIGO 11.º (Forma de obrigar)

1. A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de 1 (um) gerente, sempre que a gerência for constituída por apenas um membro;
- b) Em caso de gerência plural, pelas assinaturas conjuntas de 2 (dois) gerentes ou de um gerente e de um procurador da sociedade, nos termos da respectiva procuração; ou
- c) Pela assinatura de 1 (um) procurador, no âmbito dos poderes que lhe tenham sido conferidos por procuração.

2. É vedado aos gerentes e aos procuradores da Sociedade praticarem actos ou celebrarem contratos estranhos ao objecto social desta, nomeadamente prestarem qualquer tipo de garantias.

CAPÍTULO II Assembleia Geral

ARTIGO 12.º (Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, nos primeiros 3 (três) meses depois de findo o exercício do ano anterior, e extraordinariamente, sempre que tal se mostre necessário. As reuniões terão lugar na sede da Sociedade, salvo quando todos os sócios acordarem na escolha de outro local.

2. As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, da Assembleia Geral serão convocadas por escrito, por qualquer sócio, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3. Os sócios podem fazer-se representar por qualquer pessoa designada para o efeito, mediante a apresentação por esta de uma carta do sócio em causa, dirigida ao Presidente da Assembleia Geral, da qual conste a sua identificação, a duração e o âmbito dos poderes conferidos.

4. As deliberações dos sócios para as quais a lei e os estatutos não exijam uma maioria qualificada serão adoptadas por maioria dos votos emitidos.

TÍTULO V Disposições Diversas

ARTIGO 13.º (Aplicação dos resultados do exercício)

1. O exercício anual da Sociedade corresponde ao ano civil.

2. O relatório anual de gestão e as contas de cada exercício deverão ser submetidos a aprovação da Assembleia Geral nos 3 (três) meses seguintes ao final de cada exercício.

3. Os lucros de exercício da sociedade deverão ter a seguinte aplicação:

- a) Uma parte, correspondente à percentagem legalmente exigida, deverá ser afectada à constituição e reintegração do fundo de reserva legal;
- b) O remanescente poderá, consoante a deliberação dos sócios em Assembleia Geral, ser destinado, na totalidade ou em parte, a outras reservas e/ou ao pagamento de dividendos.

ARTIGO 14.º (Lei aplicável)

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-16912-L12)

Contidis, Limitada

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 9 do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim, Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto do referido cartório, compareceu como outorgante Raquel Maria Aço Lourenço, solteira, maior, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Rua R. A. P. Neto, n.º 20/27, titular do Bilhete de Identidade n.º 005495208OE048, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 13 de Março de 2012, que outorga este acto como mandatária de Isabel José dos Santos, casada com Sindika Dokolo, sob regime de separação de bens, natural de Baku, Azerbaijão, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Condomínio Morro Bento, Rua do Cuango, Lote 43, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000194006OE033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 15 de Maio de 2012, e Sindika Dokolo, casado com Isabel José dos Santos, sob regime de separação de bens, natural de Kinshasa, República Democrática do Congo, de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Condomínio Morro Bento, Rua do Cuango, Lote 43, Zona 3;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CONTIDIS, LIMITADA

TÍTULO I

Tipo, Denominação, Sede Social e Objecto Social

ARTIGO 1.º (Tipo, denominação e sede social)

1. A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação social de «Contidis, Limitada».

2. A sede da sociedade é em Luanda, Município de Belas Bairro Talatona no Condomínio Alpha, Edifício 1, Piso 1, Talatona.

3. A gerência ("Gerência") poderá, mediante deliberação, proceder à alteração da sede da Sociedade para qualquer outro local do território nacional, assim como criar e/ou encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, em Angola. A abertura ou encerramento de sucursais, agências, delegações, escritórios de representação

ou outras formas de representação fora de Angola requer sempre a deliberação prévia dos sócios.

ARTIGO 2.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto social a actividade de venda a retalho alimentar, bem como o exercício da actividade farmacêutica, nomeadamente comercialização de produtos e a prestação de quaisquer serviços previstos na lei para este âmbito, bem como a importação, exportação, distribuição e comercialização de bens ou equipamentos relacionados com esta actividade.

2. Mediante deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá subscrever ou adquirir participações sociais em sociedades de responsabilidade ilimitada, reguladas por leis especiais ou com um objecto diferente do seu, assim como fazer parte de agrupamentos de empresas.

TÍTULO II
Capital Social e Prestações Suplementares

ARTIGO 3.º
(Capital social)

1. O capital social da sociedade é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, e correspondente à soma de 2 (duas) quotas:

- a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente à sócia Isabel José dos Santos; e
- b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Sindika Dokolo.

2. Os aumentos de capital social, em resultado de novas entradas, em dinheiro ou em espécie, ou por incorporação de reservas, têm de ser deliberados em Assembleia Geral por maioria de 3/4 (três quartos) dos votos representativos do capital social.

3. Os sócios poderão exercer o seu direito de preferência, nos aumentos de capital social em dinheiro, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da respectiva deliberação ou, em alternativa, da comunicação aos sócios que não estiveram presentes ou representados na reunião da Assembleia Geral em que o mesmo foi deliberado.

4. Os sócios poderão ceder entre si, sem necessidade de consentimento da sociedade, os direitos de preferência nos aumentos de capital social em dinheiro que venham a ser deliberados.

ARTIGO 4.º
(Prestações suplementares)

Mediante deliberação da Assembleia Geral, aprovada por maioria dos votos representativos do capital social, poderão ser exigidas prestações suplementares aos sócios, até ao montante em kwanzas equivalente a USD 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos), nos termos e condições que forem aprovados na referida deliberação.

TÍTULO III
Cessão e Amortização de Quotas e Exclusão de Sócio

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

1. Não depende do consentimento da sociedade a cessão de quotas, total ou parcial, gratuita ou onerosa, entre os sócios.

2. A cessão de quotas a terceiros depende de consentimento da sociedade, gozando os restantes sócios de direito de preferência na transmissão de quotas.

3. O sócio que pretenda ceder a(s) sua(s) quota(s) ("Sócio Cedente") deve notificar aos restantes sócios e à sociedade a sua intenção de transmitir a totalidade ou parte da sua participação social, devendo essa notificação ser acompanhada de toda a informação relativa à cessão, designadamente o preço e a forma de pagamento, caso se trate de uma cessão onerosa, assim como a identidade do cessionário.

4. A sociedade dispõe de um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de recepção da notificação prevista no artigo 5.º/3, para se pronunciar sobre o pedido de consentimento para a realização da cessão. Caso a sociedade consinta na transmissão, esta será notificada pela Gerência ao sócio cedente e aos restantes sócios, que poderão, querendo, exercer o seu direito de preferência, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação do consentimento. Exercendo mais de um sócio o seu direito de preferência, a(s) quota(s) a transmitir será(ão) cedida(s) proporcionalmente aos sócios preferentes, em função da(s) quota(s) que cada um deles detenha na data do exercício de preferência.

5. O direito de preferência dos sócios poderá ser exercido nos mesmos termos, caso a sociedade não se pronuncie no prazo previsto no artigo 5.º/4 para conceder o seu consentimento. Neste caso, o prazo de 10 (dez) dias para o exercício do direito de preferência conta-se a partir do último dia que a sociedade dispunha para prestar o consentimento.

6. Exercem, de imediato, o seu direito de preferência os sócios que, na reunião da Assembleia Geral onde for deliberada a recusa ao pedido de consentimento apresentado pelo sócio cedente e a aquisição da(s) sua(s) quota(s), manifestarem a vontade de adquiri-la(s). Neste caso, a notificação ao sócio cedente e aos restantes sócios será efectuada, pela Gerência, ao sócio cedente e aos sócios que não estiveram presentes ou representados na supra referida reunião. Renunciam ao exercício do seu direito de preferência os sócios que, estando presentes ou representados na supra referida reunião da Assembleia Geral, não manifestem a vontade de adquirir a participação social que o sócio cedente pretende transmitir.

7. Caso a sociedade dê o consentimento ou não se pronuncie sobre o pedido de transmissão da participação solicitado pelo sócio cedente dentro do prazo previsto nestes estatutos e os restantes sócios não exerçam o seu direito de preferência, o sócio cedente poderá ceder a(s) sua(s) quota(s) nos termos propostos de acordo com o artigo 5.º/3. O mesmo sucederá nas situações previstas no artigo 254.º/3 da Lei das Sociedades Comerciais ("LSC").

8. A cessão torna-se eficaz em relação à sociedade logo que lhe for comunicada por escrito.

ARTIGO 6.º
(Amortização de quota)

1. A sociedade poderá amortizar as quotas dos sócios, sem o seu consentimento, quando ocorrerem qualquer um dos seguintes factos:

- a) A prática por um sócio de factos atentatórios dos direitos e do bom-nome da sociedade e/ou dos restantes sócios;
- b) A condenação do sócio em acção judicial intentada pela sociedade;
- c) O arrolamento, penhora, arresto ou qualquer outra medida de apreensão, judicial ou administrativa da(s) quota(s) de um sócio ou, ainda, a prática ou ocorrência de qualquer acto que a onere ou impeça a sua livre disposição;
- d) O incumprimento, por qualquer um dos sócios, do previsto no artigo 5.º;
- e) A partilha, judicial ou extrajudicial, do património do sócio, que determine a adjudicação da totalidade ou parte da(s) sua(s) quota(s) a quem não seja sócio; e
- f) A falência (incluindo o início de uma acção com vista ao decretamento da falência do sócio), insolvência, dissolução, morte, incapacidade permanente, inabilitação e/ou interdição do sócio.

2. A amortização da quota será decidida mediante deliberação da Assembleia Geral, a realizar no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que qualquer gerente tomou conhecimento da ocorrência de algum dos factos previstos no artigo 6.º/1, tornando a deliberação de amortização eficaz a partir da data da sua notificação ao sócio visado.

3. Salvo deliberação ou disposição legal imperativa em sentido contrário, a contrapartida da amortização da quota será:

- a) O seu valor nominal, nos casos previstos nas alíneas a), b) e d) do artigo 6.º/1;
- b) O valor que resultar do último balanço aprovado, tendo em conta as reservas e os demais fundos existentes na sociedade, nos restantes casos.

4. A quota amortizada passará a constar do balanço da sociedade, podendo os sócios deliberar, posteriormente, que sejam criadas uma ou mais quotas, em vez da quota amortizada, as quais serão transmitidas a terceiros e/ou aos sócios.

5. O acto de amortização não prejudica o direito do sócio, titular da quota amortizada, aos lucros já distribuídos e ao reembolso das quantias prestadas à Sociedade, a título de prestações suplementares e/ou suprimentos, sendo que a data do seu reembolso é aquela que resultar do contrato de suprimento ou da deliberação da Assembleia Geral, prevista no artigo 235.º da LSC, no caso das prestações suplementares.

ARTIGO 7.º
(Exclusão de sócio)

1. Um sócio será excluído da Sociedade nos casos previstos na LSC ou quando adoptar um comportamento considerado desleal ou gravemente perturbador do funcionamento desta. Considera-se que um sócio adoptou este tipo de comportamento quando:

- a) Não compareça ou não se faça representar, de forma injustificada, em 3 (três) reuniões, sucessivas e regularmente convocadas, da Assembleia Geral, em que a ordem de trabalhos preveja assuntos cuja aprovação exija uma maioria qualificada e a sua presença seja indispensável para que este órgão possa validamente deliberar;
- b) Devidamente notificado para o efeito, não realizar as prestações suplementares a que está obrigado; e
- c) O sócio onerar a sua quota em violação do disposto no artigo 8.º

2. A exclusão do sócio produz efeitos decorridos 30 (trinta) dias sobre a data da comunicação ao excluído da respectiva deliberação.

ARTIGO 8.º
(Ónus e encargos)

1. Os sócios não constituirão, nem autorizarão que sejam constituídos, quaisquer ónus, penhor ou outro encargo sobre as suas quotas, salvo se autorizados pela sociedade, mediante deliberação unânime da Assembleia Geral.

2. O sócio que pretenda constituir quaisquer ónus, penhor ou outros encargos sobre a sua quota, deve notificar à sociedade, por carta registada, dos respectivos termos e condições, incluindo informação detalhada da transacção subjacente.

3. A reunião da Assembleia Geral será convocada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recepção da referida carta registada.

TÍTULO IV
Órgãos Sociais

CAPÍTULO I

Gerência, Forma de Obrigar e Poderes da Gerência

ARTIGO 9.º
(Gerência)

1. A Gerência é exercida por 1 (um) ou mais gerentes, designados nestes Estatutos ou eleitos pela Assembleia Geral para mandatos renováveis de 2 (dois) anos.

2. A Gerência deverá reunir-se, ordinariamente, com uma periodicidade semestral. Extraordinariamente, a Gerência reunir-se-á sempre que, por razões de urgência, estiver em causa o interesse da sociedade.

3. A Gerência reunir-se-á na sede da sociedade ou, por acordo de todos os gerentes, em qualquer outro local.

4. As deliberações da Gerência deverão constar de acta, que deverá ser assinada pelos gerentes presentes ou devidamente representados.

5. Os gerentes também poderão aprovar deliberações unânimes por escrito.

6. Os gerentes nomeados terão, ou não, direito à remuneração conforme o que for deliberado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 10.º
(Poderes da Gerência)

Para além da prática de actos especialmente previstos noutros artigos destes estatutos e na LSC, é da competência da Gerência a prática de todos aqueles actos que sejam necessários e convenientes à realização do objecto social da sociedade desde que não sejam da competência dos sócios nos termos do artigo 272.º da LSC.

ARTIGO 11.º
(Forma de obrigar)

1. A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de 1 (um) gerente, sempre que a Gerência for constituída por apenas um membro;
- b) Em caso de Gerência plural, pelas assinaturas conjuntas de 2 (dois) Gerentes ou de um gerente e de um procurador da sociedade, nos termos da respectiva procuração; ou
- c) Pela assinatura de 1 (um) procurador, no âmbito dos poderes que lhe tenham sido conferidos por procuração.

2. É vedado aos gerentes e aos procuradores da sociedade praticarem actos ou celebrarem contratos estranhos ao objecto social desta, nomeadamente prestarem qualquer tipo de garantias.

CAPÍTULO II
Assembleia Geral

ARTIGO 12.º
(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, nos primeiros 3 (três) meses depois de findo o exercício do ano anterior, e extraordinariamente, sempre que tal se mostre necessário. As reuniões terão lugar na sede da sociedade, salvo quando todos os sócios acordarem na escolha de outro local.

2. As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, da Assembleia Geral serão convocadas por escrito, por qualquer sócio, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3. Os sócios podem fazer-se representar por qualquer pessoa designada para o efeito, mediante a apresentação por esta de uma carta do sócio em causa, dirigida ao Presidente da Assembleia Geral, da qual conste a sua identificação, a duração e o âmbito dos poderes conferidos.

4. As deliberações dos sócios para as quais a lei e os estatutos não exijam uma maioria qualificada serão adoptadas por maioria dos votos emitidos.

TÍTULO V
Disposições Diversas

ARTIGO 13.º
(Aplicação dos resultados do exercício)

1. O exercício anual da sociedade corresponde ao ano civil.

2. O relatório anual de gestão e as contas de cada exercício deverão ser submetidos à aprovação da Assembleia Geral nos 3 (três) meses seguintes ao final de cada exercício.

3. Os lucros de exercício da sociedade deverão ter a seguinte aplicação:

- a) Uma parte, correspondente à percentagem legalmente exigida, deverá ser afectada à constituição e reintegração do fundo de reserva legal;
- b) O remanescente poderá, consoante a deliberação dos sócios em Assembleia Geral, ser destinado, na totalidade ou em parte, a outras reservas e/ou ao pagamento de dividendos.

ARTIGO 14.º
(Lei aplicável)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-16913-L12)

Chahin Company, Limitada

Certifico que, com início a folhas 23, do livro de notas, para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição-da sociedade «Chahin Company, Limitada».

No dia 26 de Setembro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Ivo Neto Dias Santana, casado com Judite Baptista da Costa Santana, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Ambaca, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Samba, Rua Peixoto Correia, n.º 23, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade 000186352KN011, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 18 de Setembro de 2013, que outorga por si individualmente, em nome e em representação de seus filhos menores Pedro Ivan da Costa Santana de 4 anos de idade e Sávio Gabriel da Costa Santana de 1 ano de idade, ambos natural da Ingombota, Província de Luanda e consigo conviventes.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação;

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura, constitui entre ele e os seus representados, uma sociedade comercial por quotas de res-

ponsabilidade limitada, denominada «Chahin Company, Limitada», com sede em Luanda, Rua Direita da Estrada de Catete, Município de Viana, podendo abrir filiais, agências, sucursais ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

Que a sociedade tem por objecto o estipulado no artigo 3.º do estatuto e possui o capital social no montante de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Ivo Neto Dias Santana e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Pedro Ivan da Costa Santana e Sávio Gabriel da Costa Santana, respectivamente.

A sociedade reger-se-á pelo respectivo estatuto que faz parte integrante da presente escritura e que é um documento elaborado em separado, nos termos e ao abrigo do disposto na Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro — Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que o outorgante declara ter lido, tendo perfeito conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem o acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência assinado pelo outorgante e por mim notária-adjunta;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em Luanda, a 1 de Setembro de 2014;
- c) Comprovativo de depósito de capital social efectuado no Banco Valor, S. A., aos 23 de Setembro de 2014.

Ao outorgante e na presença do mesmo, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

ESTA TUTO DA SOCIEDADE CHAHIN COMPANY, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Chahin Company, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Rua Direita da Estrada de Catete, Município de Viana, podendo abrir filiais, agências, sucursais ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da escritura pública.

3.º

A sociedade tem como objecto social comércio geral, a grosso e a retalho, pescas, segurança privada, indústria, construção civil e obras públicas, hotelaria e turismo, salão de festa, prestação de serviços, representações, serviços de limpeza, consultoria, assistência técnica, agricultura, informática, telecomunicações, venda de mobiliário, transportes e camionagem, salão de cabeleireiro, boutique, fábrica de blocos, exploração de bombas de combustíveis e lubrificantes, exploração de petróleo e seus derivados, venda de gás de cozinha, estação de serviços, resíduos sólidos, venda de material escolar e de escritórios, decoração, rent-a-car, venda de materiais de construção civil, relações públicas, compra e venda de viaturas, projectos de exploração mineira e florestal, gestão de projectos de empreendimentos, jardinagem, farmácia, colégio, educação, centro infantil, centro médico, agência de viagem, transformação de agro-pecuária, agricultura, panificação, pastelaria, geladaria, importação e exportação podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria, de acordo com os sócios e conforme a lei vigente.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Ivo Neto Dias Santana e duas quotas iguais do valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma pertencentes aos sócios Pedro Ivan da Costa Santana e Sávio Gabriel da Costa Santana.

§Único: — O capital social poderá ser aumentado por determinação dos sócios e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier acordar.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer a sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre porém, quando feita a pessoas estranhas a sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital social.

7.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passiva-

mente, será exercida pelo sócio Ivo Neto Dias Santana, que dispensado de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar nos outros sócios ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou partes dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência. Se qualquer sócio estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para poder comparecer.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

10.º

Os anos sociais são os civis e os balanços serão datados de 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até ao fim de Março do ano seguinte.

11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, a devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a respectiva quota estiver indivisa.

12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e, a liquidação e partilha, procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em global, como obrigação do passivo e adjudicando ao sócio que melhor oferecer em igualdade de condições.

13.º

No omissso regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 29 de Setembro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17229-L07)

H. S. S. T. & Filhos, Limitada

Certifico que, com início a folhas 29, do livro de notas, para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «H. S. S. T. & Filhos, Limitada».

No dia 1 de Outubro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Hélio da Silva Sapalo, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huila, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Gamek, casa s/n.º, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 001225124HA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 10 de Abril de 2013, que outorga por si individualmente, em nome e em representação de seu filho menor Tarcísio Tchiheke Bassi Sapalo, de 9 anos de idade, natural de São José, Lubango, Província da Huila e consigo convivente.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura, constitui entre ele e o seu representado, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «H. S. S. T. & Filhos, Limitada», com sede em Luanda, Bairro Autódromo, Município de Belas, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

Que a sociedade tem por objecto o estipulado no artigo 3.º do estatuto e possui o capital social no montante de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas sendo uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Hélio da Silva Sapalo e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Tarcísio Tchiheke Bassi Sapalo.

A sociedade reger-se-á pelo respectivo estatuto que faz parte integrante da presente escritura e que é um documento elaborado em separado, nos termos e ao abrigo do disposto na Lei n.º 1/97 de 17 de Janeiro, Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que o outorgante declara ter lido, tendo perfeito conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem o acto:

- Documento complementar a que atrás se faz referência assinado pelo outorgante e por mim notária-adjunta;
- Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em Luanda, aos 15 de Abril de 2014;

- c) Comprovativo de depósito de capital social efectuado no Banco BPC, S. A., aos 24 de Setembro de 2014;

Ao outorgante e na presença do mesmo, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

ESTA TUTO DA SOCIEDADE H. S. S. T. & FILHOS, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «H. S. S. T. & Filhos, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Bairro Autódromo, Município Belas, podendo abrir filiais, agências, sucursais ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir da data da escritura pública.

3.º

A sociedade tem como objecto social, comércio geral, a grosso e a retalho, pescas, segurança privada, indústria, construção civil e obras públicas, hotelaria e turismo, salão de festa, prestação de serviços, representações, serviços de limpeza, consultoria, assistência técnica, agricultura, informática, telecomunicações, venda de mobiliário, transportes e camionagem, salão de cabeleireiro, boutique, fábrica de blocos, exploração de bombas de combustíveis e lubrificantes, exploração de petróleo e seus derivados; venda de gás de cozinha, estação de serviços, resíduos sólidos, venda de material escolar e de escritórios, decoração, rent-a-car, venda de materiais de construção civil, relações públicas, compra e venda de viaturas, projectos de exploração mineira e florestal, gestão de projectos de empreendimentos, jardinagem, farmácia, colégio, educação, centro infantil, centro médico, agência de viagem, transformação de agro-pecuária, agricultura, panificação, pastelaria, geladaria, importação e exportação podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria, de acordo com os sócios e conforme a lei vigente.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Hélio da Silva Sapalo e uma quota no valor

nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Tarcísio Tchieke Bassi Sapalo.

§Único: — O capital social poderá ser aumentado por determinação dos sócios e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier acordar.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer a sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre porém, quando feita a pessoas estranhas a sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital social.

7.º

A gerência e a administração da Sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Hélio da Silva Sapalo, que dispensado de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar nos outros sócios ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência. Se qualquer sócio estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para poder comparecer.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

10.º

Os anos sociais são os civis e os balanços serão datados de 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até ao fim de Março do ano seguinte.

11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente e com os

herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a respectiva quota estiver indivisa.

12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e, a liquidação e partilha, procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em global, como obrigação do passivo e adjudicando ao sócio que melhor oferecer em igualdade de condições.

13.º

No omissso regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 2 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17234-L07)

OUR-FRIENDSHIP — Escola de Formação Profissional, Limitada

Certifico que, por escritura de 14 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 38, do livro de notas para escrituras diversas n.º 228, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito; foi constituída entre: André Agostinho Vika Luivo, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente no Município do Cazenga, Bairro Cazenga, casa s/n.º, que outorga neste acto por si individualmente e como representante legal de sua filha menor Bendita Hebo Luivo, de 5 anos de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE OUR-FRIENDSHIP — ESCOLA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social «OUR-FRIENDSHIP — Escola de Formação Profissional, Limitada», com sede na Província de Luanda, Município do Cazenga, Rua Direita da SONEF, casa s/n.º, Zona 18, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra

forma de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, onde mais convém aos negócios.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social consiste na prestação de serviços de cursos de formação profissional, comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, informática, telecomunicações, publicidade, podendo ainda dedicar-se a outro ramo qualquer do comércio que os sócios acordarem desde que seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio André Agostinho Vika Luivo, e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Bendita Hebo Luivo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suplementos que ela necessitar mediante juros e condições que estipule.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a pessoas estranhas à sociedade fica dependente do consentimento desta.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete ao sócio André Agostinho Vika Luivo, que desde já é nomeado gerente, sendo suficiente a assinatura deste para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio poderá delegar em pessoa estranha à sociedade, mediante procuração, parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica expressamente vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes, sem o aval escrito em acta, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, e o parecer de um consultor jurídico.

ARTIGO 8.º

(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 9.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 13.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17120-L02)

MWANA NDOMBE — Comércio e Indústria, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 23 do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Eduardo Joaquim Kondua, casado com Bibiana Belina de Almeida Kondua, sob o regime de comu-

nhão de adquiridos, natural de M'Banza Congo, Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Boa Esperança, Rua 1, Casa n.º 94;

Segundo: — Rosa Maria Franco António Pedro, casada com Afonso Makayilua Pedro, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Caop, casa s/n.º;

Terceiro: — José de Sousa João, solteiro, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Viana, Rua Moçambique, n.º 35-A;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
MWANA NDOMBE — COMÉRCIO
E INDÚSTRIA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «MWANA NDOMBE — Comércio e Indústria, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Município do Cazenga, Comuna do Tala-Hady, Bairro Kala Wenda, casa s/n.º, (próximo ao Colégio Avó Teté), devendo abrir filias, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação no País ou no estrangeiro, onde e quando aos sócios convier.

ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o exercício de comércio geral a grosso e a retalho, comercialização de medicamentos, transitórios, transportes, agência de viagens e turismo, agro-pecuária, prestação de serviço, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a outras actividades em que os sócios acordem, e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social e de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo duas quotas iguais no valor nominal e Kz: 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos kwanzas), cada uma pertencentes aos sócios Eduardo Joaquim Kondua e Rosa Maria Franco António Pedro e a outra quota no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio José de Sousa João, respectivamente.

§ Único: — O capital social poderá ser aumentado por simples deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como vier acordado.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas sócios poderão fazer a sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante os juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas total ou parcial entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios, se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passiva, será exercida pelo sócio José de Sousa João que, dispensa caução fica desde já nomeado gerente, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha sociedade parte dos poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência, da data prevista para sua realização.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal quando devida e quaisquer outras percentagens para fundos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios em proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

Os anos sociais os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato.

ARTIGO 11.º

A sociedade não dissolverá por morte ou interdição de qualquer sócio, continuando os sobreviventes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito. Devendo este nomear um a que todos representem, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO 12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidados e a liquidação e partilhada procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º

Para todas as questões emergentes deste contrato quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes quer entre ele, e a própria sociedade fica estipulada o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º

No omissio regularão as disposições da Lei de 13 de Fevereiro de 2014, as deliberações sociais tomadas em forma legal demais legislação aplicável.

(14-17509-L02)

Ondaplanetária Angola, Limitada

Certifico que, com início a folhas 8, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Ondaplanetária Angola, Limitada».

No dia 4 de Setembro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Jorge Belarmino Muacassange, solteiro, maior, natural de Chitato, Província da Lunda-Norte, residente habitualmente em Luanda, na Avenida 21 de Janeiro, casa s/n.º, Zona 3, Bairro Morro Bento, Distrito Urbano da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000076908LN024, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, aos 29 de Fevereiro de 2012;

Segundo: — Elizabeth de Fátima Garcia Muacassange, solteira, maior, natural da Samba, Província de Luanda, onde reside habitualmente na Casa n.º 1056, Bairro e Distrito Urbano da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 005539564LA047, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, aos 18 de Abril de 2012;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Ondaplanetária Angola, Limitada», com sede na Província de Luanda, Bairro Morro Bento II, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou formas de representação dentro e fora do País.

Que, a dita sociedade tem por objecto social, o estipulado no artigo 3.º do seu estatuto e possui o capital social no valor de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Jorge Belarmino Muacassange, e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Elizabeth Fátima Garcia Muacassange respectivamente.

Que a sociedade, ora constituída, reger-se-á, pelos estatutos, que são constantes de um documento complementar, dos quais constam todos os elementos essenciais legalmente exigidos, elaborado em separado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram;

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência, assinado pelos outorgantes e por mim notária-adjunta;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 7 de Agosto de 2014;
- c) Comprovativo do depósito efectuado no Banco BFA, aos 29 de Agosto de 2014.

Aos outorgantes e na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Imposto de selo: Kz: 350,00.

ESTATUTO DE SOCIEDADE ONDAPLANETÁRIA ANGOLA, LIMITADA

1.º

A sociedade adoptada denomina-se «Ondaplanetária Angola, Limitada», e tem sua sede social nesta Cidade de Luanda no Bairro Morro Bento Íl, Província, de Luanda, podendo estabelecer por deliberação da Assembleia Geral Agências, Sucursais, delegações ou qualquer outra forma de representação onde for mais conveniente aos interesses sociais.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se início, para todos os efeitos legais a partir da data da presente escrita.

3.º

O seu objecto social consiste no recrutamento, formação, selecção acompanha-mento escolar, consultoria, e apoio escolar, comércio, prestação de serviço, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, indústria, agro-pecuária, educação, saúde, hotelaria e turismo, creche, informática, compra e venda de viaturas novas e usadas e seus acessórios, *rent-a-car*, comercialização de combustível e seus derivados, exploração mineira e florestal, centro médico, livraria, clínica, centro de formação, informática, representações comerciais, escola de condução, vídeo clube, oficina auto,

boutique, imobiliários, venda de materiais de construção, farmácia, pastelaria, geladaria, lavandaria, prestação do serviço de telefonia, e seus acessórios, exploração mineira e florestal e inertes, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º

O capital social é de cem mil kwanzas, integralmente realizada em dinheiro, dividido e representada por duas quotas sendo uma no valor nominal de noventa mil kwanzas, pertencente ao sócio Jorge Belarmino Muacassange, e outra de dez mil kwanzas, pertencente à sócia Elizabeth de Fátima Garcia Muacassange.

§Único: — No exercício da sua actividade, poderá associar-se a qualquer pessoa singular ou colectiva ou ainda a qualquer agrupamento de empresas.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessita, mediante os juros e nas condições e nas condições que estipularem.

6.º

A cessação de quotas é livre entre os sócios, porém, quando feitas a estanhos fica dependente ao consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferindo aos sócios, se aquela dele não querer usar.

7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Jorge Belarmino Muacassange que desde já fica assim nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

O gerente poderá delegar, no outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade mediante a procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerências, conferindo para o efeito o respectivo mandamento em nome de sociedade.

Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento para fundo de reserva legal quando devida e quaisquer outras percentagens para os fundos ou destinos, criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportados os prejuízos se os houver.

9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou

capaz e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

10.º

Dissolvendo-se a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

11.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 5 de Setembro de 2014. — A Notária-Adjunta, *Eva Ruth Soares Caracol*. (14-17207-L12)

LUTANGOLA — Comércio e Indústria, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 26, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Manuel Agostinho Pascoal, casado com Arleth Elizeth dos Santos Pascoal, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ilha do Cabo, Casa n.º 1-IL, Sector Ponta;

Segundo: — Joaquina dos Anjos Pascoal, solteira, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 16, casa s/n.º, Zona 9;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
LUTANGOLA — COMÉRCIO
E INDÚSTRIA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «LUTANGOLA — Comércio e Indústria, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Pólo Industrial,

casa s/n.º, Bairro Zango I, Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, prestações de serviços, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Manuel Agostinho Pascoal e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Joaquina dos Anjos Pascoal, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Manuel Agostinho Pascoal, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17508-L02)

Sofámania Indústria, Limitada

Cessão de quotas, admissão de novos sócios e alteração parcial do pacto social da sociedade «Sofámania Indústria Limitada».

Certifico que, por escritura de 16 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 25, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, realizaram alteração ao pacto:

Primeiro: — Alberto Jaime Alves, casado com Zenaida Maria dos Santos Rodrigues Alves, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Nzeto, Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Miramar, Rua Ndunduma, n.º 154, Zona 10;

Segundo: — Victor Manuel Leite dos Santos, casado com Kátia Dinamene Carneira Barros dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua de Moçambique, Casa n.º 4;

Terceiro: — Karim Mahamade Shabudine Hasanne Ali, casado com Margarita Aurora Laverde Laso, sob regime de separação de bens, natural de Iapala Ribane, Moçambique, mas de nacionalidade espanhola, residente acidentalmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua Cónego Manuel das Neves, Casa n.º 274;

E declaram os mesmos:

Que os primeiro e segundo outorgantes são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas denominada «Sofámania Indústria, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua Cónego Manuel das Neves, Casa n.º 274, constituída por escritura pública, datada de 6 de Dezembro de 2013, com início a folhas 37, verso a folhas 38 do livro de notas para escrituras diversas n.º 179-A, deste Cartório Notarial, com o capital social de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo a primeira quota no valor nominal de Kz: 180.000,00 (cento e oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Alberto Jaime Alves e a segunda quota no valor de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Victor Manuel Leite dos Santos;

Que, conforme deliberado por acta datada de 22 de Agosto de 2014, o primeiro outorgante, titular de uma quota no valor nominal de Kz: 180.000,00, (cento e oitenta mil kwanzas), divide a sua quota em duas novas, sendo uma no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), que reserva para si e outra no valor nominal de Kz: 160.000,00 (cento e sessenta mil kwanzas), que cede ao terceiro outorgante Karim Mahamade Shabudine Hasanne Ali, nos precisos termos exarados, nada mais tendo dela a reclamar.

De igual modo o segundo outorgante, titular de uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), manifesta a vontade de ceder a totalidade da sua quota pelo seu respectivo valor nominal ao terceiro outorgante Karim Mahamade Shabudine Hasanne Ali, valor este já

recebido pelo cedente que aqui lhe dá a respectiva quitação, apartando-se definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar.

Ainda nos termos do presente instrumento jurídico, o terceiro outorgante aceita as cessões efectuadas a seu favor e as unifica, passando o mesmo a deter uma quota, no valor nominal de Kz: 180.000,00 (cento e oitenta mil kwanzas);

Nesta conformidade altera-se a redacção dos artigos 4.º e 6.º do pacto social que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo a primeira quota no valor nominal de Kz: 180.000,00 (cento e oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Karim Mahamade Shabudine Hasanne Ali e a segunda quota no valor de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Alberto Jaime Alves.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Karim Mahamade Shabudine Hasanne Ali, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

Declaram ainda os outorgantes que e mantêm firmes e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 17 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.
(14-17506-L02)

B. STMN, Limitada

Averbamento Rectificativo

No dia 29 de Setembro de 2014, e no Cartório Notarial da Loja de Registos do Kilamba Kiaxi, perante mim, Daniel Wassuco Calambo, seu respectivo notário, Certifico que, mediante apresentação do competente Cartão de Autorização de Residência n.º 0003596T02; emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, aos 18 de Setembro de 2013, foi averbado na escritura da constituição da sociedade «B. STMN, Limitada», pelo presente instrumento, rectifica-se o nome do sócio Sidi Aly Ould Limane para Boukhousa Sidi Aly, conforme documento em anexo, constituída neste Cartório aos 19 de Março de 2013, lavrada com início a folhas 46 do livro de notas para escrituras diversas n.º I-B, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Loja de Registo

Kilamba Kiaxi, sob matrícula n.º 4/2013, aos 15 de Abril de 2013.

Para todos os efeitos legais é emitido o presente averbamento apenso a escritura original.

Conta Registada sob o n.º 46.

Feito em Luanda e no Cartório Notarial da Loja de Registos do Kilamba Kiaxi, Cartório Notarial da Loja de Registos do Kilamba Kiaxi, aos 29 de Setembro de 2014.
— O Notário, *Daniel Wassuco Calambo*. (14-17065-L01)

SOCIEDADE VALE DO LONGA — Comércio e Indústria, Limitada

RECTIFICAÇÃO

Por ter havido lapso foi publicado no *Diário da República* n.º 194/13, III série, de 9 de Outubro o artigo 4.º de forma errada; procede-se a respectiva correcção:

Onde se lê:

«Artigo 4.º

O capital social é de cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo a primeira no valor nominal de noventa mil kwanzas, pertencente à sócia «Romero Intercontinental, Limitada» e a segunda no valor nominal de dez mil kwanzas, pertencente à sócia «ESPAÇO BRAZIL — Importação e Exportação, Limitada».

Deve ler-se:

«Artigo 4.º

O capital social é de cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 90.000,00, (noventa mil kwanzas), pertencente à sócia «Romero Intercontinental, Limitada» e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas); pertencente ao sócio Paulo Romero da Cruz».
(14-19122-L01)

Angola Oil Company, S. A.

RECTIFICAÇÃO

Por ter havido lapso foi publicada no *Diário da República* n.º 88/06, III série, de 21 de Julho, a denominação da sociedade de forma errada, procede-se à respectiva correcção:

Onde se lê:

«Angola Oil Company, Limitada».

Deve ler-se:

«Angola Oil Company, S. A.».

(14-19125-L01)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge**CERTIDÃO**

Alves Ernesto, Conservador de 2.ª Classe da Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 20 de Maio do ano em curso, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 25 a folhas 24, do livro C-1/12, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Pedro Garcia, solteiro, maior, residente no Uíge, Bairro Kakiuia, Município e Província do Uíge, que usa a firma «Jack Ross — Comercial», exerce as actividades de comércio a retalho não especificado, com o início de actividades em 9 de Maio de 2012, tem escritório e estabelecimento denominado «Jack Ross Comercial» sito no Bairro Kakiuia, Zona 2, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 23 de Maio de 2012. — O conservador de 2.ª classe, *ilegi-vel*. (14-16929-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge**CERTIDÃO**

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe, da Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 5 de Março de 2013, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2019, folha 124 verso, do Livro C-1/2008, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Pinto Banza Ezequiel, solteiro, maior, residente no Bairro Bem-Vindo, Zona 2, Uíge, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho de produtos farmacêuticos, cosméticos, produtos alimentares não especificados, tabaco e comércio a retalho de bebidas, com o início das actividades em 26 de Fevereiro de 2013, tem escritório e estabelecimento denominado «Pinto Banza Ezequiel», sito no Bairro Bem-Vindo, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 19 de Março de 2013. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raul Alfredo*. (14-17298-L12)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda**CERTIDÃO**

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0042.140520;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual António Lukebakueno Nzinga, com o NIF 2403115002, registada sob o n.º 2014.10109;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

António Lukebakueno Nzinga;

Identificação Fiscal: 2403115002;

AP.8/2014-04-17 Matrícula

António Lukebakueno Nzinga, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, residente em Luanda, Distrito Urbano de Cacucaco, Bairro Augusto Ngangula, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio de peças e acessórios para veículos automóveis, tem escritório e estabelecimento denominado «Organização António Lukebakueno Nzinga», situados no Bairro Hoji-ya-Henda, Casa n.º 12, Zona 17, Rua Ngola Kiluanje, Município do Cazenga, nesta cidade.

AP.16/2014-05-20 Matrícula

Acto Cancelado.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 20 de Maio de 2014. — O Conservador, *Andrade Mamel Neto*. (14-17063-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda**CERTIDÃO**

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0026.141006;

c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Lemba da Conceição Cardoso António, com o NIF 2401397892, registada sob o n.º 2014.10590;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

Lemba da Conceição Cardoso António;

Identificação Fiscal: 2401397892;

AP.26/2014-10-06 Matrícula

Lemba da Conceição Cardoso António, casada com Bartolomeu Francisco Mendes António, no regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Luanda, Rua Serveira Pereira, PR-5, 8.º A 6, Bairro dos Coqueiros, Distrito Urbano da Ingombota;

Nacionalidade: Angolana;

Ramo de actividade: Saneamento, higiene pública e actividades similares;

Data: 1 de Outubro de 2014;

Estabelecimento: «L. C. C. A. — Prestação de Serviços e Saneamento Básico», situado no Bairro da Ingombota, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 14 de Outubro de 2014. — A Conservadora-Adjunta, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (14-17066-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0015.131219;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Óscar Major Damião Matias, com o NIF 2401388060, registada sob o n.º 2013.9791;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Óscar Major Damião Matias;

Identificação Fiscal: 2401388060;

AP.10/2013-12-19 Matrícula

Óscar Major Damião Matias, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Kilamba, Prédio X44, Apartamento 102, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de serviços prestados, tem escritório e estabelecimento denominados «O. M. D. M.», situados no Município da Maianga, Rua Amílcar Cabral, nesta Cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 23 de Dezembro de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (14-17072-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0018.140930;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Gabriel Londa Muanda, com o NIF 2403120839, registada sob o n.º 2014.10574;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos. — Anotações

Gabriel Londa Muanda;

Identificação Fiscal: 2403120839;

AP.6/2014-09-30 Matrícula

Gabriel Londa Muanda, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Porto Santo, casa s/n.º, Distrito do Cazenga;

Data: 29 de Setembro de 2014;

Nacionalidade: Angolana;

Ramo de actividade: Restaurantes com lugares ao balcão (snack bares); Estabelecimento: «Restaurante Bom Apetite Dimuanda», situado no Bairro Hoji-ya-Henda, Zona 17, Rua do Kwanza, Distrito do Cazenga Luanda.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — A Conservadora-Adjunta, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (14-17073-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0022.141008;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Manuel Domingos António Rafael, com o NIF 2402392622, registada sob o n.º 2014.10593;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Manuel Domingos António Rafael;

Identificação Fiscal: 2402392622;

AP.9/2014-10-08 Matrícula

Manuel Domingos António Rafael, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Tala Hady, Casa n.º 23, Zona 19;

Nacionalidade: Angolano;

Ramo de actividade: comércio a retalho, a grosso e de bebidas n.e.,

Data: 1 de Outubro de 2014;

Estabelecimento: «Organizações Rafael & Filhos», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 10 de Outubro de 2014. — A Conservadora-Adjunta, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (14-17074-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0004.140825;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Domingos Nguina-mau Chingue com o NIF 2402384089, registada sob o n.º 2014.10460;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

Domingos Nguinamau Chingue;

Identificação Fiscal: 2402384069;

AP.2/2014-08-25 Matricula

Domingos Nguinamau Chingue, solteiro, maior, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Golf II, casa s/n.º, Zona 20, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividades de serviços prestados, tem escritório e estabelecimento denominados «D. N. CHINGUE — Prestação de Serviços», situados no Bairro Capolo II, Rua Josefina Bakita, n.º 64, Luanda.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 27 de Agosto de 2014. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*.
(14-17075-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0010.140806;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jean Omer Lekoundat, com o NIF 2402384182, registada sob o n.º 2014.10396;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos. — Anotações

Jean Omer Lekoundat;

Identificação Fiscal: 2402384182;

AP.8/2014-08-06 Matricula

Jean Omer Lekoundat, casado com Faith Omer Lekoundat, no regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Luanda, Bairro Neves Bendinha, Rua do Cubal, Casa n.º 76/78, Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, de nacionalidade nigeriana, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividade de comércio a retalho de produtos alimentares não especificados e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominados «Auto Jean», situados no Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, Casa n.º 170, Distrito Urbano do Kilamba Kiayi.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 13 de Agosto de 2014. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*.
(14-17180-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 11 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 13.744, à folhas 177, do livro B-30, se acha matriculado o comerciante em nome individual, João Isidro de Almeida, casado, residente em Luanda, Bairro dos Massacres, n.º 3, MA 110, de nacionalidade angolana, ramo de actividade de comércio por grosso e a retalho, com escritório e estabelecimento principal denominados «Mana Mena — Comercial», situados no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 11 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17182-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0012.140924;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Luta Lusakueno Kiatoko, com o NIF 2419002164, registada sob o n.º 2013.8893;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

Luta Lusakueno Kiatoko;

Identificação Fiscal: 2419002164;

AP.13/2013-02-05 Matricula

Luta Lusakueno Kiatoko, solteiro, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Casa n.º 99, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho e a grosso não especificado, tem escritório e estabelecimento denominado «KIATOCO — Comércio Geral Importação-Exportação», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 24 de Setembro de 2014. — A Conservadora-Adjunta, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*.
(14-17183-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 7 do livro-diário de 18 de Agosto do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2066, a folhas 40, verso, do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Tiago Manuel, casado, residente em Luanda, Bairro Benfica, Zona Verde, Rua C, Município de Belas, que usa a firma o seu nome completo, exerce o comércio de a retalho em estabelecimento não especificados, com actividades dos serviços relacionados com agricultura e com Produção animal, excepto, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «Tiamaz — Comercial», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 18 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*.

(14-17204-L07)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 82 do livro-diário de 9 de Abril de 2008, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3.051, folhas 87 do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Linda Darnell dos Santos Pinto de Andrade, casada, residente em Luanda, na Rua Dr.º António Agostinho Neto, n.ºs 45/46, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de indústria, comércio de comércio de pastelaria e gelados, venda de bolos, sumos, galão, café e serviços de snack bar, tem escritório e estabelecimentos denominados «Fábrica de Pastelaria e Gelados Darnell» e «O Fugareiro», situados na Rua Dr.º António Agostinho Neto, n.ºs 45/46, Município da Ingombota, Luanda.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 15 de Abril de 2008. — O conservador, *ilegível*.

(14-17209-L07)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 37 do livro-diário de 23 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 15.764 a folhas 184 verso do livro B-35, se acha matriculado o comerciante em nome individual José Carlos Alfredo Gomes, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf, Rua n.º 12, Casa n.º 24, nacionalidade angolana, ramo de actividade de comércio de escola profissionais, estabe-

lecimento «Colégio e Centro de Formação Profissional Cefozeca», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 24 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*.

(14-17224-L07)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 08 livro-diário de 19 de Novembro do corrente ano, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que sob o n.º 1.938 a fls 188 do livro B-50, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Augusta Filomena, solteira, maior, residente em Luanda, no Bairro Cassenda, Casa n.º 42, Rua 8, Município da Maianga, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de tabernas, botequins e bares, tem escritório e estabelecimento denominado «Augusta Filomena», situado local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 28 de Novembro de 2008. — O conservador, *ilegível*.

(14-17374-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0010.130923;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Afonso Henriques Malopa, com o NIF 2401386505, registada sob o n.º 2013.9496;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Afonso Henriques Malopa.

Identificação Fiscal: 2401386505;

AP.7/2013-09-23 Matrícula

Afonso Henriques Malopa, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Kilamba Kiaxi, Bairro Soba Capassa n.º 103, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem escritório e estabelecimento denominado, «RICK — Comercial», situados no Município da Maianga, Bairro, Catinton, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 27 de Setembro de 2013. — A conservadora, *ilegível*. (14-17379-L02)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0013.141016
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cláudio de Elias José Correia, com o NIF 2401398589, registada sob o n.º 2014.10624;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Cláudio de Elias José Correia.

Identificação Fiscal: 2401398589;

AP.10/2014-10-16 Matrícula

Cláudio de Elias José Correia, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Panguila, Casa n.º 208, Município de Cacuaco;

Data: 10 de Outubro de 2014;

Nacionalidade: angolana;

Ramo de actividade: comércio por grosso não especificado e serviços prestados;

Estabelecimento: «Cláudio — Comercial», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 17 de Outubro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17441-L01)

Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi — Luanda

CERTIDÃO

Francisco Zeca, Conservador de 1.ª Classe, da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi-Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 3 do livro-diário do Registo Comercial de 3 de Dezembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Loja dos Registos.

Certifico que, sob o n.º 26, a folhas 14 verso do livro B-1, se acha matriculada a comerciante em nome individual Victoria Alfredo Chihiluka Quiala, c.c. Isekiel José Manuel Quiala, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, no Município do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua dos Perdidos n.º 94, Zona 12, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares não especificados, em comércio a retalho de bebidas, tem escritório e estabelecimento deno-

minado «Quienee — Comercial», situado no Bairro Neves Bendinha, Rua dos Perdidos, n.º 94 nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, em Luanda, 5 de Dezembro de 2012. — O Conservador, *Francisco Zeca*. (14-17067-L01)

Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi

CERTIDÃO

Francisco Zeca, Conservador de 1.ª Classe, da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi — Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário do Registo Comercial de 7 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Loja dos Registos.

Certifico que, sob o n.º 10, a folhas 6, verso, do livro B-1, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Garros Tala, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Cassenda, Distrito Urbano da Maianga, Rua 21, Casa n.º 4, Zona 6, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, com outras actividades de serviços prestados principalmente as empresas, tem escritório e estabelecimento denominado «Garros Tala» situado no Bairro Cassenda, Distrito Urbano da Maianga nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, em Luanda, aos 13 de Junho de 2012. — O Conservador, *Francisco Zeca*. (14-17184-L01)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 19, do livro-diário de 13 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.694/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Jonas Bernardo António, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro Cazenga, Rua 2, Casa n.º 5, Zona 18, que usa a firma «JONAS BERNARDO ANTÓNIO — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «J.B.A — Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Viana, Bairro Viana, casa s/n.º, Km 30, Estrada Nacional 230.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 13 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17105-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 21 do livro-diário de 13 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.695/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Genilson Agnelo dos Santos Rodrigues, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Manuel D. A. Vasconcelos N, que usa a firma «G. A. D. S. R. — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «G. A. D. S. R. — Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Condomínio Coxas de Talatona, Casa n.º 1.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 13 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17106-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 23 do livro-diário de 13 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.696/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual Maria Luísa Kanhema, casada com Fernando Kanhema, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Garcia Resende, n.º 1, 5.º-A, que usa a firma «MARIA LUÍSA KANHEMA — Restaurante», exerce a actividade de restauração, tem escritório e estabelecimento denominado «Casa do Oleiro», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, Casa n.º 153, Rua do Centro de Logística, Sector A, Quarteirão 1.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 13 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17107-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 14 do livro-diário de 14 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.699/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, José João Jundo, solteiro, maior, residente na Huíla, no Município do Lubango, Bairro Comercial, casa s/n.º, que usa a firma «JOSÉ JOÃO JUNDO — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho e prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «J. J. J. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Cacuaco, Bairro Centralidade de Cacuaco, Rua 6, Casa 2, rés-do-chão.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17134-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 12 do livro-diário de 14 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.698/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual Indira Antónia Ventura das Chagas Barros, solteira, maior, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Rangel, Rua da Brigada, Casa n.º 10, Zona 1, que usa a firma «I. A. V. C. B. — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominados «Kuango — Comercial», situados em Luanda, no Município de Belas, Bairro Popular, Rua das Violetas, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.^a Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014.
— O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17135-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.^a Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.^a Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 45 do livro-diário de 14 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.700/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual António Manuel Baltazar da Cruz, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaki, Bairro Benfica, Casa n.º 451, que usa a firma «A. M. B. C. — Hotelaria, Turismo e Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços e restauração (restaurantes com balcão e snack-bar), tem escritório e estabelecimento denominado «TIO CRUZ — Hotelaria, Turismo e Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Belas, Centralidade do Kilamba, Quarteirão Rio Kwanza, Bloco U, 47 n.º 44.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.^a Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 14 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17136-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.^a Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.^a Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 69 do livro-diário de 15 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4703/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Benvindo Ernesto Kunenga Kitapandi, solteiro, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9, Casa n.º 247, Sector A, Zona 2, que usa a firma «B. E. K. K. — Comércio a Retalho», exerce a actividade de comércio de peças e acessórios para veículos automóveis, tem escritório e estabelecimento denominado «OFATE AUTOMATISMO — Oficina de Assistência Técnica», situado em Luanda, Município de Viana, Bairro Grafanil, Km 9, rua s/n.º, Casa n.º 76.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.^a Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 15 de Outubro de 2014.
— O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17137-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.^a Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.^a Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido era petição apresentada sob o n.º 67 do livro-diário de 15 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4702/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Emanuel Simão da Silva, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Boa-fé, casa s/n.º, que usa a firma «EMANUEL SIMÃO DA SILVA — Comércio a Retalho», exerce a actividade de comércio de peças e acessórios para veículos automóveis, tem escritório e estabelecimento denominado «Família Engracia — Comercial», situado em Luanda, Município de Viana, Bairro Caop-C, Rua Brasileira.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.^a Secção do Guiché Único, 15 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17166-L01)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.^a Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.^a Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 72 do livro-diário de 15 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.704/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Silvano Domingos dos Santos, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga Bairro Maianga, Rua Eduardo Mondlane, n.º 45, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «LEVA-LUANDA — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Eduardo Mondlane, n.º 190.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 15 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17167-L01)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 12 do livro-diário de 31 de Dezembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2.523, se acha matriculada a comerciante em nome individual Mayamona Celina Paulino, solteira, maior, residente no Uíge, Município do Uíge, Bairro Mbemba Ngango, Rua e Casa n.º 3, usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio geral, tem escritório e estabelecimento denominado «Mayamona Celina Paulino — Comercial», situado em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Golfe 2, rua s/n.º, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 21 de Dezembro de 2012. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17299-L12)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta, da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 38 do livro-diário de 16 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.706/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Engrácia Policarpo da Silva, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9-B, que usa a firma «Engrácia Policarpo da Silva — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «Massuica House», situado em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9-B, n.º 49.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 16 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17333-L02)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 79 do livro-diário de 16 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4711/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Adão Chitxiami, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf 2, Rua Vila Verde, Casa n.º 10, que usa a firma «Adão Chitxiami — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho, prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «QUALIDADE — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf II, Rua Vila Verde, Casa n.º 10.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17334-L02)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 36 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.715/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Felisbela Manuel da Silva de Castro, casada com Tito da Costa Castro, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Maculusso, Rua Nicolau Gomes Spencer, Casa n.º 15, que usa a firma «F. M. S. C. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho e prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «ALCABI — Comércio & Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maculusso, Rua Nicolau Gomes Spencer, Casa n.º 15.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17337-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 34 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.714/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Euclides Armando Ngonga, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Km 12, Casa n.º 340, que usa a firma «E. A. N. — Comércio a Retalho», exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares n. e. e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominado «CAFÉ E. A. N. — Comércio a Retalho & Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Viana, Bairro Estalagem, Rua da Cometa 1, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17338-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 29 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4713/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Filomena Valquíria Joaquim Gongga, solteira, maior, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Marçal, Rua dos Três, Casa n.º 17, que usa a firma «F. V. J. G. — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «F. V. J. G. — Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Vereador Prazeres, Casa n.º 85/87.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17358-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 38 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.716/14, se acha, matriculado o comerciante em nome individual, Anselmo Marcelino José Chombossi, solteiro, maior, residente no Bié, no Município do Kuito, Bairro Kuito, Rua Raimundo Sebrão, que usa a firma «A. M. J. C. — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «A. M. J. C. — Prestação de Serviços», situado em Luanda, no Município de Belas, Bairro Camama, ao lado das Bombas de Combustível da Sonangol.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17359-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 56 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.717/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Rui Maria Fernando, casado com Joaquina Mateus Matos Fernando, sob regime de comunhão de adquiridos residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Gamek, Avenida 21 de Janeiro, s/n.º, que usa a firma «RUI MARIA FERNANDO — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominados «RMF — Prestação de Serviços», situados em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Gamek, Rua Avenida 21 de Janeiro, s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17360-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que, me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 89 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.726/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Marcelina de Jesus Sebastião Manuel Mendes, casada com Costa António Mendes, sob regime comunhão de adquiridos, residente em Luanda, Distrito da Maianga, Bairro Cassenda, Rua do Comissariado, casa s/n.º, que usa a firma «M. J. S. M. M. — Comércio Geral», exerce a actividade de comércio a grosso e a retalho em estabelecimento n. e, tem escritório e estabelecimento denominado «M. J. S. M. M. — Comércio Geral», situado em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua do Comissariado, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (17361-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 60 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.719/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Armando Paulo, solteiro, maior, residente na Província da Huíla, Município do Lubango, Bairro Lucécia, casa s/n.º, que usa a firma «ARMANDO PAULO — Comércio a Retalho», exerce a actividade de comércio a retalho em estabelecimento n. e, tem escritório e estabelecimento denominado «A. P. — Comercial», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba II, casa s/n.º.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17365-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 58 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4718/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Garcia Floriberto, solteiro, maior residente em Luanda, Município do Kilamba Kiayi, Bairro Camama, casa s/n.º, Zona 20, que usa a firma «GARCIA FLORIBERTO — Comércio a Retalho», exerce a actividades comércio a retalho, tem escritório e estabelecimento denominado «Auto Graça — Comercial», situado em Luanda, Município de Kilamba Kiayi, Bairro Golf 1, Rua Pedro de Castro Van-Dúnem, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17366-L02)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda —
SIAC**

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 10 do livro-diário de 21 de Novembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 275, a folhas 138, verso, do livro B-1, se acha matriculada a comerciante em nome individual Isabel João Madeira, solteira, maior, residente em Luanda, no Bairro Ngola Kiluanje, Rua do São Pedro da Barra, casa sem número, que usa a firma o seu no me completo exerce as actividades de comércio a retalho não especificados, serviços prestados às empresas não especificados, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «Suleidi Maura», situado no Município de Viana, Rua Brasileira, Bairro Caop-C.

Por ser verdade se passa presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 24 de Novembro de 2008. — O conservador, *ilegível*. (14-17181-L01)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda —
SIAC**

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico, que sob o n.º 2083, a fls. 49 do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Luzolo Paulo António, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica casa s/n.º, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de comércio a retalho de bebidas, tem o seu escritório e estabelecimento denominados «Luzosofia» situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 11 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17211-L07)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 12 do livro-diário de 16 de Setembro do corrente ano a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2088 a fls 51 verso do livro B-6, se acha matriculada a comerciante em nome individual Luzia Nzumba Domingos Pedro, solteira, maior, residente em Luanda, Bairro Futungo, Rua 12, Casa 8, Município de Belas, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de construção geral de edifícios, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «Luzia Nzumba Domingos Pedro», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 16 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17218-L07)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda:

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 14 do livro-diário de 16 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2089 a folhas 52 do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Fernando Sindano, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf I, Zona 10, Rua 11, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de reconstrução de pneus, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «Fernando Sindano», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 18 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17226-L07)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda SIAC

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada, sob o n.º 10 do livro-diário de 25 de Agosto do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2077, a folhas 46, do livro B-5, se acha matriculado o comerciante em nome individual António Luís Yambi, solteiro, maior, residente em Luanda, casa s/n.º, Zona 3, Comuna Benfica Honga, Município da Samba, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o seu escritório e estabelecimento denominado «António Luís Yambi», situado no Município de Belas, na Centralidade do Kilamba, Prédio Z 21.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 28 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17200-L07)

Conservatória dos Registos da Comarca da Huila

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.141002;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «HESPISF — Comercial», com o NIF 2171067853, registada sob o n.º 2013.135;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
AP.7/2013-04-05 Inscrição

Início de actividade do comerciante em nome individual Horácio António do Espírito Santo Fernandes, solteiro, natural do Lubango, Província da Huila, residente no Lubango, Bairro do Tchioco;

Firma: «HESPISF — Comercial»;

Nacionalidade: angolana;

Ramo de actividade: comércio a grosso e a retalho, medicamentos, construção civil e obras públicas, turismo e hotelaria, prestação de serviços, lavandaria, pronto-socorro.

transporte de inertes, venda de viaturas e seus acessórios, diversos mobiliários, material informático, *rent-a-car*, decoração de eventos, casa fotográfica, salão de beleza, importação e exportação;

Denominação do estabelecimento e escritório: «HESPISF — Comercial»;

Início de actividade: 15 de Maio de 2013.

AP.1/2014-10-02 Averbamento

NIF:2171067853.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla, no Lubango, aos 3 de Outubro de 2014. — A Conservadora-Adjunta, *Emília Albertina Cacuhu*. (14-17188-L01)

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico

CERTIDÃO

Alberto Chicomba, Conservador dos Registos da Comarca do Moxico.

Satisfazendo ao que foi requerido em petição apresentada em 13 de Novembro de 2012, sob o n.º 1 do diário.

Certifico que, sob o n.º 102, da folha n.º 192, do livro B-1.º, está matriculado como comerciante em nome individual António Amândio Filipe da Silva, que usa como firma o seu nome, exerce o comércio geral e camionagem, tem o seu escritório situado na Cidade do Luena, Rua Saydi Mingas, E-6-4, e estabelecimento denominado «Trans-Silva Comercial».

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois da revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico, no Luena, aos 13 de Novembro de 2013. — O Conservador, *Alberto Chicomba*. (14-17199-L07)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

2.ª Secção Guiché Único — ANIFIL

CERTIDÃO

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 3 do livro-diário de 20 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 102/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Cláudia Namibia Guerra Fernandes, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua B5, Casa n.º 41, que usa a firma «C. N. G. F. — Prestação de Serviços e Comércio a Retalho», exerce a actividade de serviços prestados, princi-

palmente às empresas não especificado, comércio a retalho de têxteis e de vestuário, tem escritório e estabelecimento denominado «S.O.S. Beleza», situado em Luanda, Município de Viana, Complexo Vila Chinesa, Casa n.º 61.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único — ANIFIL, em Luanda, aos 20 de Outubro de 2014. — A conservadora de 3.ª classe, *ilegível*. (14-17249-L03)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0003.140827;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Fernando Benigio José, com o NIF 2301044360, registada sob o n.º 2014.201;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Fernando Benigio José;

Identificação Fiscal: 2301044360;

AP.3/2014-08-27 Matrícula

Fernando Benigio José, solteiro, maior, de 31 anos de idade, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente no Bairro Km 12, Município de Viana, Província de Luanda, Portador do Bilhete de Identidade n.º 000092775LA023, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal de Luanda, aos 18 de Fevereiro de 2011, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimento não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 22 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301044360, tem escritório e estabelecimento denominado «Fernando Benigio José», sito no Uíge, Bairro Kilala, junto à Feira Municipal do Uíge, Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 27 de Agosto de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*.

(14-17254-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0005.140827;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Mambimbi Nsangu, com o NIF 2301044130, registada sob o n.º 2014.203;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Mambimbi Nsangu;

Identificação Fiscal: 2301044130;

AP.5/2014-08-27 Matrícula

Mambimbi Nsangu, solteiro, maior, de 44 anos de idade, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente no Bairro Mbanza Zulo, Município de Maquela do Zombo, Província do Uíge, portador do Bilhete de Identidade n.º 005617959UE040, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 18 de Junho de 2012, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimento não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 22 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301044130, tem escritório e estabelecimento denominado «Mambimbi Nsangu», sito no Uíge, Bairro Kilala, junto a Feira Municipal do Uíge, Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 27 de Agosto de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*.

(14-17257-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0004.140910;

c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Delfina Neusa Tomé Manuel, com o NIF 2301044807, registada sob o n.º 2014.214;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Delfina Neusa Tomé Manuel;

Identificação Fiscal: 2301044807;

AP.4/2014-09-10 Matrícula

Delfina Neusa Tomé Manuel, solteira, maior, de 24 anos de idade, natural de Malembo, Província de Cabinda, residente no Bairro A Resistência, Município e Província de Cabinda, portadora do Bilhete de Identidade n.º 005011174CA045, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal de Cabinda, aos 25 de Janeiro de 2011, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 4 de Setembro de 2014;

Contribuinte n.º 2301044807, tem escritório e estabelecimento denominado «Delfina Neusa Tomé Manuel», sito no Uíge, Bairro Papelão, Rua do Café, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 10 de Setembro de 2014. — A Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*.

(14-17270-L13)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0006.140910;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «T.R.M.J. Comercial» de Teresa Rebeca Monteiro Jorge, com o NIF 2301044793, registada sob o n.º 2014.216;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«T. R. M. J. — Comercial»;

Identificação Fiscal: 2301044793;

AP.6/2014-09-10 Matrícula

Teresa Rebeca Monteiro Jorge, solteiro, maior de 28 anos de idade, natural do Uíge, Província do Uíge, residente no Bairro Popular n.º I, Rua B, Município e Província do Uíge, portador do Bilhete de Identidade n.º 000667377UE034, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 23 de Setembro de 2013, de nacionalidade angolana, usa a firma «R. M. J. — Comercial» de Teresa Rebeca Monteiro Jorge, exerce as actividades de comércio a retalho não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 4 de Setembro de 2014, Contribuinte n.º 2301044793, tem escritório e estabelecimento denominado «T. R. M. J. Comercial» de Teresa Rebeca Monteiro Jorge, sito no Uíge, Rua do Comércio, Prédio Mazda, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 10 de Setembro de 2014. — O Conservador, de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*.

(14-17274-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0009.140912;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Augusto da Silva Cassapa Trigo, com o NIF 2301044874, registada sob o n.º 2014.219;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Augusto da Silva Cassapa Trigo;

Identificação Fiscal: 2301044874;

AP.9/2014-09-12 Matrícula

Augusto da Silva Cassapa Trigo, solteiro, maior, de 38 anos de idade, natural de Lobito, Província de Benguela, residente no Bairro Benfica, Rua 4, Zona C, Município e Província de Benguela, Portador do Bilhete de Identidade n.º 002295414BA039, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 6 de Junho de 2013, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio por grosso não especificado e comércio a retalho de produtos alimentares e de tabaco não especificado, com o início da actividades em 12 de Setembro de 2014, Contribuinte n.º 2301044874, tem escritório e estabelecimento denominado «Augusto da Silva Cassapa Trigo», sito no Uíge, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge aos 15 de Setembro de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*.

(14-17277-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0001.140715;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cristina Carla dos Santos Coxé, com o NIF 2301043320, registada sob o n.º 2014.157;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Cristina Carla dos Santos Coxé.

Identificação Fiscal: 2301043320;

AP.1/2014-07-15 Matrícula

Cristina Carla dos Santos Coxé, solteira, maior de 35 anos de idade, natural do Uíge, Município e Província do Uíge, residente em Luanda, Bairro Golf II, Município da Maianga, Província de Luanda, Portadora do Bilhete de Identidade n.º 000203125UE016, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 18 de Outubro de 2011, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, com o início de actividades em 4 de Julho de 2014, Contribuinte n.º 2301043320, tem escritório e estabelecimento denominado «Cristina Carla dos

Santos Coxé», sito no Uíge, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge — SIAC.

Conferi a presente fotocópia conforme o original exibido para este fim.

Conservatória dos Registos do Uíge, no Uíge, aos 18 de Setembro de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raúl Alfredo*.
(14-17280-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge

CERTIDÃO

José Tuti, Conservador de 1.ª Classe dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge.

Certifico, satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do diário de 7 do corrente mês e ano, sob o n.º 23, a folhas 13, do livro C-1/2005, se acha matriculada a sociedade por quotas denominada «LIMA PRETO PESSA — Comércio Geral, Importação e Exportação Limitada», com sede na Cidade do Negage, Rua A, Bairro Popular n.º 1, Casa n.º 54, inscrita sob n.º 23, de folhas 24, verso, a Folhas n.º 25, do livro E-1/2005, a qual tem o capital social de Kz: 12.000,00 (doze mil kwanzas), com objecto social o exercício de comércio geral a grosso e a retalho, agricultura, indústria, hotelaria e turismo, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade quando aos sócios o convier.

São sócios da sobredita sociedade: Lima Preto Pessa, com uma quota no valor nominal de Kz: 6.000,00 (seis mil kwanzas), Colino Lima e Domingos Lima Ginga Pessa, com uma quota no valor nominal de Kz: 3.000,00 (três mil Kwanzas) cada um, competindo a gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contratos, activa e passivamente, em juízo e for dele, incumbe ao sócio Lima Preto Pessa, que dispensado de caução fica desde já nomeado o único gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

§Único: — O sócio poderá delegar em pessoa estranha a sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, mediante à respectiva procuração.

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge, aos 12 de Setembro de 2005. — O conservador de 1.ª Classe, *ilegível*.
(14-17272-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge — Posto do SIAC

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 4 do livro-diário de 8 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Tola Mbiavanga, Limitada», com a sede no Centro da Cidade, Rua 1.º D'Agosto, Município e Província do Uíge, registada sob o n.º 129, folhas 99, verso, a 100, do livro C-1/2014 e com escrita a folhas 43, verso, a 44, do livro E-2, sob n.º 129/2014.

Certifico que, a sobredita sociedade tem o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas e, com o objecto social, comércio geral a grosso e retalho, prestação de serviços, construção civil e obras públicas, agro-pecuária, indústria, hotelaria e turismo, assistência técnica, consultoria jurídica e económica, contabilidade e auditoria, venda de mobiliários e imobiliários diversos, comercialização de matérias de construção, instalações eléctricas e comunicações, instalações de sistemas de segurança de incêndio, videovigilância, projectos arquitectónico e de fiscalização de obras, transportes, transitários, *rent-a-car*, venda e aluguer de viaturas e seus acessórios, mecânica auto, estação de serviços, escola de condução, agência de viagens, venda de materiais informáticos e de telecomunicações, publicidade, e marketing, venda de gás butano, farmácia, centro médico e clínicas hospitalares, salão de beleza, boutique, perfumaria, estética, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais, gestão de participações, fitness club e educação física, desporto e recreação, educação e ensino, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verde e jardinagem, exploração mineira e florestal, segurança de bens patrimoniais, creche, saneamento básico, importação e exportação. Podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade do ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e sejam permitidos por lei.

São seus sócios Tola Martins Vieira, com uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), José Nguinamau Afonso Mucanza e Mbiavanga André Pedro, ambos com uma quota igual no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) cada um, respectivamente.

A gerência e administração da sociedade, será exercido pelo segundo sócio, que dispensados de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada
assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 8 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegi-vel*.

(14-17275-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge — Posto do SIAC

CERTIDÃO

Raúl Alfredo, Conservador de 3.ª Classe, da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 19 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Grupo Eliefer, Limitada», com sede no Bairro Mateus, casa s/n.º, Município e Província do Uíge, registada sob o n.º 138, folhas 108, do livro 1-C/2014, e com escrita a folhas 52, verso, a 53, do livro E-2, sob n.º 138/2014.

Certifico que, a sobredita sociedade tem o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representados por 2 (duas) quotas, com objecto social, o comércio geral, a grosso e a retalho, venda de imobiliário e mobiliário, assistência técnica e prestação de serviços, produção de eventos e espectáculos culturais, construção civil e obras públicas, comercialização, reparação e manutenção de materiais de (construção, eléctricos e electrotécnico), farmácia, depósito de medicamento, comércio de automóveis, acessórios e sobressalentes, peças auto, venda de combustíveis e lubrificantes, agricultura e agro-pecuária, saneamento básico, indústria panificadora, têxtil e pescas, estética, exploração florestal e mineira, transporte de passageiros e carga, *rent-a-car*, transporte urbano e escolar, educação e ensino, livraria e tabacaria, formação técnico-profissional, hotelaria e similares, agências de viagens e turismo, fitness clube e educação física, indústria decoração, cabeleireiro e tratamento de beleza, marketing e comunicação, importação e exportação.

Podendo dedicar-se a qualquer outra actividade do ramo comercial ou industrial em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

São seus sócios, Ferraz Victor Francisco, com uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), Edna Angelina Fastino Fernando e Gustavo Tchamunhima Fernando, ambos com uma quota igual no valor nominal de Kz: 40.000,00, (quarenta mil kwanzas), cada um, respectivamente.

A gerência e administração da sociedade, será exercido pelo primeiro sócio, que dispensado de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 19 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegi-vel*.

(14-17293-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 9 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 255, folhas 126, do livro C-1/2014, se acha matriculada a Comerciante em nome individual de Albertina Biyela, solteira maior de 60 anos de idade, residente Bairro Centro da Cidade, Município e Província do Uíge, que usa a firma «O Seu Próprio Nome», exerce a actividade de comércio por a grosso e a retalho de produtos de alimentares não especificados, com início das actividades em 4 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «A. B. — Comercial» de Albertina Biyela, sito no Bairro Mbemba Ngango, Rua M, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista concertada

assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 9 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegi-
vel.* (14-17278-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 2 do livro-diário de 8 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 250, folhas 123 verso, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Wumba Ngoma, solteiro maior de 23 anos de idade, residente no Bairro Caquiuiá, Zona 2, Município e Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade descontinuado de alfaiataria de homem, com início em 3 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «W. N. — Comercial» de Wumba Ngoma, sito no Bairro Caquiuiá, Rua Industrial, juntos à Escola Engenheiro José Eduardo dos Santos, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 8 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegi-
vel.* (14-17279-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 19 de Agosto de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória. Certifico que, sob o n.º 220, folhas 108 verso, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Seke Miguel, solteiro de 43 anos de idade, residente na Zona 17, Bairro Hoji-ya-Henda, Município do Cazenga, Província de Luanda, que usa a firma seu próprio nome, exerce a actividades de comércio a retalho em estabelecimentos e outros serviços prestados não especificados, com início em 11 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «Maseke — Comercial» de Seke Miguel, sito no Bairro Caquiuiá, Centro da Cidade, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge aos, 19 de Agosto de 2014. — O conservador, *ilegi-
vel.* (14-17273-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe, da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 4 do livro-diário de 19 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 2260, folhas 128 verso, do livro C-1/2014, se acha matriculada a comerciante em nome individual de Nzambi Elisa Nzumba Afonso, solteira, de 32 anos de idade, residente no Bairro Coqueiros, Zona 4, Município da Ingombota, da Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a grosso e a retalho em estabelecimentos não especificados e outros serviços prestados, com início em 19 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «N. E. N. A — Comercial» de Nzambi Elisa Nzumba Afonso, sito no Bairro Papelão, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 19 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegi-
vel.* (14-17296-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Raúl Alfredo, Conservador de 3.^a Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 18 de Julho de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória. Certifico que, sob o n.º 2012, folhas 106, verso, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante nome individual Gilberto Luís da Silva Quicando, solteiro, de 30 anos de idade, residente no Centro da Cidade, Município e Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividades de comércio a retalho não especificados, com início em 14 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «Gilcando — Comercial» de Gilberto Luís da Silva Quicando, sito no Bairro Mbemba Ngango, Rua A, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 18 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17291-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.^a Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 25 de Agosto de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 208, folhas 104, verso, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Alcino Bernabé Quifuta Saioso, solteiro, de 26 anos de idade, residente no Bairro Mbemba Ngango, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividades de comércio a grosso não especificados, com início em 4 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «Soclaudio Eventos — Comercial» de Alcino Bernabé Quifuta Saioso, sito no Centro da Cidade, Rua Pioneiro do Congo, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, do Posto SIAC, no Uíge, aos 25 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17302-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.^a Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 25 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 264, folha 130, verso, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Almeida António André, solteiro, de 26 anos de idade, residente no Bairro Centro da Cidade, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividades de comércio a retalho de produtos farmacêuticos, com início em 24 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominados «Nova Geração — Comercial», de Almeida António André, sitos no Bairro Candombe Velho, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto do SIAC, no Uíge, aos 25 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17303-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.^a Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 7 do livro-diário de 1 de Outubro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 267, folha 132, do livro C-1/2014, se acha matriculada a comerciante em nome individual de Mansanga Maria Manuel Kavua, solteira, maior, de 35 anos de idade, residente na Casa n.º 7, Zona 7, Bairro Kilamba Kiayi, Município e Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados e de produtos farmacêuticos e cosméticos e outros serviços prestados, com início das actividades em 24 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «M. M. M. K. — Comercial» de Mansanga Maria Manuel Kavua, sito no Bairro Kilamba Kiayi, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 1 de Outubro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17304-L12)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0005.141002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cesário Cuayunda — Comercial, com o NIF 2012012523, registada sob o n.º 2014.2639;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Cesário Cuayunda — Comercial;

Identificação Fiscal: 2012012523;

AP.5/2014-10-02 Matrícula

Cesário Gando Cuayunda, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro do Liro, usa como firma «Cesário Cuayunda — Comercial» de Cesário Gando Cuayunda, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro do Lobito Velho, tendo iniciado as suas operações comerciais em 17 de Dezembro de 2012.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19424-B07)

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19425-B07)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.141002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cornélio Trigo — Comercial, com o NIF 2012000304, registada sob o n.º 2014.2635;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Cornélio Trigo — Comercial;

Identificação Fiscal: 2012000304;

AP.1/2014-10-02 Matrícula

Cornélio Mbundi Trigo, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro Popular, usa como firma «Cornélio Trigo — Comercial» de Cornélio Mbundi Trigo, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro Popular, tendo iniciado as suas operações comerciais em 4 de Setembro de 2012.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19426-B07)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0004.141002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual M. C. G. — Comercial, com o NIF 2012014054, registada sob o n.º 2014.2637;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

M. C. G. — Comercial;

Identificação Fiscal: 2012014054;

AP.3/2014-10-02 Matrícula

Maria da Conceição Gomes, solteira, maior, residente no Lobito, Bairro da Bela Vista, usa como firma «M. C. G. — Comercial» de Maria da Conceição Gomes, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro da Bela Vista, tendo iniciado as suas operações comerciais em 19 de Setembro de 2014.

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0010.141002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Donavi, com o NIF 2012014038, registada sob o n.º 2014.2644;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Donavi;

Identificação Fiscal: 2012014038;

AP.10/2014-10-02 Matrícula

Domingas Navio, solteira, maior, residente no Lobito, Bairro da Bela Vista, usa como firma «Donavi» de Domingas Navio, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro da Bela Vista, tendo iniciado as suas operações comerciais em 28 de Agosto de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014.
— A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19427-B07)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0008.141002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Emanuel Vapor — Prestação de Serviços, com o NIF 2012013899, registada sob o n.º 2014.2642;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Emanuel Vapor — Prestação de Serviços;

Identificação Fiscal: 2012013899;

AP.8/2014-10-02 Matrícula

Emanuel Moreno Vapor Dongua, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro Popular, usa como firma «Emanuel Vapor — Prestação de Serviços» de Emanuel Moreno Vapor Dongua, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro do Lobito Velho, tendo iniciado as suas operações comerciais em 16 de Maio de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014.
— A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19428-B07)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0006.141002;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual G. J. A. C. — Prestação de Serviços, com o NIF 2012013953, registada sob o n.º 2014.2640;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

G. J. A. C. — Prestação de Serviços;

Identificação Fiscal: 2012013953;

AP.6/2014-10-02 Matrícula

Gideão José António Chicoca, casado, residente no Lobito, Bairro Popular, usa como firma «G. J. A. C. — Prestação de Serviços» de Gideão José António Chicoca, exerce o comércio a retalho de prestação de serviços, montagem e reparação de frio, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro Popular, tendo iniciado as suas operações comerciais em 7 de Agosto de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014.
— A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19429-B07)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0012.141002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual L.A.C. — Comercial, com o NIF 2012013880, registada sob o n.º 2014.2646;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

L.A.C. — Comercial;

Identificação Fiscal: 2012013880;

AP.12/2014-10-02 Matrícula

Leandro Almiro da Costa Cassoma, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro do Morro da Rádio, usa como firma «L. A. C. — Comercial» de Leandro Almiro da Costa Cassoma, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro do São João, tendo iniciado as suas operações comerciais em 11 de Agosto de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014.
— A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19430-B07)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0011.141002;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Rosário — Comercial; com o NIF 2012014062, registada sob o n.º 2014.2645;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Rosário — Comercial;

Identificação Fiscal: 2012014062;

AP.11/2014-10-02 Matrícula

António Francisco do Rosário, casado, residente no Lobito, Zona Comercial, usa como firma «Rosário — Comercial» de António Francisco do Rosário, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, transportes, formação profissional, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro da Bela Vista, tendo iniciado as suas operações comerciais em 19 de Setembro de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19431-B07)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do
Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0009.141003;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Alberto Camboe — Prestação de Serviços, com o NIF 2012013910, registada sob o n.º 2014.2666;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Alberto Camboe — Prestação de Serviços;

Identificação Fiscal: 2012013880;

AP.9/2014-10-03 Matrícula

Alberto Ucamba Camboe, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro da Bela Vista, usa como firma «Alberto Camboe — Prestação de Serviços» de Alberto Ucamba Camboe, exerce o comércio a retalho e prestação de servi-

ços em construção civil, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro da Bela Vista, tendo iniciado as suas operações comerciais em 16 de Maio de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19432-B07)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0007.141003;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Serafim Lukunde — Comercial, com o NIF 2012009956, registada sob o n.º 2014.2664;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Serafim Lukunde — Comercial;

Identificação Fiscal: 2012009956;

AP.7/2014-10-03 Matrícula

Serafim Lukunde Tchindombe Evaristo, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro do Compão, usa como firma «Serafim Lukunde — Comercial» de Serafim Lukunde Tchindombe Evaristo, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, montagem e reparação de equipamentos electrónico, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro da Caponte, tendo iniciado as suas operações comerciais em 28 de Agosto de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19433-B07)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0003.141003;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual MARICHITEKE — Prestação de Serviços, com o NIF 2012013945, registada sob o n.º 2014.2660;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
MARICHITEKE — Prestação de Serviços;
Identificação Fiscal: 2012013945;
AP.3/2014-10-03 Matrícula

Marina Carla Chiteke Cahepo, solteira, maior, residente no Lobito, Bairro Popular, usa como firma «MARICHITEKE — Prestação de Serviços» de Marina Carla Chiteke Cahepo, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro Popular, tendo iniciado as suas operações comerciais em 16 de Maio de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19434-B07)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0022.141002;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual JUMENDES — Prestação de Serviços, com o NIF 2012014003, registada sob o n.º 2014.2656;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
JUMENDES — Prestação de Serviços;
Identificação Fiscal: 2012014003;
AP.22/2014-10-02 Matrícula

Júlia Esperança Mendes Moura, solteira, maior, residente em Benguela, Bairro São João, usa como firma «JUMENDES — Prestação de Serviços» de Júlia Esperança

Mendes Moura, exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, salão de beleza, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro Popular, tendo iniciado as suas operações comerciais em 11 de Agosto de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19435-B07)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0020.141002;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Bartolomeu Mosso — Comercial, com o NIF 2012013961, registada sob o n.º 2014.2654;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Bartolomeu Mosso — Comercial;
Identificação Fiscal: 2012013961;
AP.20/2014-10-02 Matrícula

Bartolomeu Mosso, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro do Alto Liro, usa como firma «Bartolomeu Mosso — Comercial», exerce o comércio geral e prestação de serviços, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro do Alto Liro, tendo iniciado as suas operações comerciais em 11 de Agosto de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia*.

(14-19436-B07)



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 550,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA	
	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRENSA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no *site* www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

SUMÁRIO

AFKEN.— Trading Company, Limitada.

Organizações Fininhos, Limitada.

Érika & Pange, Limitada.

Fama 10 Sport, Limitada.

B. F. K. TRADING — Importação e Exportação, Limitada.

Sacurida, Limitada.

Arcir Group, Limitada.

JUS — Adconsultores, (SU), Limitada.

Pepam & Filhos, Limitada.

Lufulo Francisco & Filhos, Limitada.

JOÃO MARIA FERNANDES — Gourmet, Limitada.

Organizações 7 Lundas (SU), Limitada.

MANGATA — Comércio e Prestação de Serviços (SU), Limitada.

Domicleidy Comercial (SU), Limitada.

BNI — Banco de Negócios Internacional, S. A.

C. A. F. V. (SU), Limitada.

Organizações Jomisse, Limitada.

LUNIEL — Serviços, Limitada.

Appy People, Limitada.

Bentomar, Limitada.

PROJECTO CALONGA — Comércio Geral, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada.

TECNIFORMA — Formação, Consultoria & Negócios, Limitada.

Grupo Honradez, Limitada.

Nepali (SU), Limitada.

Jayo Angola Boutique (SU), Limitada.

PROCAMPO — Agronegócios, S. A.

J-Mecanga, Limitada.

Ndaty Shipping & Supply, Limitada.

3DM, Limitada.

CAMGROUP — Investimento, Limitada.

NJG, Limitada.

QUICKLY — Prestação de Serviços, Limitada.

FELIMARQUE — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada.

Rovic, Limitada.

Flytur, Limitada.

Geopeixe, Limitada.

Indústria de Confeções do Namibe, Limitada.

LUTIMA — Prestação de Serviços, Limitada.

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge — Posto SIAC.

«Joana do Carmo João Manuel».

«Manuel Paulo».

«Simão Bengui Luvumbo Pembele».

«Rafael Pereira Eduardo».

«Dorita Docéu Quiacana Mequila».

«Hedelberto Miguel Vemba Bernardo».

«Elsio Quilombo».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«Augusto Lucas Martins».

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge.

«M. V. M. L.».

Conservatória dos Registos do Uíge.

«José Jeremias Pinto Ramário».

«J. F. — Comercial de João Franklin Fernandes Domingos».

«Cláudio Marques Pumba».

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo.

«Nzongo Inês».

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge — Posto do SIAC.

«Elieudnapa, Limitada».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

«VICTOR ARNALDO PACHECO — Transportes e Logística».

«A. V. P. M. — Comércio Geral».

«ANABELA DA CONCEIÇÃO SIMBOVOLA CREDO — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».

«DOMINGOS TIBÚRCIO MAMPUMU — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».

«RUTH MAKIESSE FIDEL — Comércio, Salão de Beleza e Boutique».

«Dulce Isabel da Silva — Hotelaria».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Kilamba Kiayi.

«Joaquim Mendes Cardoso de Almeida Mangueira».

«Ricardo João Matias».

«Zita Inácio Velho João».

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga.

«R. B. J. — Prestação de Serviços».

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela.

«Avelino Gunga Cambuta».

«Arcanjo Monteiro Atende Bernardo».

«Adelina José — Comercial».

«Cantinho do Sitongua».

«Aurélino José Pequenino».

«António de Jesus Mota Lemos».

«Zeferino Tiquete».

AFKEN — Trading Company, Limitada

Aumento do capital social, objecto e alteração parcial do pacto social da sociedade «AFKEN — Trading Company, Limitada».

Certifico que, por escritura de 2 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 49, do livro de notas para escrituras diversas n.º 226-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Manuel Alberto Afonso, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua de Goa, Casa n.º 21, rés-do-chão;

Segundo: — Hassan Ahmed Kennan, casado com Alena Kennan, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Serra Leoa, mas de nacionalidade americana, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Rua Vereador Ferreira da Cruz, Casa n.º 26;

Declaram os mesmos:

Que são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas denominada «AFKEN — Trading Company, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito do Rangel, Bairro Terra Nova, Rua de Goa, n.º 21, rés-do-chão, constituída por escritura datada de 18 de Setembro de 2008, com início a folha 32, do livro de notas para escrituras diversas n.º 80, alterada por escritura datada de 5 de Junho de 2013, com início de folhas 72, verso, a folhas 73, do livro de notas para escrituras diversas n.º 311, registada na

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único da Empresa, sob o n.º 1772-08, titular do Número de Identificação Fiscal 5417035173, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Hassan Ahmed Kennan, e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Manuel Alberto Afonso;

Que, pela presente escritura os sócios conforme acta de deliberação datada de 19 de Agosto de 2014, os outorgantes decidem aumentar o capital social da sociedade de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) para Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), sendo o valor no aumento de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), valor este integralmente realizado em dinheiro e que já deu entrada na caixa social da sociedade, resultante da subscrição de duas novas quotas, sendo a primeira no valor nominal de Kz: 72.000,00 (setenta e dois mil kwanzas), subscrito pelo primeiro outorgante e outra no valor nominal de Kz: 28.000,00 (vinte e oito mil kwanzas) subscrita pelo segundo outorgante, que ambos unificam com as quotas que já detinham na sociedade, passando o primeiro a ter a quota única no valor nominal de Kz: 102.000,00 (cento e dois mil kwanzas), e o segundo a ter a quota única no valor nominal de Kz: 98.000,00 (noventa e oito mil kwanzas);

Ainda mediante acta de deliberação os sócios decidem acrescer ao objecto social já existente às actividades de venda e fabrico de jóias, joalharia, ourivesaria e relojoaria, venda e compra de ouro, objectos de ouro e diamante, venda de geradores e de veículos automóveis, ligeiros e pesados (*stand*), oficina e assistência técnica pós venda, *rent-a-car*, construção civil, venda de mobiliário e artigos de escritório, exploração de recursos naturais e mineiros, exploração diamantífera, consultoria e comercialização de diamantes e petróleo, agro-pecuária e pescas, serviços de segurança, assistência médica, comercialização de medicamentos e equipamento hospitalar, serviços de informática, venda de computadores e derivados, *marketing* e publicidade, venda de artigos de electricidade e radieléctricos, aparelhos, electrodomésticos, venda de tecidos e confecções, calçados e outros artigos de vestuários.

Em função dos actos praticados, altera-se a redacção dos artigos 1.º, 3.º, 4.º e 6.º do pacto social, que passam a ser as seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «AFKEN — Trading Company, Limitada», com sede social em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Miramar, Rua Ndunduma,

n.º 139, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, prestação de serviços, hotelaria e turismo, pescas, indústria, importação e exportação e telecomunicações, venda e fabrico de jóias, joalharia, ourivesaria e relojoaria, venda e compra de ouro, objectos de ouro e diamante, venda de geradores e de veículos automóveis, ligeiros e pesados (*stand*), oficina e assistência técnica pós-venda, *rent-a-car*, construção civil, venda de mobiliário e artigos de escritório, exploração de recursos naturais e mineiros, exploração diamantífera, consultoria e comercialização de diamantes e petróleo, agro-pecuária e pescas, serviços de segurança, assistência médica, comercialização de medicamentos e equipamento hospitalar, serviços de informática, venda de computadores e derivados, *marketing* e publicidade, venda de artigos de electricidade e radieléctricos, aparelhos electrodomésticos, venda de tecidos e confecções, calçados e outros artigos de vestuários podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social, inteiramente subscrito e realizado em dinheiro, é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 102.000,00 (cento e dois mil kwanzas), pertencente ao sócio Manuel Alberto Afonso, e outra quota no valor nominal de Kz: 98.000,00 (noventa e oito mil kwanzas), pertencente ao sócio Hassan Ahmed Kennan.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma das assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

1. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

• Declararam ainda que continuam firmes e válidas as demais disposições do pacto social não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 13 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17114-L02)

Organizações Fininhos, Limitada

Certifico que, com início de folha 23 à 24 do livro de notas para escrituras diversas n.º 5B-2.ª série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas organizações «Fininhos, Limitada».

No dia 24 de Setembro de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Mateus de Oliveira, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Candombe Velho, casa s/n.º, Município do Uíge, Zona 4, titular do Bilhete de Identidade n.º 003064732UE036, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 27 de Março de 2013, com o Número de Identificação Fiscal 103064732UE0361;

Segundo: — Alexandre Francisco Estêvão Joaquim, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Candombe Velho, casa s/n.º, Município do Uíge, Zona 1, titular do Bilhete de Identidade n.º 002949064UE030, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 3 de Dezembro de 2012, com o Número de Identificação Fiscal 102949064UE0300;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos bilhetes de identidade acima referidos.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre eles outorgantes, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «Organizações Fininhos, Limitada», tem a sede social no Bairro Candombe Velho, casa s/n.º, Quarteirão 4, Município e Província do Uíge, Zona 2, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada pertencentes aos sócios, Mateus de Oliveira e Alexandre Francisco Estêvão Joaquim, respectivamente.

Que, a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço

Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensado a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais no Siac — Uíge, aos 22 de Setembro de 2014;
- c) Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz aos outorgantes em voz alta, na presença simultânea de ambos a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de noventa dias a contar de hoje.

Assinaturas de Mateus de Oliveira e Alexandre Francisco Estêvão Joaquim.

É Certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, aos 24 de Setembro de 2014. — O notário, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES FININHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «Organizações Fininhos, Limitada» e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Bairro Candombe Velho, casa s/n.º, Quarteirão 4, Município e Província do Uíge, Zona 2, podendo a sociedade, por simples deliberação da gerência, transferir a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar, delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, videovigilância e instrução, fiscalização de obras, transportes públicos e particulares, venda de viaturas e seus acessórios, agência de viagens, agro-pecuária e agri-

cultura, cafetaria, gráfica e impressão, música e artes, venda de alumínio, informática, telecomunicações, comercialização de lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos e hospitalares, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, botequim, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, saneamento básico, creche, formação e ensino, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como sociedades com objectivos e diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000.00 (cinquenta mil kwanzas) cada, pertencentes aos sócios, Mateus de Oliveira e Alexandre Francisco Estevão Joaquim, respectivamente.

1- A sociedade poderá, também, mediante deliberação da Assembleia Geral de sócios, participar no capital de outras sociedades e promover, constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócio ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

Os sócios poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Alexandre Francisco Estevão Joaquim, que dispensada de caução fica desde já nomeado gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutro sócio ou mesmo em pessoas estranhas à sociedade, mediante a procuração para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um Fiscal Único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas aos sócios com, pelo menos, trinta dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

2. Os sócios podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anuais a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócios)

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os sobreviventes e capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo os herdeiros do sócio falecido escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à partilha procederão como para ela acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios e seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissos, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17297-L12)

Érika & Pange, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 9, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

David Menervino Sá Fernandes da Silva, divorciado, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Luanda-Sul, Novo Horizonte, n.º 146, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de sua filha menor, Érika de Carvalho Fernandes da Silva, de 4 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ÉRIKA & PANGE, LIMITADA**

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Érika & Pange, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua António Saldanha, Casa n.º 28, Bairro Maculusso, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento

básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma (1) quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio David Menervino Sá Fernandes da Silva, e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencentes à sócia Érika de Carvalho Fernandes da Silva.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio David Menervino Sá Fernandes da Silva, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17348-L02)

Fama 10 Sport, Limitada

Certifico que, com início a folhas 3, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-A, do Cartório Notarial da Loja dos Registos de Cacaco se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Fama 10 Sport, Limitada».

No dia 24 de Junho de 2014, em Luanda e no Cartório Notarial da Loja dos Registos de Cacaco, perante mim, António Pedro da Silva, Notário do referido Cartório compareceram os outorgantes:

Primeiro: — Agostinho Neves António, casado com Juliana Domingos Neves, no regime de comunhão de adquiridos, natural de Quipedro, Província do Uíge, residente em Luanda, no Bairro Hoji-ya-Henda, Casa n.º 805, Zona 17, titular do Bilhete de Identidade n.º 000116655UE036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Luanda, aos 31 de Maio de 2011;

Segundo: — Fabrice Alcebiade Maieco, solteiro, maior, natural de Benguela, Província de Benguela, residente em Luanda, no Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 30, 1.º andar-D, titular do Bilhete de Identidade n.º 000448933BA032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Luanda, aos 4 de Junho de 2012;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos documentos acima mencionados.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre ambos uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de «Fama 10 Sport, Limitada», com sede em Luanda, Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 30, 1.º andar-D;

Que a sociedade tem por objecto social o estipulado no artigo 3.º do estatuto, e possui o capital social do montante de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), como referencia o artigo 4.º do estatuto.

Que, esta sociedade vai reger-se pelo respectivo estatuto que faz parte integrante desta escritura, que é um documento elaborado em separado, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 78.º do Código do Notariado, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, cujo conteúdo eles outorgantes têm perfeito conhecimento, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instrui o acto com os seguintes documentos:

- O documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominação Social, em Luanda;
- Comprovativo do depósito do capital social em banco.

Aos outorgantes e na presença simultânea de ambos, fiz em voz alta, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de noventa dias.

Imposto de Kz: 625,00 (seiscentos e vinte e cinco kwanzas).

ESTATUTO DA SOCIEDADE FAMA 10 SPORT, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação «Fama 10 Sport, Limitada», tem a sua sede em Luanda, Bairro Nelito Soares,

Avenida Hoji-ya-Henda, Casa n.º 30, Distrito Urbano do Rangel, podendo abrir filiais, agências, sucursais ou qualquer outra forma de representação no território nacional ou no estrangeiro, ondem e quando convêm os negócios sociais.

2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data da escritura pública.

3.º

O seu objecto social é o exercício de comércio geral, por grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, venda de equipamento desportivos, construção civil, obras públicas, hotelaria, turismo; piscicultura, hospedaria e lazer, modas e confecções, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usadas e seus acessórios, reparação geral de automóveis, serviços médicos e diagnósticos integrados, serviços farmacêuticos, centro médico, clínica geral, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos, pastelaria, geladaria, panificação, informática, telecomunicações, consultoria, gestão de projectos de engenharia, venda de equipamentos desportivos, exploração mineira e florestal, auditoria de empresas, prestação de serviços, comercialização de telefones e seus acessórios, utensílios domésticos, elaboração de projectos de obras, fiscalização de obras, transportes terrestres, aéreos e marítimos, agência de viagens, despachante, transitários, cabotagem, camionagem, fabricação de blocos e vigotas, fabricação e venda de material de frio, ourivesaria, comercialização de combustíveis e lubrificantes, óleos, exploração de hotéis, pensões, restaurantes e similares, de bombas de combustíveis, estação de serviços, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório, decoração de eventos, promoção, produção e realização de festas, banquetes, espectáculos e eventos culturais, desportivos e recreativos, salão de cabeleireiro, botequim, ourivesaria, imobiliários, relações públicas, representações comerciais e industriais, vídeo clube, discoteca, desinfestação, manutenção de espaços verdes, jardinagem, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação, ensino geral e cultura, escola de condução, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

§Único: — Para prossecução do seu objecto social, a sociedade poderá agrupar-se com outras sociedades ou empresas nacionais ou estrangeiras com objectos similares e de acordo com a lei.

4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), cada uma, pertencente

aos sócios Agostinho Neves António e Fabrice Alcebiade Maieco.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante o juro e nas condições que estipularem.

6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

7.º

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente serão exercidas por ambos os sócios, que dispensados de caução, ficam desde já nomeados gerentes, sendo necessária as assinaturas conjuntas para obrigar validamente a sociedade.

Os sócios-gerentes poderão delegar entre si ou em pessoas estranhas à sociedade mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerências, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor-fianças, abonações ou actos semelhantes respondendo por perdas e danos aquele que infringir esta cláusula.

8.º

A Assembleia Geral constituída por todos os sócios tem os poderes definidos no presente estatuto e na lei e as suas deliberações, quando regularmente tomadas, são obrigatórias para todos os sócios.

9.º

Os lucros líquidos apurados depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais, criados pelos sócios em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente ou capaz e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que, a todos represente enquanto a quota estiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e,

a liquidação e partilha, procederão como então acordarem. Na falta de acordos e se algum dos sócios o pretender, será o activo social licitado em globo, com a obrigação do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

12.º

No omissio regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislações aplicáveis na República de Angola.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair, e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Loja dos Registos de Cacucaco, em Luanda, aos 25 de Junho de 2014. — O Notário, *António Pedro da Silva*. (14-17445-L01)

B. F. K. TRADING — Importação e Exportação, Limitada

Aumento de capital e alteração parcial do pacto social na sociedade «B. F. K. TRADING — Importação e Exportação, Limitada».

No dia 19 de Fevereiro de 2013, nesta cidade de Luanda e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, a cargo de Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, perante mim, Ana Hirondina de Sousa Micolo, Notária de 3.ª Classe e Notária em exercício do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Fernanda Maria Moreira Sirgado Benchimol, natural do Rangel, Província de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000231323LA037, emitido em Luanda, aos 21 de Abril de 2011 e Paulo Jorge Faria Benchimol, natural de Benguela, Província de Benguela, titular do Bilhete de Identidade n.º 000442044BA034, emitido em Luanda, aos 24 de Setembro de 2011, ambos casados entre si, sob o regime de comunhão de adquiridos e residentes habitualmente em Luanda, Bairro Nelito Soares, Rua da Liberdade n.º 81-83 Zona 11, Rangel.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação acima referidos.

E por eles foi dito:

Que são os actuais sócios da sociedade comercial de responsabilidade limitada, denominada «B.F.K. TRADING — Importação e Exportação, Limitada», com sede social em Luanda, no Município da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua da Liberdade, Casa n.º 81-83, titular do Número de Identificação Fiscal 5402115621, registada sob o n.º 169-1998 na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, constituída por escritura de 26 de Maio de 1998, exarada na folha 43 e ss do livro 168-A, deste Cartório Notarial, tem um capital actualmente correspondente a Kz: 100,00 (cem kwanzas), dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50,00 (cinquenta kwanzas), cada, pertencentes aos referidos sócios;

Que, em conformidade com a deliberação tomada em reunião de 17 de Julho de 2012, pela presente escritura os outorgantes, aumentam o capital social do seu actual valor de Kz: 100,00 (cem kwanzas) para Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), sendo o aumento verificado de Kz: 499.000,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos Kwanzas), em dinheiro subscrito pelos sócios cada um com o valor de Kz: 249.950,00 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e cinquenta kwanzas);

Que, em virtude do aumento verificado, cada um dos sócios passa a deter mais uma quota igual ao valor do aumento e unificam com as quotas anteriores;

Que ainda afirmam sob suas inteiras responsabilidades que o valor do presente aumento já deu entrada na caixa social e não é exigível segundo a lei ou o contrato de sociedade a realização de novas entradas.

Que, em consequência dos actos supradescritos, alteram parcialmente o pacto social, tão-só o artigo 4.º, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil kwanzas), cada, pertencentes aos sócios Fernanda Maria Moreira Sirgado Benchimol e Paulo Jorge Faria Benchimol.

Que as demais cláusulas não alteradas por esta escritura, continuam firmes e válidas.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) Acta Avulsa mencionada no teor da escritura;
- b) Certidão comercial da sociedade.

Aos outorgantes, em voz alta e na presença dos mesmos, fiz a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, advertindo-os de que deverão proceder ao registo obrigatório deste acto, no prazo de 90 dias.

A Notária, Ana Hirondina de Sousa Micolo

Selo do acto Kz: 625,00

É certidão que fiz extrair, vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 15 de Outubro de 2014. — A 1.ª Ajudante de Notário, *Isabel Neto Lúcio*. (14-17452-L01)

Sacurida, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 35, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Tomás Agostinho, solteiro, maior, natural do Cacusó, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, casa s/n.º;

Segundo: — José Walter Joaquim Gomes dos Santos, casado com Anabela Florinda André Félix dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Avenida 1.º Congresso, Prédio n.º 19;

Terceiro: — Lígia Carina Coelho Gomes dos Santos, solteira, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua 1.º Congresso, Prédio n.º 19, Apartamento 8B;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE SACURIDA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Sacurida, Limitada», com sede em Luanda na estrada Camama - Viana, Bairro da Sapu, casa s/n.º, Município de Viana, a 1 km do NJinga Isabel, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, através de Assembleia Geral da empresa e de registo em acta da empresa, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início de actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data de celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, oficina de reparação e lavagem de automóveis, desenhos gráficos, serralharia de ferro, comércio geral, a grosso e a retalho, importação e exportação, podendo dedicar-se a outras actividades comerciais e industriais desde que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 33.000,00 (trinta e três mil, kwanzas) cada, pertencentes aos sócios, José Walter Joaquim Gomes dos Santos e Lígia Carina Coelho Gomes dos Santos e outra

quota no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil kwanzas), pertencente ao Tomás Agostinho.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, na proporção das suas quotas ou na forma como se vier a acordar.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas e estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservada o direito de preferência, deferido aos sócios, se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem em conjunto a todos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes, bastando a assinatura de um dos gerentes para obrigar a sociedade.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por carta registada, dirigidas aos sócios, com pelo menos, 15 dias de antecedência, isto é quando a lei não prescreve formalidade especial de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com 30 dias para que possa comparecer.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos a percentagem para fundos ou destinos especiais decididos em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimentos de qualquer dos sócios continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários, e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem, na falta de acordo, e se um deles o pretender, será, activo social lícitado na globalidade com obrigação do pagamento do passivo e será adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 13.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, recorrer-se-á ao Foro da Comarca de Luanda, se não for possível a via amigável.

ARTIGO 14.º

O exercício económico encerra a 31 de Dezembro do ano corrente e a apresentação do respectivo balanço até 31 de Março do ano seguinte.

ARTIGO 15.º

As modificações, alterações ou emendas aos estatutos poderão ser feitas mediante a decisão unânime de todos os sócios.

ARTIGO 16.º

No omissio, regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-17490-L02)

Arcir Group, Limitada

Aumento do capital, admissão de novo sócio e alteração parcial do pacto social da sociedade «Arcir Group, Limitada».

Certifico que, por escritura de 15 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 67 do livro de notas para escrituras diversas n.º 228-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Abílio Pinto da Cruz, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rei Katyavala, Prédio n.º 111, 4.º andar, Apartamento D;

Segundo: — Moez Amirali Rajabali, casado com Nilam Nurali, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Moçambique, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rei Katyavala, n.º 111, 4.º andar, Apartamento D, que outorga neste acto por si individualmente e como mandatário do sócio Raficmahmad Amirali, casado com Naznin Tajddin Amirali, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Moçambique, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Marechal Broz Tito, Casa n.º 22;

Declaram os mesmos:

Que, o primeiro e o representado do segundo outorgante são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «Arcir Group, Limitada», com sede em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Rei Katyavala, Edifício n.º 111, 4.º andar, Apartamento D, constituída por escritura-pública datada de 12 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folha 64, do livro de notas para escrituras diversas n.º 179-A, deste Cartório Notarial registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção, do Guiché Único da Empresa, sob

o n.º 4047-13, titular do Número de Identificação Fiscal 5417257460, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Abílio Pinto da Cruz e Raficmahmad Amirali, respectivamente;

Que, pela presente escritura e conforme deliberado por acta de Assembleia Geral datada de 10 de Setembro de 2014, os actuais sócios aumentam o valor do capital social da sociedade de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), para Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), sendo o valor do aumento de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), valor este que já deu entrada na caixa da sociedade, integralmente realizado em dinheiro, subscrito na sua totalidade pelo segundo outorgante, que desta forma é admitido na sociedade como sócio.

Em função do acto praticado altera-se a redacção dos artigos 4.º e 6.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Abílio Pinto da Cruz, Raficmahmad Amirali e Moez Amirali Rajabali, respectivamente.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a todos os sócios, designadamente, Abílio Pinto da Cruz, Raficmahmad Amirali e Moez Amirali Rajabali, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e bastando a assinatura de um gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte, dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato;

Declaram ainda os mesmos que mantêm-se firmes e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17491-L02)

JUS — Adconsultores, (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, José de Ressurreição António Ligeiro, casado com Gizela Alice Pinheiro Correia Ligeiro, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazengo, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, Bairro Benfica, Zona Verde 3, Rua 58, casa s/n.º, Zona 3, constituiu uma sociedade por quotas denominada «JUS — Adconsultores, (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.868/14, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
JUS — ADCONSULTORES (SU), LIMITADA**

**ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)**

A sociedade adopta a denominação de «JUS — Adconsultores, (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Avenida 21 de Janeiro, Quarteirão 4, Casa n.º 230, 3.º andar, Bairro Morro Bento, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País,

**ARTIGO 2.º
(Duração)**

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

**ARTIGO 3.º
(Objecto)**

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, promoção e mediação imobiliária, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

**ARTIGO 4.º
(Capital)**

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único José de Ressurreição António Ligeiro

**ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)**

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

**ARTIGO 6.º
(Gerência)**

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha-a sociedade para assumir as funções de gerência.

**ARTIGO 7.º
(Decisões)**

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

**ARTIGO 8.º
(Dissolução)**

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 9.º
(Liquidação)**

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

**ARTIGO 10.º
(Balanços)**

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 11.º
(Omisso)**

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12 de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.
(14-17495-L02)

Pepam & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 7 do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Pedro Paulo Mendes, casado com Ermelinda Pedro da Costa Mendes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazengo, Província do Kwanza-Norte, onde reside habitualmente, no Município do Cazengo, Bairro Hoji-ya-Henda, casa s/n.º, que outorga neste acto por si individualmente e em nome representação de seu filho menor, Delfim Nzambi da Costa Mendes, de 1 (um) ano de idade, natural de Cazengo, Província do Kwanza-Norte e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O auxiliar, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE PEPAM & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Pepam & Filhos, Limitada», com sede social na Província do Kwanza-Norte, no Município do Cazengo, Rua de Moçambique, casa s/n.º, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos, legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, consultoria, formação profissional, comércio geral a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínio, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, padaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, video

clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio, Pedro Paulo Mendes e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Delfim Nzambi da Costa Mendes, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Pedro Paulo Mendes, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou

interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Kwanza-Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17496-L02)

Lufulo Francisco & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 50, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Lufulo Francisco, solteiro, maior, natural da Damba, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Município de Cacuaco, Bairro Quicolo, casa s/n.º;

Segundo: — Lufulu Sandra Francisco, solteira, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Município do Cazenga, Bairro Cazenga, casa n.º 20, Zona 18;

Terceiro: — Lufulu Francisco Repentance, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente habitualmente no Município de Cacuaco Bairro do Quicolo, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE LUFULO FRANCISCO & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Lufulo Francisco & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cacuaco, Bairro Augusto Ngangula, próximo à Esquadra do Bom Pastor, casa s/n.º podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Lufulo Francisco, e outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas); pertencentes aos sócios Lufulu Sandra Francisco e Lufulo Francisco Repentance, respectivamente.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Lufulo Francisco, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícito em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer

entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Uíge, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17498-L02)

JOÃO MARIA FERNANDES — Gourmet, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 60, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Carla Conceição da Silva Guardado Fernandes, casada com João Maria Fernandes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Benguela, Província de Benguela, onde reside habitualmente no Município de Benguela, Bairro Comercial, Rua Comercial, n.º 10, que outorga neste acto por si individualmente e como mandatária do sócio, Júlio Mauro Guardado Rasga, solteiro, maior, natural da Baía Farta, Província de Benguela, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Mussulo, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
JOÃO MARIA FERNANDES — GOURMET, LIMITADAARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «JOÃO MARIA FERNANDES — Gourmet, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Mat (Ministério da Administração e Território) Condomínio Cuchi, Casa n.º D51, Bairro Talatona, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, hotelaria e turismo, restauração, serviços de *catering*, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, indústria, pescas, agricultura, pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, assistência técnica, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia, Carla Conceição da Silva Guardado Fernandes, e a outra quota, no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Júlio Mauro Guardado Rasga, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia, Carla Conceição da Silva Guardado Fernandes, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais

como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. A sócia gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar:

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17499-L02)

Organizações 7 Lundas (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa:

Certifico que Paulo Tomás Tambué, solteiro, maior, natural de Xá-Muteba, Província da Lunda-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 8, Casa n.º 102, Zona 6, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Organizações 7 Lundas (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.879/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ORGANIZAÇÕES 7 LUNDAS (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Organizações 7 Lundas, (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 8, Casa n.º 102, Bairro Mártires do Kifangondo, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, indústria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes

aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamento hospitalar, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, prestações de serviços, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio-único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Paulo Tomás Tambué.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17507-L02)

**MANGATA — Comércio e Prestação
de Serviços (SU), Limitada**

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Miguel de Almeida Pedro, solteiro, maior, natural do Cazengo, Província do Kwanza-Norte, onde reside habitualmente, no Município do Cazengo, Bairro Cidade Cazengo, Rua do CIR, casa s/n.º, constituiu uma sociedade-unipessoal por quotas denominada «MANGATA — Comércio e Prestação de Serviços (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.878/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
MANGATA — COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS (SU), LIMITADA**

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «MANGATA — Comércio e Prestação de Serviços (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Santo António, casa s/n.º, ao lado da Linha Férrea, Bairro Estalagem. Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espetáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manutenção de redes eléctricas e de telecomunicações, serviços de informática, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio único acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio único, Miguel de Almeida Pedro.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por eles assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio único, continuando a sua existência com o

sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro. (14-17516-L02)

Domicleidy Comercial (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Domingos Soma, solteiro, maior de nacionalidade angolana, natural de Chongorói, Província de Benguela, residente em Luanda, casa s/n.º, Bairro Talatona, Município de Belas, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Domicleidy Comercial (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.870/14, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DOMICLEIDY COMERCIAL (SU), LIMITADA

CAPÍTULO I

Denominação, Forma, Sede, Duração e Objecto

ARTIGO 1.º
(Forma e denominação)

A sociedade adopta a forma de sociedade unipessoal por quotas de responsabilidade limitada, e a denominação «Domicleidy Comercial (SU), Limitada».

ARTIGO 2.º
(Sede)

1. A sede da sociedade é em Luanda, no Bairro Centralidade do Kilamba, Município de Belas, Edifício C-31, Apartamento n.º 1.

2. A gerência poderá, a todo tempo, deliberar que a sede da sociedade seja transferida para qualquer outro local em Angola.

3. Por deliberação da gerência, a sociedade poderá criar e extinguir, em Angola ou no estrangeiro, subsidiárias, sucursais, delegações, escritórios de representação, agências ou outras formas de representação social.

ARTIGO 3.º
(Duração)

A sociedade durará por um período de tempo indeterminado.

ARTIGO 4.º
(Objecto)

1. Prestação de serviços, comércio geral, importação e exportação, exploração e gestão de estabelecimentos hoteleiros, gestão e exploração de discotecas e bares, gestão e exploração de restaurantes, gestão e exploração de estabelecimentos comerciais (lojas e cantinas).

CAPÍTULO II **Capital**

ARTIGO 5.º
(Capital social)

O capital da sociedade, integralmente realizado em dinheiro, é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), o equivalente em dólares a USD 1.000 (mil dólares dos Estados Unidos da América), sendo representado por uma única quota pertencente ao sócio Domingos Soma.

ARTIGO 6.º
(Empréstimos)

A sociedade não concederá ao sócio empréstimos, adiantamentos de fundos ou outras facilidades de natureza semelhante.

ARTIGO 7.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas, total ou parcial, a terceiros é permitida.

ARTIGO 8.º
(Ónus e encargos)

1. O sócio não constituirá nem autorizará que sejam constituídos quaisquer ónus, penhor ou outro encargo sobre a sua quota, salvo se autorizados pela sociedade, mediante deliberação da Assembleia Geral.

2. O sócio que pretenda constituir quaisquer ónus, penhor ou outros encargos sobre a sua quota, deve notificar a Sociedade, por carta registada, dos respectivos termos e condições, incluindo informação detalhada da transacção subjacente.

CAPÍTULO III **Órgãos da Sociedade**

ARTIGO 9.º
(Disposições gerais)

Os órgãos da sociedade são a Assembleia Geral e a gerência.

SECÇÃO I
Assembleia Geral

ARTIGO 10.º
(Reuniões e deliberações)

1. O sócio-único deverá exercer as competências atribuídas à Assembleia Geral, podendo, designadamente, nomear gerentes.

2. As decisões do sócio-único deverão ter a mesma natureza das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, e deverão ser registadas em actas assinadas pelo sócio-único.

3. O sócio-único pode fazer-se representar no âmbito das decisões por terceiros, estranhos à sociedade, mediante simples comunicação, por escrito, dirigida à sociedade.

SECÇÃO II
Gerência

ARTIGO 11.º
(Composição e poderes)

1. A sociedade é administrada pela Gerência, composta por um Gerente, a nomear pela Assembleia Geral. Até à nomeação do Gerente, a Gerência será assumida pelo sócio-único.

2. O gerente manter-se-á no seu cargo por um período de tempo indeterminado e até que a este renuncie ou até que a Assembleia Geral, delibere destitui-lo.

3. A gerência actuará de acordo com os poderes e autoridade previstos na lei e será responsável pela supervisão geral da sociedade, à qual são conferidos os poderes necessários para assegurar a gestão dos negócios da sociedade, sendo ainda da sua exclusiva competência os seguintes actos:

- a) Adquirir, vender, arrendar, permutar, dispor, alienar ou onerar quaisquer bens móveis ou imóveis da sociedade;
- b) Desenvolver, implementar e manter as políticas e procedimentos de forma a cumprir com as leis aplicáveis à Sociedade e ao seu sócio-único;
- c) Abrir, movimentar e encerrar quaisquer contas bancárias da Sociedade;
- d) Negociar e celebrar contratos no âmbito do objecto social e contratar, reter, alocar ou despedir fornecedores e/ou vendedores da sociedade;
- e) Contratar, reter, alocar ou despedir qualquer empregado, consultor externo, representante, agente, consultor ou advogado para prestar qualquer tipo de assessoria, orientação ou informação à Sociedade relativamente a qualquer propósito necessário;
- f) Exercer o poder disciplinar e decidir quaisquer sanções relativas a empregados da sociedade;
- g) Representar a sociedade, quer no contexto de quaisquer processos legais ou arbitrais, com todos os respectivos poderes;
- h) Controlar a estrutura financeira e contabilística da sociedade;
- i) Subscrever ou adquirir participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração; e
- j) Contrair empréstimos junto de instituições de crédito.

ARTIGO 12.º
(Forma de obrigar)

A sociedade obriga-se conforme disposto nas alíneas seguintes:

- a) Assinatura do gerente;
- b) Assinatura de um ou mais procuradores, nos termos e no âmbito das respectivas procurações, conforme determinado pela gerência ou pelo sócio único quando não exista gerente nomeado e em funções.

CAPÍTULO IV
Exercício e Contas do Exercício

ARTIGO 13.º
(Exercício)

O exercício anual da sociedade corresponde ao ano civil.

CAPÍTULO V
Dissolução e Liquidação

ARTIGO 14.º
(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei aplicável ou por deliberação unânime da Assembleia Geral.

ARTIGO 15.º
(Liquidação)

1. A liquidação será extrajudicial, conforme seja deliberado pela Assembleia Geral.

2. A Assembleia Geral pode deliberar que os bens remanescentes sejam distribuídos em espécie ao sócio-único.

CAPÍTULO VI
Disposições Finais

ARTIGO 16.º
(Pagamento de dividendos)

Os dividendos serão distribuídos pela sociedade pelo menos uma vez por ano, até ao final do mês de Abril, após a elaboração e aprovação das demonstrações financeiras anuais.

ARTIGO 17.º
(Lei aplicável)

No que for omissa, aplicar-se-ão as deliberações sociais tomadas de acordo com a lei, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, a Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-17517-L02)

BNI — Banco de Negócios Internacional, S. A.

Certifico que, com início a folha 39, do livro de notas para escrituras diversas n.º 986-A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Aumento do capital social e alteração parcial do pacto social da sociedade «BNI — Banco de Negócios Internacional, S. A.».

No dia 9 de Outubro de 2014, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, perante mim, o respectivo Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, compareceu como outorgante:

Eva Manuela Cortez João Araújo, casada, natural de Luanda, onde reside, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Coqueiros, Rua Cerveira Pereira, n.º 5, 5.º andar, titular do Bilhete de Identidade n.º 000669991LA038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 4 de Março de 2011, que outorga em nome e em representação da sociedade «BNI — Banco de Negócios Internacional, S. A.», sociedade de direito angolano, com sede em Luanda, Avenida Ché-Guevara, n.º 42-A, Bairro Maculusso, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 117/2006, titular do NIF 5401144075, com o capital social de Kz: 6.039.104.180,30 (seis biliões, trinta e nove milhões cento e quatro mil cento e oitenta kwanzas e trinta cêntimos).

Verifiquei a identidade da outorgante pelo mencionado documento, a qualidade que intervém e a suficiência dos poderes para o presente acto, verifiquei-as em face aos documentos que adiante menciono para os devidos efeitos e arquivo.

E pela outorgante foi dito:

Que, pela presente escritura e conforme deliberação constante da acta da Assembleia Geral de Accionistas, devidamente autorizada, no uso dos poderes que lhe foram conferidos, procede o aumento do capital social da referida sociedade, dos actuais Kz: 6.039.104.180,30 (seis biliões trinta e nove milhões cento e quatro mil cento e oitenta kwanzas e trinta cêntimos), para Kz: 14.642.775.000,00 (catorze biliões seiscentos e quarenta e dois milhões e setecentos e setenta e cinco mil kwanzas), sendo a importância do aumento verificado de Kz: 8.603.704.116,00 (oito biliões seiscentos e três milhões setecentos e quatro mil e cento e dezasseis kwanzas), perfazendo um total de 2.000.000 acções com o valor nominal de Kz: 7.321,00 cada uma.

Em consequência do acto precedente, altera o artigo 4.º do pacto social, que passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 14.642.775.000,00 (catorze biliões seiscentos e quarenta e dois milhões e setecentos e setenta e cinco mil kwanzas), equivalente a USD 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido em 2.000.000 acções, com o valor nominal de Kz: 7.321,3875 (sete mil trezentos e vinte e um kwanzas e três mil oitocentos e setenta e cinco cêntimos), equivalentes a USD 75,00 (setenta e cinco dólares americanos) cada uma.

Finalmente, disse que mantém válidas e inalteradas as restantes cláusulas do estatuto da sociedade.

Assim o disse e outorgou.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) *Diário da República*;
- b) Certidão comercial e acta da Assembleia Geral, realizadas aos 31 de Março de 2014;
- c) Autorização de aumento do capital social da sociedade, emitido Banco Nacional de Angola.

Em voz alta e na presença da outorgante fiz a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, e adverti ao outorgante de que este acto deve ser registado no prazo de noventa dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 16 de Outubro de 2014. — A Ajudante, *Luzia Maria José Q. Zamba*. (14-17446-L01)

C. A. F. V. (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Celso Agnelo Fernandes Valdez, casado com Cristina dos Santos Nóbrega Peão Valdez, sob o regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade angolana, natural da Jamba, Província da Huila, residente habitualmente em Luanda, Rua 9, Casa n.º 99, Zona 6, Bairro do Cassenda, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «C. A. F. V. (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.779/14, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 6 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE C. A. F. V. (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «C. A. F. V. (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 9, Casa n.º 99, Bairro Cassenda, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Celso Agnelo Fernandes Valdez.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade plurípessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC — Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17113-L02)

Organizações Jomisse, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 14 do livro de notas para escrituras diversas n.º 229, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — João Tombe Braz Macaia, casado com Júlia Lassalet Robalo Isaac Macaia, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Amílcar Cabral, Casa n.º 56;

Segundo: — Júlia Lassalet Robalo Isaac Macaia, casada com João Tombe Braz Macaia, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Rua 21 de Janeiro, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES JOMISSE, LIMITADA

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a natureza jurídica de sociedade por quotas e a denominação social de «Organizações Jomisse, Limitada».

2. A sociedade durará por tempo indeterminado e terá a sua sede na Província de Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento II, Rua 21 de Janeiro, Q n.º 12, Casa n.º C 56, podendo esta ser transferida para outra localidade dentro do território nacional, por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade poderá, por simples deliberação da gerência, estabelecer delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação, no País ou estrangeiro, nos termos da legislação aplicável.

2. A gerência fica desde já autorizada a subscrever, em nome da sociedade, participações sociais noutras sociedades, anónimas ou por quotas e com elas se coligar sob a forma de relação de participação ou em relação de grupo, nos termos dos artigos 463.º e seguintes da Lei das Sociedades Comerciais.

3. Os sócios poderão celebrar entre si acordos parassoais, com respeito pelo disposto no artigo 19.º da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem como objecto a actividade principal na área de indústria e prestação de serviços, auditoria e consultoria, venda de materiais diversos, assistência técnica, engenharia informática e de telecomunicações, de actividades conexas e correlatas, a promoção imobiliária, a exploração de unidades hoteleiras e agrícolas, a construção civil nas suas múltiplas vertentes, designadamente a prestação de serviços de consultoria, no domínio da construção civil, a realização de projectos de obras, a fiscalização de obras públicas e privadas, a execução de obras, privadas e públicas, a comercialização de materiais e equipamentos de construção civil, o comércio geral a grosso e a retalho, a realização de actividades industriais, de hotelaria e turismo, agro-pecuária, pesca, exploração mineira e florestal, marcenaria e carpintaria, transporte nas suas diversas áreas, pastelaria panificação e geladaria, segurança pública e privada, educação, importação e exportação, agente de navegação, transitário, cabotagem, *rent-a-car*, sem prejuízo do exercício de outras actividades, desde que deliberadas pelos sócios e permitidas por lei.

2. A sociedade poderá associar-se ou participar no capital de sociedades que prossigam objectos sociais diferentes do seu, em consórcios ou agrupamentos complementares de empresas, mediante deliberação dos sócios tomada por maioria dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 4.º

1. O Capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado pelos sócios e dividido em 2 (duas) quotas.

2. O capital social é, nas seguintes proporções, pertença de:

- a) João Tombe Braz Macaia, com uma quota de Kz: 60.000,00 (cinquenta mil kwanzas), equivalente a 60% (sessenta por cento) do capital social correspondente, a USD 600,00 (seiscientos dólares americanos);
- b) Júlia Lassalet Robalo Isaac Macaia, com uma quota de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), equivalente a 40% (quarenta por cento) do capital social correspondente a USD 400,00 (quatrocentos dólares americanos).

3. A sociedade poderá nas condições que a lei o permita, adquirir quotas próprias e realizar sobre elas, todas as operações legalmente autorizadas.

4. Nos aumentos do capital social será sempre dada preferência aos actuais sócios.

ARTIGO 5.º

1. As quotas poderão transmitir-se:

- a) Por cessão em vivos;
- b) Por transmissão aos sucessores no caso de falecimento do sócio.

2. É livre a cessão de quotas entre os sócios e entre estes e os cônjuges, ascendentes ou descendentes.

3. A transmissão de quotas a estranhos está sujeita do consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

1. Os sócios poderão efectuar suprimentos à sociedade sempre que esta delibere nesse sentido por maioria qualificada de 2/3.

2. A Assembleia Geral fixará os juros, o prazo de reembolso e, eventualmente, as garantias não reais associadas ao cumprimento das obrigações que vierem a constar do contrato de suprimento a celebrar.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, João Tombe Braz Macaia que, dispensado de caução, fica, desde já, nomeado gerente, sendo necessária, apenas, a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O nomeado gerente poderá delegar num dos sócios ou em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de carta registadas, dirigidas aos sócios com 15 (quinze) dias de antecedência pelo menos. Se qualquer deles estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos previstos na lei, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha dos bens sociais procederão como para elas acordar. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer.

ARTIGO 11.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a sociedade, serão resolvidas amigavelmente e na falta de acordo das partes, num prazo razoável, as partes são livres de optar pela via que melhor se lhes ofereça, ficando estipulado o Foro da comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 12.º

No omissio regularão as deliberações sociais, a Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-17500-L02)

LUNIEL — Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 62, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Daniel Pedro, casado com Luísa Namaina Lombinga Pedro, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiáxi, Cidade do Kilamba, Edifício U-42, Apartamento n.º 31, 3.º andar, que outorga neste acto por si individualmente e em representação de sua filha menor Daniela Luana Lombinga Pedro, de 8 meses de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
LUNIEL — SERVIÇOS, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «LUNIEL — Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Cacuaco, Bairro da Boa Esperança, na Rua da Estrada Direita de Cacuaco, casa s/n.º, de frente ao Sacriberto, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agricultura, pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, salão de festa, fabrica de bloco, exploração de petróleo e seus derivados, venda de gás de cozinha, venda de material de escritório, decoração, *rent-a-car*, venda de material de construção civil, gestão de projectos de empreendimentos, jardinagem, transformação de agro-indústria e pecuária, compra e venda de viaturas novas e usadas, venda de mobiliário, serviços de limpeza, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Daniel Pedro e a outra quota no valor

nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) pertencente à sócia Daniela Luana Lombinga Pedro, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Daniel Pedro, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícito em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17510-L02)

Appy People, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 32, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Pedro Alexandre Beirão, casado com Altina Susete Cardoso Beirão, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Avenida 4 de Fevereiro, Prédio n.º 95, 4.º andar, Apartamento Esquerdo, que outorga neste acto por si individualmente e como mandatário de Jorge Miguel Pinto Cohen, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Avenida 4 de Fevereiro, Prédio n.º 52, 2.º andar, Apartamento 24;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
APPY PEOPLE, LIMITADA**

ARTIGO 1.º
(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação de «Appy People, Limitada», e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º
(Sede social)

1. A sociedade tem a sua sede social, em Luanda, Bairro Alvalade, Distrito Urbano da Maianga, na Rua Emílio M'Bidi, Prédio n.º 17, 3.º-B, Angola.

2. Por decisão da gerência, a sede social poderá ser livremente deslocada dentro do território nacional. A gerência poderá igualmente deliberar a abertura e encerramento de quaisquer sucursais, filiais, delegações, agências, escritórios ou quaisquer outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto social desenvolvimento de *software* ou outras aplicações informáticas ou móveis, consultoria de gestão, consultoria de *marketing*, consultoria de comunicação, publicidade, consultoria informática, planeamento de meios, consultoria em marketing internacional, consultoria, em telecomunicações.

2. A sociedade pode, mediante deliberação da gerência, associar-se a terceiros, sob qualquer forma legal ou contratual, nomeadamente para formar sociedades, consórcios, agrupamentos complementares, de empresas ou associações em participação, assim como adquirir e alienar participações no capital de outras sociedades ainda que com diferente objecto, incluindo as reguladas por leis especiais e ainda que com sede fora de Angola.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) e corresponde a soma das seguintes quotas:

- a) Uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Alexandre Beirão;
- b) Uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Jorge Miguel Pinto Cohen.

2. Os sócios, na proporção do capital que detiverem ao tempo, gozam do direito de preferência em qualquer caso de aumento do capital social, podendo qualquer um deles chamar a si, na mesma proporção, a subscrição escusada por qualquer outro.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares e suprimentos)

1. Os sócios poderão efectuar suprimentos a sociedade, os quais poderão ser remunerados, conforme venha a ser acordado entre os sócios e a sociedade.

2. Os suprimentos deverão ser objecto de contrato escrito.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

1. É livre a cessão de quotas entre sócios.

2. A cessão de quotas a terceiros, incluindo cônjuges, ascendentes e descendentes, dependem do consentimento prévio da sociedade.

3. A infracção do disposto nos números anteriores torna ineficaz, quer em relação à sociedade, quer em relação aos sócios, a transmissão total ou parcial da quota em questão.

ARTIGO 7.º
(Amortização de quotas)

1. A sociedade pode amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota seja objecto de penhora, arresto, arrolamento, adjudicação em juízo, insolvência, cessão gratuita ou risco de alienação judicial ou qualquer outro motivo que retire ao titular da quota a respectiva livre disponibilidade;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte do sócio;
- e) Quando em partilha em vida do sócio, por motivo de divórcio ou outro, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- h) Por violação das regras de transmissão previstas no artigo 6.º;
- i) No caso de condenação-do sócio em acção movida pela sociedade; e
- j) Por não comparência do sócio (que, simultaneamente, não se faça validamente representar), por duas vezes sucessivas, em Assembleias Gerais regularmente convocadas, extraordinárias ou cuja ordem de trabalhos imponha uma maioria qualificada para deliberar.

2. A amortização são precedidos de deliberação da Assembleia Geral, que constate a verificação dos respectivos pressupostos legais e contratuais, e torna-se eficaz através de declaração dirigida ao sócio afectado.

3. A contrapartida da amortização da quota será o valor nominal da quota amortizada.

ARTIGO 8.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de carta dirigida aos sócios e aviso publicado no jornal mais lido da localidade da sede da sociedade, com a antecedência mínima de trinta dias.

2. Os sócios poderão fazer-se representar, mesmo por terceiros, na Assembleia Geral, seja ordinária, extraordinária ou universal, ou em deliberações unânimes por escrito, através de documento particular.

3. As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria dos votos emitidos.

ARTIGO 9.º
(Gerência)

1. A sociedade é administrada e representada por dois gerentes, eleitos e livremente exonerados por deliberação dos sócios em Assembleia Geral.

2. Os gerentes prestarão ou não caução e serão ou não remunerados, conforme for deliberado pelos sócios.

3. Os gerentes exercerão os poderes destinados a assegurar a gestão e a representação da sociedade, com a observância da lei e sem prejuízo das disposições dos presentes estatutos, e ainda dentro dos limites que forem estabelecidos pelas deliberações dos sócios.

4. A gerência poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

5. Nos seus actos e contratos, a sociedade fica obrigada:

- a) Pela assinatura de um gerente;
- b) Pela assinatura de um gerente e de um procurador; e
- c) Pela assinatura de dois procuradores, os procuradores agindo no estrito âmbito das respectivas procurações.

6. Aos gerentes ficam expressamente vedados obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, estando proibidos de subscrever letras de favor, fianças, abonações ou actos de natureza semelhante.

ARTIGO 10.º
(Exercício social e aprovação de contas)

1. O exercício social coincide com o ano civil.

2. As contas do exercício encerrar-se-ão com referência a 31 de Dezembro de cada ano e serão submetidas pela gerência a apreciação dos sócios, conjuntamente com o relatório de gestão e a proposta sobre aplicação ou tratamento de resultados.

ARTIGO 11.º
(Aplicação de resultados)

1. Os lucros apurados em cada exercício serão aplicados, em primeiro lugar, na constituição ou reforço das provisões ou reservas impostas por lei, devendo o remanescente ter a aplicação que seja deliberada pela Assembleia Geral, ficando desde já dispensada a obrigatoriedade de distribuição de lucros anuais.

2. Poderão ser feitos adiantamentos sobre os lucros no decurso de qualquer exercício.

ARTIGO 12.º
(Dissolução da sociedade)

1. No caso de dissolução por acordo dos sócios e nos demais casos legais, deverá ser elaborado o balanço e contas da sociedade, reportados à data da dissolução, e a Assembleia Geral deliberará sobre:

- a) O balanço de dissolução e contas da sociedade;
- b) A fixação dos poderes de todos e cada um dos liquidatários, incluindo, quanto a continuação da actividade, a obtenção de empréstimos, a aliena-

ção do património social em globo ou em parte e o trespasse de estabelecimento;

c) A fixação de um prazo para a conclusão da liquidação.

2. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os gerentes a data da dissolução serão nomeados liquidatários.

ARTIGO 13.º
(Lei aplicável e foro)

As questões emergentes do presente pacto social, entre os sócios e/ou a sociedade, aplicar-se-á a lei angolana, sendo exclusivamente competente para a respectiva dirimição o Tribunal Provincial de Luanda.

Disposições Transitórias

ARTIGO 14.º
(Designação de gerentes)

Ficam desde já nomeados gerentes da sociedade o Pedro Alexandre Beirão e o Jorge Miguel Pinto Cohen, os quais não irão auferir qualquer remuneração e ficam dispensados da obrigação de prestar caução.

ARTIGO 15.º
(Início de actividade)

A sociedade iniciará imediatamente a sua actividade, ficando os gerentes nomeados autorizados a levantar, para despesas de constituição, instalação e giro social, o saldo da conta existente junto do Banco Africano de Investimentos (BAI), referente ao depósito, naquela instituição bancária, do capital social.

(14-17511-L02)

Bentomar, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 66, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Mário Alberto Aguiar Paulino, solteiro, maior, natural de Mucári, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua dos Militares, n.º 62, Zona 6;

Segundo: — José Manuel Aguiar Paulino, casado com Sheila Maria Pereira Braga Gomes Pinto Paulino, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Ndunduma, n.º 222, 3.º Apartamento, r/c, Zona 10;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE BENTOMAR, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Bentomar, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, Bairro do Prenda, Rua dos Militares, Casa n.º 62, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social e de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma pertencente aos sócios, Mário Alberto Aguiar Paulino e José Manuel Aguiar Paulino, respectivamente.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo é fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Mário Alberto Aguiar Paulino e José Manuel Aguiar Paulino, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias as duas assinaturas da gerência para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o eleito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º (Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17512-L02)

**PROJECTO CALONGA — Comércio Geral,
Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada**

Constituição da sociedade «PROJECTO CALONGA — Comércio Geral, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada».

Certifico que, com início as folhas 41 a 42, do livro de notas para escrituras diversas n.º 24, do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «PROJECTO CALONGA — Comércio Geral, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada»

No dia 29 de Janeiro de 2014, nesta Cidade de Luanda, e no 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, a meu cargo, perante mim, José Braga, Notário do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Pedro Calala, solteiro, maior, natural de Cambulo Kambulo, Província da Lunda-Norte, residente habitualmente na Lunda-Norte, no Município de Cambulo, Bairro Centro Urbano, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 001655632LN034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Angola em Luanda, aos 15 de Junho de 2010, que outorga neste acto individualmente e em representação dos seus filhos menores Denivaldo Hilton Calala, natural da Lunda Norte, nascido aos 6 de Abril de 2006, e Rosemeury Lay Calala, natural da Lunda-Norte, nascida aos 3 de Agosto de 2009;

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação.

E por ele foi dito:

Que, pela presente escritura, constitui entre si e os seus representados, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «PROJECTO CALONGA — Comércio Geral, Agro-Pecuária e Prestação

de Serviços, Limitada», com sede na Província da Lunda-Norte, Município do Cambulo, Comuna do Nzagi, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

Que a referida sociedade tem como capital social Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 80.000,00(oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Calala, e por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00(dez mil kwanzas), cada uma pertencentes aos sócios Denivaldo Hilton Calala, e Rosemeury Lay Calala, respectivamente.

A sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto, e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar, elaborado em separado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disse e outorgou,

Instruem este acto:

- a) Documento Complementar a que atrás se faz referência assinado pelo outorgante e por mim Notário;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 23 de Janeiro 2014;
- c) Comprovativo do depósito Bancário efectuado no B. P. C. S. A., a 27 de Janeiro de 2014, que prova a realização do capital social.

Ao outorgante e na presença do mesmo, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de noventa dias.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
PROJECTO CALONGA — COMÉRCIO
GERAL, AGRO-PECUÁRIA E PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS, LIMITADA**

1.º

A sociedade adopta a denominação de «PROJECTO CALONGA — Comércio Geral, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada», tem a sua sede na Província da Lunda-Norte, Município do Cambulo, Comuna do Nzagi, podendo abrir filiais, agências, Sucursais ou qualquer espécie de representação em todo o território nacional ou estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, a contar da data da respectiva escritura.

3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, grosso e retalho, hotelaria, turismo, indústria, prestação de serviços, representações comerciais, pastelaria, culinária, construção civil e obras públicas, assistência técnica, informática, gestão de projectos, gestão de imobiliários, formação profissional, consultoria jurídica, fiscalização, educação e ensino, saúde, agro-pecuária, pescas, agricultura, avicultura, transportes, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usada, decorações de interiores, salão de cabelereiro, botequim, venda de material escolar e de escritórios, exploração de recursos minerais, exploração florestal, venda de material de construção civil, venda de mobiliário, telecomunicações, cyber café, equipamentos hoteleiros e alimentares, salão de beleza, salão de festas, centro infantil, centro médico, farmácia, agência de viagens, gestão de empreendimentos, gráfica, exploração de bombas de combustíveis e lubrificantes, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, de acordo com os sócios e conforme a lei vigente.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (3) três quotas, sendo: uma quota do valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Calala e duas quotas iguais do valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada um pertencentes aos sócios Denivaldo Hilton Calala e Rosemeury Lay Calala

§Único: — O capital social poderá ser aumentado por determinação dos sócios e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier acordar.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleias Gerais.

6.º

A cessão de quotas entre sócios é livre, porém quando feita a pessoas estranhas a sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital social.

7.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Pedro Calala, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, sendo apenas necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente poderá delegar em outros sócios ou mesmo em pessoa estranha a sociedade, todo ou parte do seu poder de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas ou bilhetes-postais registados, dirigidos aos sócios com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, da data prevista para a sua realização.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá por morté ou interdição de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um a que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão nos termos da legislação em vigor. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

12.º

No omissio regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e as demais legislação aplicável. Esta conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme ao original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 29 de Janeiro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

(14-17787-L16)

TECNIFORMA — Formação, Consultoria & Negócios, Limitada

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único da Empresa — ANIFIL.

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires

da Costa, Licenciado em Direito e Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto foi constituída entre:

Primeiro: — Carine Meire dos Santos, solteira, maior, natural da Baía, de nacionalidade Brasileira, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua da Sassassa, Prédio-C, 3.º andar;

Segundo: — David Gomes Percheiro, casado com Maria de Lourdes da Silva Mendes Percheiro, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Samba, Rua da Samba, n.º 514, Zona 3;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único da Empresa — Anifil, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TECNIFORMA — FORMAÇÃO, CONSULTORIA & NEGÓCIOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «TECNIFORMA — Formação, Consultoria & Negócios, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Avenida Marginal 3.º andar, Apartamento n.º 7, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria,

boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Carine Meire dos Santos e David Gomes Percheiro, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios, se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a sócia Carine Meire dos Santos, que fica desde já nomeada gerente, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado a gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reservá-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17531-L03)

Grupo Honradez, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 20 do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeira: — Maria Victória Sebastião da Costa, solteira, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Guilherme Capelo, Prédio n.º 42, 4.º andar, Apartamento 5;

Segunda: — Luísa Tavares Lengo, solteira, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua 16, Casa n.º 32, Zona 11;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO HONRADEZ, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Grupo Honradez, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua 16, Casa n.º 32, Zona 11, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreos e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Maria Victória Sebastião da Costa e Luísa Tavares Lengo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido às sócias se a sociedade delas não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia Luísa Tavares Lengo, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. A sócia-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com ao sobrevivente e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estas nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todos as sócias serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17514-L02)

Nepali (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Hendric Júnior Manenga, solteiro, maior, natural do Prenda, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua C 8, Casa n.º 4, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Nepali (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.877/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
NEPALI (SU), LIMITADAARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Nepali (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Prédio n.º 10, r/c — Loja, na Centralidade do Kilamba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a informática, telecomunicações, serviços de informática, prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manutenção de redes eléctricas e de telecomunicações, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio único acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Hendric Júnior Manenga.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica, a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o

sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17513-L02)

Jayo Angola Boutique (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Yolanda Naniytuma Quinavena Fulevo, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Amílcar Cabral Prédio n.º 149, 8.º, 9, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominado «Jayo Angola Boutique (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.881, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
JAYO ANGOLA BOUTIQUE (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Jayo Angola Boutique (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Augusta, Casa n.º 64, Bairro da Samba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências, ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social boutique, prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espetáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manutenção de redes eléctricas e de telecomunicações, serviços de informática, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio único acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota, no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia única, Yolanda Naniytuma Quinavena Fulevo.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.
(14-17518-L02)

PROCAMPO — Agronegócios, S. A.

Que, com início a folhas 69 do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-E, do Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte.

Constituição da sociedade «PROCAMPO—Agronegócios, S. A.».

No dia 21 de Outubro de 2014, nesta cidade de Luanda, e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, perante mim, Daniel Wassulo Calambo, Notário do referido cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Valdomiro Minoru Dondo, natural do Brasil, mas de nacionalidade angolana, casado com Agia Marã Tinoco Dondo sob o regime de comunhão de adquiridos, residente habitualmente em Luanda, na Rua Engrácia Fragoço, n.º 55-B, Sala 401, Bairro Patrice Lumumba, Ingombota, portador do Bilhete de Identidade n.º 000266550OE031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação aos 22 de Dezembro de 2009;

Segundo: — Jorge Humberto Amaral Mineiro e Silva, natural de Luanda, casado com Cecília Martinez, sob o regime de bens adquiridos, residente habitualmente em Luanda, na Rua Comandante Che Guevara, n.º 54, Bairro Maculusso, Ingombotas, portador do Bilhete de Identidade n.º 001112168LA039, emitido pela Direcção Nacional de Identificação aos 3 de Junho de 2014;

Terceiro: — Rui Carlos da Costa, natural de Luanda, casado com Manuela Domingos Simão da Costa, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente habitualmente em Luanda, na Rua Amílcar Cabral, n.º 13-2.º, Apartamento 10, Bairro Patrice Lumumba, Município da Ingombota, porta-

dor do Bilhete de Identidade n.º 000197862LA037, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 5 de Setembro de 2005;

Quarto: — Paula Cristina da Costa e Sousa, solteira, maior, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, na Rua Pascoal Veríssimo Costa, Casa n.º 1, Zona 5, Bairro da Maianga, portadora do Bilhete de Identidade n.º 000114843LA022, emitido pela Direcção Nacional de Identificação aos 13 de Março de 2009;

Quinto: — Cláudio Filipe de Almeida Barros Vinhas, natural de Luanda, casado com Neuma Jandhira da Cruz Vinhas, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente habitualmente em Luanda, na Rua Dr. Tomé Agostinho das Neves, n.º 54, 4.º andar, Apartamento 19, Bairro Alvalade, Município da Maianga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000024100LA019, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 28 de Junho de 2011;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos referidos documentos de identificação, bem como a qualidade e a suficiência dos poderes para o acto, em face dos documentos que no fim menciono e arquivo.

Declaram os outorgantes:

Que pela presente escritura, os outorgantes constituem entre si, uma sociedade anónima denominada «PROCAMPO — Agronegócios, S.A.», com sede em Luanda, na Rua Major Kanhangulo, n.º 118, 1.º andar, Sala 3, Bairro da Ingombota, Município da Ingombota, com capital social de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), representado por 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas) cada uma.

Que o seu objecto social é o previsto no artigo 3.º, do seu estatuto, e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado em separado, nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro — Lei de Simplificação e Modernização dos Actos Notariais, que fica a fazer parte integrante da presente escritura e ele, o outorgante, declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que fica dispensada a sua leitura;

Assim disseram e outorgaram por minuta.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 19 de Junho de 2014.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por corresponder a vontade firme e esclarecida dos outorgantes, vai a presente escritura ser assinada pelo interveniente, com a advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de três meses a contar desta data.

O Notário, *Daniel Wassulo Calambo*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE PROCAMPO — AGRONEGÓCIOS, S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Duração e Objecto

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a forma de sociedade anónima e a denominação de «PROCAMPO — Agronegócios, S. A.».

ARTIGO 2.º

1. A sociedade durará por tempo indeterminado, e tem a sua sede em Luanda, Rua Major Kanhangulo, n.º 118, 1.º andar, Sala 3, Bairro da Ingombota, Município da Ingombota.

2. Por simples deliberação do Conselho de Administração poderá a sociedade transferir a sua sede social para qualquer outro local dentro do território nacional, bem como criar sucursais, filiais, agências, ou qualquer outra forma de representação permanente, em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem por objecto social:

- a) A exploração do agronegócio, podendo arrendar, adquirir ou vender propriedades rurais, formalizar parcerias rurais, exercer toda e qualquer actividade agrícola, nomeadamente, mas não se limitando, cultura de produtos agrícolas, pecuária, ovinocultura, suinocultura, piscicultura, dentre outras;
- b) A prestação de serviços ou a participação de exploração de recursos minerais, nomeadamente, na extracção, exploração e comercialização de qualquer produto agrícola, importação e exportação;
- c) A indústria, a prospecção, benefício final, transporte, comercialização de todo e qualquer produto agrícola, prestação dos serviços de elaboração, gestão, implementação, consultoria, supervisão e fiscalização de projectos técnicos no sector industrial, nas áreas de agro-indústria, agricultura, pecuária, importação e exportação de produtos e materiais do sector de agronegócios.

2. A sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, criar ou tomar participações em empresas sectoriais ou associar-se a empresas nacionais ou estrangeiras, bem como participar directa ou indirectamente em projectos de desenvolvimento que de alguma forma concorram para o objecto da sociedade.

3. Por deliberação da Assembleia Geral, a sociedade pode desenvolver qualquer outra actividade industrial, comercial ou serviços que não sejam proibidos por lei.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá adquirir livremente participações sociais em outras sociedades, com objecto idêntico ou dife-

rente, bem como em sociedades reguladas por legislação especial e em agrupamentos complementares da empresa.

CAPÍTULO II

Capital, Acções e Obrigações

ARTIGO 5.º

O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), representado por 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas) cada uma, e está integralmente subscrito e realizado.

ARTIGO 6.º

1. As acções são nominativas e/ou ao portador e serão representadas por títulos de 1, 5, 10, 50 e 100 acções.

2. Os títulos serão subscritos por 2 (dois) administradores podendo as respectivas assinaturas ser de chancela, autenticada com selo branco da sociedade.

ARTIGO 7.º

1. A sociedade poderá, nos termos da lei, adquirir e alienar acções próprias, emitir debêntures, bem como realizar sobre elas quaisquer operações em direito permitidas.

2. Igualmente nos termos da lei, poderá emitir e adquirir obrigações próprias, bem como realizar sobre elas quaisquer operações em direito permitidas.

3. Os accionistas têm o direito de preferência nos aumentos de capital, na proporção das acções que possuírem.

4. Os accionistas não poderão dar em garantia suas acções, salvo mediante autorização expressa da sociedade.

ARTIGO 8.º

Fica permitido à Assembleia Geral, mediante deliberação unânime dos sócios, exigir prestações suplementares dos sócios, bem como poderão fazer à sociedade os suprimimentos de que ela necessitar, mediante eventuais juros e nas condições que estipularem, até o limite de 5.000.000.000,00 (cinco biliões de kwanzas).

CAPÍTULO III

Órgãos Sociais

ARTIGO 9.º

A sociedade tem como órgãos a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal-Único.

SECÇÃO I

Assembleia Geral

ARTIGO 10.º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas que detenham pelo menos cem acções.

2. A cada cem acções corresponde um voto.

3. Os accionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral pelo respectivo cônjuge, qualquer descendente ou ascendente, qualquer membro da administração ou accionista, mediante carta ao Presidente da Mesa.

4. Os menores, incapazes e as pessoas colectivas serão representadas pela pessoa a quem legal ou voluntariamente couber a respectiva representação.

ARTIGO 11.º

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral pelo período de quatro anos, os quais podem ser accionistas ou não e podem ser reeleitos.

2. Não obstante eleitos por prazo certo, os membros da Mesa da Assembleia Geral mantêm-se em função até à sua substituição ou até ao limite de 180 dias após o termo do prazo, conforme o que primeiro ocorrer.

ARTIGO 12.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescrever outras formalidades, através da publicação da respectiva convocatória em jornal de ampla circulação na cidade de Luanda ou através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de trinta dias.

ARTIGO 13.º

1. Em primeira convocatória, a Assembleia Geral só poderá reunir-se e deliberar estando presentes accionistas titulares da maioria absoluta do capital social.

2. Sem prejuízo do que diversamente a lei ou o presente estatuto disponham, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos emitidos independentemente do capital social nela representado, não sendo computadas as abstenções.

3. As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, devem ser aprovadas por 2/3 dos votos emitidos, quer a assembleia se reúna em primeira convocação quer se reúna em segunda convocação.

ARTIGO 14.º

São competências da Assembleia Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e sobre as contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Apreciar o desempenho da administração e fiscalização da sociedade e, sendo o caso disso, destituir os administradores, mesmo que a destituição não conste da ordem de trabalhos;
- d) Eleger os administradores da sociedade e o Fiscal-Único;
- e) Eleger o Presidente do Conselho de Administração;
- f) Fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração;
- g) Deliberar sobre as alterações aos estatutos, incluindo, mas não limitadas a mudanças no objecto da sociedade ou aumento ou redução do capital social;
- h) Deliberar sobre a fusão ou cisão ou contratos de gestão com qualquer outra empresa;

- i) Deliberar sobre a dissolução da sociedade e disposição do seu património;
- j) Deliberar sobre a venda de todos ou de parte substancial dos bens da sociedade;
- k) Designar os auditores da sociedade;
- l) Autorizar os aumentos do capital social; e
- m) Deliberar sobre qualquer outro assunto submetido à sua apreciação.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 15.º

1. A administração da sociedade incumbe a um Conselho de Administração, composto por 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral.

2. Os administradores podem ou não ser accionistas e serão eleitos pelo período de quatro anos, podendo ser reeleitos.

3. Ao Presidente do Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, cabe voto de qualidade em caso de empate nas deliberações.

4. O Conselho de Administração só poderá deliberar se estiver presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos votos.

5. A responsabilidade de cada um dos administradores será ou não caucionada conforme for deliberado em Assembleia Geral ou em contrato de sociedade.

6. O Conselho de Administração poderá designar um administrador delegado, que será o Director Geral da sociedade, definindo os limites da delegação, nos termos da lei.

7. O Conselho de Administração poderá nomear procuradores para a sociedade nos termos gerais de direito.

ARTIGO 16.º

1. Ao Conselho de Administração compete representar e gerir a sociedade nos mais amplos termos em direito permitidos.

2. Ao Conselho de Administração compete:

- a) O pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- b) A elaboração dos relatórios e contas anuais;
- c) A aquisição, alienação, oneração e arrendamento de coisas imóveis, após deliberação da Assembleia Geral;
- d) A contracção de empréstimos e a prestação de caução ou de garantias pessoais ou reais pela sociedade, após deliberação da Assembleia Geral;
- e) A abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes deles, após deliberação da Assembleia Geral;
- f) As modificações importantes na organização da sociedade;
- g) O estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras sociedades;
- h) A mudança de sede social e a abertura e encerramento de quaisquer formas de representação da

sociedade, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do presente estatuto, após deliberação da Assembleia Geral;

i) Os projectos de fusão, cisão ou transformação da sociedade, após deliberação da Assembleia Geral; e

j) Fixar a remuneração do Administrador Delegado.

3. É, porém, vedado aos membros da administração vincular a sociedade em actos estranhos aos interesses da mesma.

ARTIGO 17.º

A sociedade obriga-se:

- a) Com a assinatura de dois administradores;
- b) Com a assinatura do administrador delegado;
- c) Com a assinatura de um administrador e de um procurador;
- d) Com a assinatura de um administrador ou procurador com poderes especiais delegados para o acto.

2. Em actos de mero expediente basta a assinatura de qualquer administrador ou procurador e, quanto a este, nos limites da procuração outorgada.

SECÇÃO III
Fiscal-Único

ARTIGO 18.º

A fiscalização da sociedade compete a um Fiscal-Único, a ser eleito, juntamente com seu suplente, por um período de 4 anos.

ARTIGO 19.º

1. Ao Fiscal-Único compete nomeadamente:

- 1. Fiscalizar a administração da sociedade.
- 2. Zelar pela observância da lei e do contrato de sociedade.
- 3. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte.
- 4. Verificar a exactidão do balanço e da demonstração dos resultados.
- 5. Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração.
- 6. Convocar a Assembleia Geral quando o presidente da respectiva Mesa o não faça.
- 7. Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

ARTIGO 20.º

A Assembleia Geral poderá confiar a uma sociedade de contabilistas ou de peritos contabilistas, o exercício das funções do Fiscal-Único, não procedendo, então, a eleição deste.

CAPÍTULO IV
Disposições Gerais e Transitórias

ARTIGO 21.º

Os lucros sociais, à excepção da parte destinada a constituir as reservas obrigatórias, terão o destino que lhes for dado

por deliberação da Assembleia Geral, sem qualquer limitação que não seja a decorrente de disposição legal imperativa.

ARTIGO 22.º

Em caso de dissolução e liquidação da sociedade, e salvo deliberação em contrário, os administradores em exercício, contra os quais não esteja em curso ou tenha sido deliberada a instauração de acção de responsabilidade, passarão a exercer as funções de liquidatários.

ARTIGO 23.º

Para dirimir eventuais conflitos entre os accionistas e entre estes e a própria sociedade, relacionados com a validade, interpretação e/ou execução do presente contrato de sociedade é eleito o Foro da Província de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 24.º

Poderá ser firmado um acordo parassocial de accionistas.

ARTIGO 25.º

No omissso regularão as deliberações sociais em conformidade com o Contrato de Sociedade e as disposições legais aplicáveis.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Xiáxi, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014. — A 2.ª adjunte, *ilegível*. (14-17449-L01)

J-Mecanga, Limitada

Certifico que, com início de folhas 95 a 96, do livro de notas para escrituras diversas n.º 4-B, 2.ª série, deste Cartório Notarial, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

Constituição da sociedade por quotas «J-Mecanga, Limitada».

No dia 1 de Setembro de 2014, no Uíge e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Alfredo Hecama Estêvão, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeira: — Adriana Ngumba Menga Mecanga, solteira, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Casseque, casa sem número, Município da Maianga, Zona 9, titular do Bilhete de Identidade n.º 002677487UE038, emitido pelo Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 29 de Maio de 2012, com o Número de Identificação Fiscal 102677487UE0382;

Segunda: — Julieta Santos, solteira, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, onde habitualmente reside, no Bairro Mbemba Ngango, casa sem número, Rua A, Município do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 002537077UE038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 22 de Janeiro de 2007, com o Número de Identificação Fiscal 102537077UE0385.

Verifiquei a identidade das outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E por elas foi dito:

Que pela presente escritura constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por «J-Mecanga, Limitada», tem a sede social no Bairro Popular, n.º 2, Município e Província do Uíge, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas, assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente à sócia Adriana Ngumba Menga Mecanga, e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Julieta Santos, respectivamente;

Que a referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelas cláusulas constantes no documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que as outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, no SIAC — Uíge, aos 22 de Agosto de 2014;
- Comprovativo do depósito da realização do capital social.

Fiz às outorgantes em voz alta, na presença simultânea de ambas, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas: Adriana Ngumba Menga Mecanga e Julieta Santos.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Uíge, no Uíge, 1 de Setembro de 2014. — O Notário-Adjunto, *Alfredo Hecama Estêvão*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE J-MECANGA, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e adopta a denominação de «J-Mecanga, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

2. Tem a sede social no Bairro Popular n.º 2, Município e Província do Uíge, podendo a sociedade, por simples delibe-

ração da gerência, transferir ou deslocar a sede social dentro da mesma província ou província limítrofe, bem como criar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos em que tal lhe for permitido por lei.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, assistência técnica, contabilidade e auditoria e outras áreas afins, venda de bens móveis e imóveis, construção civil e obras públicas, instalações eléctricas, fiscalização de obras, transportes, *rent-a-car*, venda de viaturas novas e de ocasião e seus acessórios, escola de condução, agência de viagens, agro-pecuária e agricultura, cafetaria, gráfica e impressão, venda de alumínio, informática, telecomunicações, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviços, venda de produtos farmacêuticos, material hospitalar, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de beleza e cabeleireiro, boutique, pastelaria, geladaria, panificação, venda de gás butano, saneamento básico, segurança de bens patrimoniais, formação pré-escolar, escolar e profissional, exploração mineira e florestal, importação e exportação; podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

§Único: — Mediante a prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas, bem como sociedades com objectivos diferentes ou exclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas, assim sendo: uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente à sócia Adriana Ngumba Menga Mecanga, e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Julieta Santos, respectivamente.

1. A sociedade poderá também, mediante deliberação da Assembleia Geral de Sócios participar no capital de outras sociedades e promover constituição de novas empresas.

2. O capital poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral e o aumento será dividido na proporção das quotas de cada sócia ou na forma como acordarem.

ARTIGO 5.º
(Prestações suplementares)

As sócias poderão prestar à sociedade os suprimentos de que a mesma venha a carecer, devendo as respectivas condições ser aprovadas em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre as sócias é livre, mas quando é feita a terceiros depende do consentimento da sociedade, a qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se aquela dele não quiser fazer o uso.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócia Adriana Ngumba Menga Mecanga, que dispensada de caução fica desde já nomeada gerente, sendo necessária a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar noutra sócia ou mesmo em pessoas estranhas à sociedade, mediante a procuração, para prática dos determinados actos ou encargos de actos, conferindo os respectivos mandatos.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Fiscalização)

A sociedade pode deliberar a eleição de um fiscal-único ou de um outro suplente, por períodos de dois anos.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas dirigidas às sócias com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência. Se qualquer uma das sócias estiver ausente do local da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para poder comparecer ou fazer-se representar.

2. As sócias podem fazer-se representar em Assembleia Geral pelo cônjuge, ascendente, descendente, outro sócio ou advogado, bastando para tal uma simples carta mandatada.

ARTIGO 10.º
(Ano social)

Os anos sociais coincidem com os anos civis, reportando-se os balanços anual a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar-se a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Distribuição dos resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras percentagens para o fundo ou reservas especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º
(Morte ou interdição de sócias)

No caso de morte ou interdição de qualquer das sócias, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com a sobre-

viva e capaz e os herdeiros ou representante legal da sócia falecida ou interdita, devendo os herdeiros da sócia falecida escolher, entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 13.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias ou nos demais casos legais, todas serão liquidatárias e à partilha procederão como para ela acordarem; na falta de acordo, e se alguma delas o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação de pagamento do passivo.

ARTIGO 14.º
(Diferendos)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócias e seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca onde estiver situada a sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 15.º
(Casos omissos)

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17262-L12)

Ndaty Shipping & Supply, Limitada

Certifico que, no Sistema Integrado Notarial deste Cartório, se encontra lavrada uma escritura que é do teor seguinte:

Escritura de sessão de quotas, admissão de novas sócias, e alteração parcial do pacto social na sociedade por quotas, denominada, «Ndaty Shipping & Supply, Limitada», com sede no Lobito.

No dia 24 de Setembro de 2014, nesta cidade do Lobito e no Cartório Notarial da Comarca, sito na Rua de Cerveira Pereira, primeiro andar direito, Bairro da Caponte, a meu cargo, António Napoleão, licenciado em Direito, e Notário do referido Cartório, perante mim, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Abílio Chapuia Firmino Dunguionga, casado com Engrácia Maria da Costa Dunguionga, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural do Lobito, província de Benguela, residente habitualmente nesta cidade do Lobito, Rua Carvalho Lopes, Bairro do Compão, titular do Bilhete de Identidade n.º 003276139BA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 23 de Julho de 2014, que outorga neste acto por si e em representação da sua filha menor Sofia Emília Guilherme Firmino, de 15 anos de idade, nascida aos 29 de Novembro de 1998, natural de Xangongo, província do Cunene e consigo convivente e na qualidade de bastante procurador e em representação de Adérito Eduardo Cativa, casado com Núria Marluce de Carvalho Benji Cativa, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, província do Huambo, residente

habitualmente nesta cidade do Lobito, à Rua da Alfândega, Casa n.º 3, Bairro da Restinga, e Wanderken Guilherme Salvador Chiwale, solteiro, maior, natural da Ingombota, província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Rua 51, Edifício 117, Apartamento 15, Zona 20, Bairro Projecto Nova Vida, Kilamba Kiayi, conforme procurações que para os devidos efeitos me foram apresentadas e verifiquei conter poderes para o acto e arquivo;

Segunda: — Engrácia Maria da Costa Dunguionga, casada com o primeiro outorgante, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente nesta Cidade do Lobito, Avenida Marchai Craveiro Lopes, Apartamento 7-A, Bairro do Compão, titular do Bilhete de Identidade n.º 000065648-BA024, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos dezanove de Abril de dois mil e treze;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus já mencionados documentos, bem como certifico a qualidade e suficiência dos poderes para o acto em que intervêm o primeiro outorgante, face aos documentos existentes neste Cartório.

E pelo primeiro outorgante foi dito:

Que, ele e os representados Adérito Eduardo Cativa, Wanderken Guilherme Salvador Chiwale e Sofia Emília Guilherme Firmino são no presente momento os únicos sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada «Ndaty Shipping & Supply, Limitada», com sede social nesta cidade do Lobito, Rua da Alfândega, n.º 96, Bairro da Restinga, constituída por escritura de 11 de Março de 2010, lavrada neste Cartório Notarial e exarada com início a folhas 54 do Livro de notas para escrituras diversa n.º C-242, com o capital social de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas), dividido e representado por quatro quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), pertencente ao sócio Abílio Chapuia Firmino Dunguionga, e (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios, Adérito Eduardo Cativa, Wanderken Guilherme Salvador Chiwale e Sofia Emília Guilherme Firmino.

Que, em conformidade com a Acta avulsa, n.º 02 /2014, de catorze de Fevereiro, da reunião da Assembleia Geral Extraordinária de sócios, realizada na sua sede social, que para os devidos efeitos me foi apresentada e arquivo neste Cartório no competente maço de documentos, pela presente escritura, os sócios Adérito Eduardo Cativa e Wanderken Guilherme Salvador Chiwale cedem na totalidade as suas quotas no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), que cada um deles detém na sociedade a favor do sócio Abílio Chapuia Firmino Dunguionga.

Que esta sessão é feita livre de quaisquer ónus, encargos e responsabilidade de qualquer tipo pelos mesmos valores.

Declarou o primeiro outorgante:

Que, aceita e agradece a cessão que lhe forem feitas nos termos exarados e unifica as suas novas quotas com a ante-

rior quota perfazendo uma única quota no valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas).

Que, deste modo os sócios Adérito Eduardo Cativa e Wanderken Guilherme Salvador Chiwale, se apartam definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a haverem, pelo que renunciaram também a gerência da sociedade.

Que, sendo agora ele e a sua filha menor os únicos sócios da sobredita sociedade, pela presente escritura admite para a sociedade a quarta outorgante Engrácia Maria da Costa Danguionga, como nova sócia e divide a sua quota em duas, sendo uma no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), que sede à sócia Engrácia Maria da Costa Danguionga, ora admitida para a sociedade e outra quota no valor de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), com reserva para si.

Declarou segunda outorgante:

Que, aceita e agradece a admissão e sessão que lhe foi feita nos termos exarados:

Que, em consequência do sucedido, são alteradas as redacções dos artigos quarto e sexto do pacto social, dando aos mesmos as seguintes novas redacções.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é no montante de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas), dividido e representado por (três) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), pertencente ao sócio Abílio Chapuia Firmino Danguionga e (duas) quotas iguais o valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), cada uma, pertencentes às sócias Sofia Emília Guilherme Firmino e Engrácia Maria da Costa Danguionga.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Abílio Chapuia Firmino Danguionga e à Engrácia Maria da Costa Danguionga, que desde já ficam nomeados gerentes com dispensa de caução, sendo necessárias as duas assinaturas em conjunto para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letra de favor, fiança, avals, abonações ou documentos semelhantes.

Que, em tudo o mais não alterado e feitas as necessárias adaptações, vigora na íntegra o Pacto Social pelo qual a sociedade se vem regendo.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem o acto os seguintes documentos que arquivo:

- 1) Acta avulsa, n.º 002/2014, de 14 de Fevereiro, devidamente assinada e legalizada por este Cartório Notarial;

- 2) Guia sem número de receitas do Orçamento Geral do Estado;

- 3) Certidão da Conservatória do Registo Comercial do Lobito;

- 4) Duas Procurações.

A leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo e efeitos foi feita em voz alta na presença do outorgante, tendo-o advertido da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de noventa dias, contados a partir de hoje.

Assinado: Abílio Chapuia Firmino Danguionga, Engrácia Maria da Costa Danguionga. - O Notário, António Napoleão.

Conta Registada Sob o n.º 316 /2014. - (Rubricado). - António Napoleão.

Nada mais contém a mencionada escritura que para que foi fielmente informatizada.

É certidão que fiz extrair de teor completo e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Lobito, aos 16 de Setembro de 2014. — A Notária-Adjunta, *Elisângela S. A. C. Bettencourt*. (14-17447-L01)

3DM, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 35, do livro de notas, para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, e Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceu como outorgante:

António Domingos Pedro, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Lixeira, Rua 12 de Julho, casa n.º 256, Zona 1, titular do Bilhete de Identidade n.º 000042446LA014, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 27 de Fevereiro 2012, que outorga neste acto por si individualmente e como representante legal do seu filho menor consigo convivente, Natanael Domingos da Silva Pedro, de cinco anos de idade, natural do Rangel, Província de Luanda, Registado sob o n.º 3210, livro 16, A folhas 100, conforme Cédula Pessoal de Nascimento emitida pela 4.ª Conservatória da Comarca de Luanda, aos 29 de Junho de 2009;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE 3DM, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «3DM, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro do Sambizanga, Avenida Ngola Kiluanje, n.º 28, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social obras e reparações, prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas) pertencente ao sócio António Domingos Pedro e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Natanael Domingos da Silva Pedro, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio António Domingos Pedro, que fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17529-L03)

CAMGROUP — Investimento, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 52 do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Cândida Pedro de Pina, solteira, maior, natural de Cambambe, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Avenida Deolinda Rodrigues, Casa n.º 35;

Segundo: — Maure Joaquim José Francisco, solteiro, maior, natural da Samba, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Samba, Rua 10, Casa n.º 23, Zona 3;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CAMGROUP — INVESTIMENTO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «CAMGROUP — Investimento, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Urbanização Nova Vida, Rua 30, Casa n.º 538, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, contabilidade, indústria transformadora, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática,

telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, boutique, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, jardim-de-infância e creche, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma pertencentes aos sócios, Cândida Pedro de Pina e Maure Joaquim José Francisco, respectivamente.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios, Cândida Pedro de Pina e Maure Joaquim José Francisco, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando 2 (duas) assinaturas dos gerentes para obrigar validamente à sociedade.

2. Fica vedados aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º

(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícito em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17502-L02)

NJG, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 34, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Euclides António dos Santos, casado com Neusa Dias de Almeida dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Zango, Condomínio Vida Pacífica, n.º 604;

Segundo: — Neusa Dias de Almeida dos Santos, casada com Euclides António dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Zango, Condomínio Vida Pacífica, n.º 604;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
NJG, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «NJG, Limitada», com sede social na Província de Luanda, na Via Expresso, no Condomínio Vida Pacífica, Prédio n.º 2, Apartamento 604, Bairro do Zango 0, Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, recauchutagem, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, boutique, perfumaria, ourivesaria, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, venda de mobiliário, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral,

serviços de jardinagem, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Euclides António dos Santos, e a outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas); pertencente à sócia Neusa Dias de Almeida dos Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Euclides António dos Santos, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigá-lo a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-gerente poderá delegar mesmo em pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou

interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17804-L02)

QUICKLY — Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 59, do livro de notas para escrituras diversas n.º 228-A, do Cartório Notarial do Guichê Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Matias Domingos Damásio, casado com Márcia Carolina Gomes Laureano Damásio, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Benguela, Província de Benguela, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Futungo, casa s/n.º, Zona 3;

Segundo: — Rosa Marley Antunes de Moraes, solteira, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Futungo, casa n.º 3, Zona 3;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE QUICKLY — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «QUICKLY — Prestação de Serviços, Limitada», com a sua sede em Luanda, Município de Belas, Bairro Militar, Rua 6, Casa n.º 3, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora País.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

3.º

A sociedade tem com objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços em distribuição de merenda escolar, limpeza ao domicílio, serviços protocolares, saneamento básico, prestação de serviço em formação e estética, construção civil e obras públicas, indústria, hotelaria, paisagismos, urbanismo, carpintaria, casa de câmbio, exploração de mineiros, agenciamento, transportes terrestre, marítimo e aéreo, rent-a-car, compra e venda de automóveis, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º

O capital social é de Kz 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Matias Domingos Damásio e Rosa Marley Antunes de Moraes, respectivamente.

5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência é administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pas-

sivamente, incumbe a Matias Domingos Damásio e Rosa Marley Antunes Moraes, desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de um dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

10.º

Dissolvida a sociedade por acordos dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

14.º

No omissão regulação as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-17811-L02)

FELIMARQUE — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 72, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Francisco Gonçalves da Costa Félix, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Jardim do Mar, Casa n.º 40;

Segundo: — Joaquim Elias Marques Júnior, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ilha do Cabo, Rua Massano de Amorim, Casa n.º 87;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE FELIMARQUE — COMÉRCIO GERAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «FELIMARQUE — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Jardim do Mar, Casa n.º 40, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento

básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Francisco Gonçalves da Costa Félix, e Joaquim Elias Marques Júnior, respectivamente.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Francisco Gonçalves da Costa Félix, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, sendo necessária a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo em pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o eleito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação: Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando à sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado a Arbitragem, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17805-L02)

Rovic, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 Setembro de 2014, lavrada com início a folhas 99, do livro de notas para escrituras diversas n.º 225-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo da Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeira: — Rosa Vitoriano António, solteira, maior, natural de Cambambe, Província do Kwanza-Norte, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Cabral Moncada, Casa n.º 146;

Segunda: — Delfina Victoriano dos Santos, casada com José Ferreira dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Quiçama, Província do Bengo, residente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 18, Casa n.º 31;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 1 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ROVIC, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Rovic, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Condomínio Vereda das Flores, Lote 13, Quadra 27, Rua das Angélicas, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, agência de gás butano, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencentes às sócias Delfina Victorino dos Santos e Rosa Victorino António.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe às sócias Delfina Victorino dos Santos e Rosa Victorino António, que ficam desde já nomeadas gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado às gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. As sócias-gerentes poderão delegar mesmo em pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com, pelo menos, trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com a sobrevivente e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender, será o activo social licitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.
(14-17809-L02)

Flytur, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 22, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Maria Damião Gago Beji, casada com Hélder João Beji, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kilamba Kiáxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Talatona, Condomínio Mansões do Vale, n.º 19;

Segundo: — Gedson Rebelo de Aragão dos Santos, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Comandante Dak Doy, Casa n.º 27;

Terceiro: — Adjeniro Martins da Costa, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Prédio n.º 116, 3.º andar, Apartamento 35, Zona 5;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE FLYTUR, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Flytur, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Comandante Dack Doy, Casa n.º 27, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo duas iguais no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Gedson Rebelo de Aragão dos Santos e Adjeniro Martins da Costa, e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à Sócia Maria Damião Gago Beji.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Adjeniro Martins da Costa, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo em pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º (Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17807-L02)

Geopeixe, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 64, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Carlos António Jamba Geraldo, casado com Savo João Geraldo, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Prenda, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua Engenheiro Frederico dos Santos, Casa n.º 31;

Segundo: — Nicolau Augusto Alfredo, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município do Cacuaco, Bairro Ecocampo, Rua Palanca Preta, Casa n.º 3/A;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GEOPEIXE, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Geopeixe, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Capalanca/Km 23, Rua da Estrada de Catete, casa s/n.º (próximo à empresa Vecauto), podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da, escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agricultura, pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de, obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em quedos sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Carlos António Jamba Geraldo e Nicolau Augusto Alfredo, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Carlos António Jamba Geraldo, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não preservava formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social liquidado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17492-L02)

Indústria de Confecções do Namibe, Limitada

Certidão composta de uma folha, que está conforme o original, e foi extraída da folha 97 a 97 do livro de notas para escrituras diversas deste Cartório n.º 1-A, 2014.

Cartório Notarial da Loja dos Registos e do Notariado do Namibe, aos 10 de Outubro de 2014.

Escritura pública de constituição de sociedade.

Aos 10 de Outubro de 2014, nesta cidade e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Namibe, a cargo de Nísia Nahomi Chipita Tavares Manuel, Notária-Adjunta, do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Virgílio Sebastião da Silva, solteiro, natural da Ingombota, Província de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000173278LA011, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 12 de Abril de 2013, residente no Namibe, casa s/n.º;

Segundo: — Divua de Fátima Fernandes Manuel, solteira, natural do Rangel, Província de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000439124LA036, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 13 de Novembro de 2012, residente no Namibe, Rua Cahumba, casa s/n.º;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição das referidas cópias dos bilhetes.

Por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Indústria de Confecções do Namibe, Limitada», com sede no Município do Namibe, Província do Namibe, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas) pertencente ao sócio Virgílio Sebastião da Silva, correspondente a 70% do capital, outra no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) pertencente à sócia Divua de Fátima Fernandes Manuel, correspondente a 30% do capital, perfazendo integralmente 100% do capital social.

Que a sociedade tem por objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do mesmo, que é um documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2, do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo, eles outorgantes, declaram ter pleno conhecimento pelo que fica dispensada a sua leitura.

Assim o outorgaram.

Arquivo:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 8 de Julho de 2014;

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, bem como a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto, no prazo de noventa dias.

Liquidado neste acto o imposto de selo no montante de Kz: 2.000,00.

Conta conferida e registada sob o n.º 001247717/2014. —
A Notária-Adjunta, *Nísia Nahomi Chipita Tavares Manuel*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DO NAMIBE, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Indústria de Confeções do Namibe, Limitada», com sede social na Província do Namibe, no Bairro comandante Valódia, junto a Rua da Comarca do Namibe, Município de Namibe, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agência ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, electricidade, serralharia, caixilharia de alumínio, agricultura e pecuária, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, exploração mineira e florestal, construção civil e obras públicas, projectistas de obras, fiscalização de obras, contabilidade e auditoria, comercialização de telefones e seus acessórios, transportes, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, declarações, serigrafia, panificação e pastelaria, geladaria, botequim, representações, impressões salão de cabeleireiro, agência de viagens, gestão, promoção e medicação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e

cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cybercafé, importação e exportação, actividade agrícola, prestação de serviço nos domínios industriais, marketing, publicidade, exploração e abastecimento de água.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertence o sócio Virgílio Sebastião da Silva, e a outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Divua de Fátima Fernandes Manuel, respectivamente.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio, Virgílio Sebastião da Silva, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas os sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, continuando a sua existência com os sócios e ou herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Namibe, com expressa renúncia a qual quer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17789-L01)

LUTIMA — Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 20 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 58, do livro de notas para escrituras diversas n.º 375, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Adelino Mateia, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cónego Manuel das Neves, Prédio n.º 1, rés-do-chão;

Segundo: — Chana António Zongo, solteira, maior, natural do Cacucaco, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Nguanhã, Casa n.º 1195;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, 20 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
LUTIMA — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A Sociedade adopta a denominação a firma «LUTIMA — Prestação de Serviços Limitada», e tem a sua sede em Luanda, Bairro Maianga, Rua Ferraz Bomboco, Casa n.º 983, Distrito Urbano da Maianga, podendo ser transferida para outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representações no País ou no estrangeiro quando os interesses sociais o aconselhem.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais, a partir da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social consiste em prestação de serviço, consultoria, auditoria, jurídica, fiscal, empresarial, comercial e financeira, formação, elaboração de estratégias comerciais de promoção e de comunicação, concepção de projectos, comércio geral, a grosso e a retalho, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais de valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Adelino Mateia e Chana António Zongo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre; porém, quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservada o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócio poderão fazer à sociedade os suprimentos que necessitar, mediante os juros e as condições que estipulares.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo ou fora dele; activa e passivamente, incumbe ao sócio designado adiante.

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Adelino Mateia, com dispensa de caução fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar na outra sócia ou uma pessoa estranha a sociedade, não podendo no entanto, praticar actos estranhos ao objecto social que engajem, a sociedade.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com 15 (quinze) dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos de destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão suportados os prejuízos se os houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente capaz, herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo este nomear um que a todos representa, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO 11.º

A sociedade dissolver-se-á nos casos e formas previstos na lei ou pela simples vontade dos sócios. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como acordarem.

Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social liquidado de forma global com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdades de condições.

ARTIGO 12.º

No omissão regularão as disposições da Lei n.º 1/04, «Lei das Sociedades Comerciais», as deliberações sociais, tomadas de forma legal e demais legislações aplicáveis.

(14-17493-L02)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge — Posto SIAC

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 2 do livro-diário de 1 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 237, folhas 117, do livro C-1/2014, se acha matriculada a comerciante em nome individual de Joana do Carmo João Manuel, solteira, de 37 anos de idade, residente na Rua D, Casa n.º 83, Zona 19, Bairro Tala Hadi, Município do Cazenga, Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio por grosso e a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, com o início das actividades de 1 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «J. C. J. L. M. — Comercial», de Joana do Carmo João Manuel, sito na Zona Industrial, Rua dos Funcionários, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, a 1 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17014-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge — Posto SIAC

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 25 de Agosto de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 236, folhas 116, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Manuel Paulo, solteiro, de 37 anos de idade, residente no Bairro Candombe Velho, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a grosso não especificados, com início em 21 de Agosto de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «M. P. — Comercial», de Manuel Paulo, sito no Bairro Kilamba Kiaxi, Uíge, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 25 de Julho de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17259-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge — Posto do SIAC

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto do SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 2 do livro-diário de 4 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 245, a folhas 122 do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Simão Bengui Luvumbo Pembele, solteiro, maior, de 24 anos de idade, residente na Rua D, Bairro Mbemba Ngango, Município e Província do Uíge, que usa a firma «o seu próprio nome», exerce a actividade de comércio por grosso e a retalho não especificados e outros serviços prestados, com o início de actividades em 2 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominados «S. B. L. P. — Comercial», de Simão Bengui Luvumbo Pembele, sito na Rua Dr. Agostinho Neto, junto ao antigo Banco Sol, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto do SIAC, no Uíge, aos 4 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17265-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC .**

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe, da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 2 do livro-diário de 19 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 258, folhas 127, verso, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual de Rafael Pereira Eduardo, solteiro, 24 anos de idade, residente no Bairro Quixicongo, Município e Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho de têxteis e de vestuário, construção geral de edifícios, e outros serviços prestados, com o início das actividades de 18 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «R. P. E. — Comercial», de Rafael Pereira Eduardo, sito no Centro da Cidade, Rua do Comércio, Prédio União, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 19 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17288-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Ricardo Tiago Malungulo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário 8 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que sob o n.º 249, folhas 123, do livro C-1/2014, se acha matriculada a comerciante em nome individual Dorita Docéu Quiacana Mequila, solteira, maior de 35 anos de idade, residente na Casa n.º 4, Zona 16, Bairro Ngola Kiluange, Município do Sambizanga, Província de Luanda, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade comércio por grosso e a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, com o início em 8 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «D. D. Q. M. — Comercial», de Dorita Docéu Quiacana Mequila, sito na Rua dos Funcionários, juntos da INE, Bairro Caquiuiã, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 8 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17290-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do SIAC**

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe, da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto SIAC.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 24 de Setembro de 2014, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 261, folhas 129, do livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Hedelberto Miguel Vemba Bernardo, solteiro, de 31 anos de idade, residente no Bairro Mbemba Ngango, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividades de comércio a grosso não especificados e prestação de serviço, com início em 23 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominados «H. M. V. B. — Comercial» de Hedelberto Miguel Vemba Bernardo, sito no Bairro Kaquiuiã, Rua do Café, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista, concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, aos 24 de Setembro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17294-L12)

**Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge —
Posto do Siac**

CERTIDÃO

Raul Alfredo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do Uíge — Posto Siac.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 24 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 262, Folha 162, do Livro C-1/2014, se acha matriculado o comerciante em nome individual Elsio Quilombo, solteiro, de 34 anos de idade, residente no Bairro Popular, Município do Uíge, Província do Uíge, que usa a firma o seu próprio nome, exerce a actividade de comércio a retalho não especificados e meios de transporte terrestre, com início em 23 de Setembro de 2014, tem escritório e estabelecimento denominado «E. Q. — Comercial», de Elsio Quilombo, sito no Bairro Popular n.º 1, Rua Norton de Matos, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto Siac, no Uíge, aos 24 de Setembro 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17295-L12)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 35 do livro-diário de 31 de Julho, do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3.608 a folhas 176 verso do livro B-54, se acha matriculado o comerciante em nome individual Augusto Lucas Martins, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município do Kilamba Kiaxi, Bairro do Camama, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de recreativas, n.e., outras actividades de serviços prestados às empresas, tem escritório e estabelecimento denominado «Alma Produções Serviços», situado no Município do Rangel, Bairro Marçal, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 156, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 5 de Agosto de 2009. — O conservador, *ilegível*.
(14-17208-L07)

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge

CERTIDÃO

Alves Ernesto, Conservador de 2.ª Classe da Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 1 do livro-diário de 9 de Novembro do ano em curso, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 796, a folhas 196 do livro C-1/2011, se acha matriculada a comerciante em nome individual Mankenda Verónica Mbale Lima, casada, residente no Uíge, Bairro Popular, n.º 1, Rua Henriques Felgas, Município e Província do Uíge, que usa a firma «M. V. M. L.», exerce a actividade de comércio a retalho não especificado com o início de actividades em 24 de Maio de 2011, tem escritório e estabelecimento denominados «M. V. M. L.», situados no centro da cidade, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge, no Uíge, aos 9 de Novembro de 2011. — O conservador de 2.ª classe, *ilegível*.
(14-17263-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0004.140912;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual José Jeremias Pinto Ramário, com o NIF 2301040542, registada sob o n.º 2014.218;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

José Jeremias Pinto Ramário;

Identificação Fiscal: 2301040542;

AP.4/2014-09-12 Matrícula

José Jeremias Pinto Ramário, solteiro, maior, de 21 anos de idade, natural do Negage, Província do Uíge, residente no Bairro Popular, Município do Negage, Província do Uíge, Portador do Bilhete de Identidade n.º 002854959UE039, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 10 de Maio de 2014, de nacionalidade angolana, usa a firma o seu nome; exerce as actividades de estabelecimentos de saúde com internamento, comércio a retalho de produtos farmacêuticos e cosméticos, com o início de actividades em 20 de Agosto de 2014, Contribuinte n.º 2301040542, tem escritório e estabelecimento denominado «José Jeremias Pinto Ramário», sito no Município do Negage, Bairro Popular, Centro Urbano, Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, no Uíge, aos 15 de Setembro de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raul Alfredo*.
(14-17286-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob apresentação n.º 0003.140922;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João Franklin Fernandes Domingos, com o NIF 2301044246, registada sob o n.º 2014.222;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Nota de Registo

Certifico que, sob o n.º 0002.140925, foi registada aos 25 de Setembro de 2014 a sociedade comercial denominada «João Franklin Fernandes Domingos», com a Identificação Fiscal 2301044246, sendo a sua sede no Uíge.

Tendo sido confirmado por via informática o seguinte registo:

AP.2/2014-09-25 Averbamento

A firma e o estabelecimento denomina-se «J. F. — Comercial de João Franklin Fernandes Domingos» e não «João Franklin Fernandes Domingos».

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, aos 22 de Setembro de 2014. — A ajudante, *ilegível*. (14-17287-L12)

Conservatória dos Registos do Uíge

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0005.140910;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cláudio Marques Pumba, com o NIF 2307000569, registada sob o n.º 2014.215;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Cláudio Marques Pumba;

Identificação Fiscal: 2307000569;

AP.5/2014-09-10 Matrícula

Cláudio Marques Pumba, solteiro, maior, de 27 anos de idade, natural do Uíge, Província do Uíge, residente no Bairro Caquiúia, Zona I, Município e Província do Uíge, portador do Bilhete de Identidade n.º 002150541UE039, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Uíge, aos 3 de Agosto de 2012, de nacionalidade angolana, usa a firma «o seu nome», exerce as actividades de comércio a retalho não especificado e prestação de serviços, com o início de actividades em 5 de Setembro de 2014, Contribuinte n.º 2307000569, tem escritório e estabelecimento denominados «Cláudio Marques Pumba», sito no Uíge, Bairro Papelão, Zona I, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos do Uíge, no Uíge, aos 10 de Setembro de 2014. — O Conservador de 3.ª Classe, *Raul Alfredo*. (14-17266-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo

CERTIDÃO

Alves Ernesto, Conservador de 2.ª Classe, Conservador dos Registos da Comarca do Congo no Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 2 do livro-diário de 16 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 590, a folhas 91, verso, do livro C-1, se acha matriculada a comerciante em nome individual de Nzongo Inês, solteira, maior, residente no Município do Uíge, Centro da Cidade, Rua do Comércio, Casa n.º 8-C, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio geral, a grosso e a retalho, tem escritório e estabelecimento denominado «Nzongo Inês», situado na Rua Comandante Nzaji, Município e Província do Uíge.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge, aos 23 de Outubro de 2009. — O conservador, *ilegível*. (14-17289-L12)

Conservatória dos Registos da Comarca do Congo, no Uíge — Posto do SIAC

CERTIDÃO

Raúl Alfredo, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC do Uíge.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 2 do livro-diário de 19 de Setembro de 2014, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada «Eliednapa, Limitada», com a sede no Uíge, Bairro Popular n.º 2, Município e Província do Uíge, registada sob o n.º 137, folhas 107, verso, do livro C-1/2014, e com escrita a folhas 50, versos, a 51, do livro E-2, sob n.º 137/2014.

Certifico que, a sobredita sociedade tem o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas iguais, e com objecto social, comércio geral, a grosso e a retalho, agricultura, pecuária e pescas, indústria, apicultura, avicultura, prestação de serviços, serviços e venda de produtos farmacêuticos e hospitalares, bens alimentares industriais, saneamento básico e ambiental construção civil e obras públicas, educação e ensino, hotelaria e turismo, transportes rodoviários e marítimos, automóveis pesados, ligeiros, motociclos, quer novos ou de ocasião e seus acessórios, telecomunicações, produção e comercialização de materiais de construção, exploração florestal, geologia e minas, pesquisa, prospecção e exploração de hidrocarbonetos, actividade extractiva, distribuidora, imobiliária, segurança privada, representações, importação e exportação, consultoria e acessória económica, financeira e jurídica. Podendo ainda dedicar-se a outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

São seus sócios Alexandre Paca Domingos, Palmira Josenilda Estêvão Rodrigues, Gerson Aricleny Estêvão Fernando e Másia da Consolação Estêvão Fernando, todos

com uma quota no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte cinco mil kwanzas), cada um, respectivamente.

A gerência e administração da sociedade, será exercida pelo primeiro sócio, que dispensada de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial, Posto SIAC, no Uíge, a 1 de Setembro 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17292-L12)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 112, do livro-diário de 16 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4712/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Victor Arnaldo Pacheco, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Casa n.º 37, Zona 17, que usa a firma «VICTOR ARNALDO PACHECO — Transportes e Logística», exerce a actividade de auxiliares dos transportes terrestres, tem escritório e estabelecimento denominado «V. A. — Transportes & Logística», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro de Talatona, Rua do SIAC, Casa n.º 071.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 16 de Outubro de 2014. — O conservadora-adjunta, *ilegível*.
(14-17336-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 85 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4724/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Anderson Vladmiro Pereira Machado, solteiro, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga,

Bairro Comandante Valódia, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 107, 2.º/342, que usa a firma «A. V. P. M. — Comércio Geral», exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares e de tabaco e prestação de serviço, tem escritório e estabelecimento denominado «Machado — Comércio Geral», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro do Nelito Soares, Rua do Monssão B 5, Casa n.º 15.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*.
(14-17363-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 87 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4725/14, se acha matriculado a comerciante em nome individual Anabela da Conceição Simbovola Credo, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito da Samba, Bairro Benfica, Rua 1, Casa n.º 54, Zona 3, que usa a firma «ANABELA DA CONCEIÇÃO SIMBOVOLA CREDO — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho e prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «Enzelwandi», situado em Luanda, Município do Cacucaco, Bairro Ecocampo, Avenida 4 Fevereiro, Casa n.º 81-B.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*.
(14-17368-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 36 do livro-diário de 20 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.722/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Domingos Tiburcio Mampumbu, solteiro, maior, residente em Luanda,

Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, casa s/n.º, que usa a firma «DOMINGOS TIBÚRCIO MAMPUMU — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho n. e., prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «DOMINGOS TIBÚRCIO MAMPUMU — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Icolo e Bengo, Bairro Mazozo, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 20 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17369-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que, me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 47 do livro-diário de 20 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.731/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Ruth Makiesse Fidel, solteira, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Cazenga, Casa n.º 54, Zona 18, que usa a firma «RUTH MAKIESSE FIDEL — Comércio, Salão de Beleza e Boutique», exerce a actividade de salões de cabeleireiro e institutos de beleza, comércio a retalho de têxteis e de vestuário tem escritório e estabelecimento denominado «RUTH FIDEL — Comércio, Salão de Beleza e Boutique», situado em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua São Vicente, Casa 43.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 20 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17519-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto, da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 62 do livro-diário de 17 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.720/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual Dulce Isabel da Silva, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Cacucaco, Bairro Nova Urbanização, Casa n.º 11, que usa a firma «Dulce Isabel da Silva — Hotelaria», exerce a actividade de restaurantes com lugares ao balcão (snack-bars), tem escritório e estabelecimento denominado «Restaurante Dusabores», situado em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua General M, Libório n.º 58, Zona 17.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 17 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17364-L02)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Kilamba Kiayi**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.140728;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Joaquim Mendes Cardoso de Almeida Mangureira, com o NIF 2460005202, registada sob o n.º 2014. 1646;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

Joaquim Mendes Cardoso de Almeida Mangureira;

Identificação Fiscal: 2460005202

AP.1/2014-07-28 Matricula

Joaquim Mendes Cardoso de Almeida Mangureira, solteiro, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Havemos de Voltar, Rua n.º 25, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cyber café, tem o escritório e estabelecimento denominados «Joaquim Mendes Cardoso de Almeida Mangureira», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Kilamba Kiayi, aos 28 de Julho de 2014. — A Brigadista, Ana Mateus Agostinho Domingos e Domingos. (14-18652-B13)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Kilamba Kiayi**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0016.140613;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Ricardo João Matias, com o NIF 2460029748, registada sob o n.º 2014. 1566;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Ricardo João Matias;

Identificação Fiscal: 2460029748

AP.16/2014-06-13 Matrícula

Ricardo João Matias, solteiro, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf, Rua n.º 2, Casa n.º 2, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de geladaria, tem o escritório e estabelecimento denominados «Ricardo João Matias», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Kilamba Kiaxi, aos 13 de Junho de 2014. — A Brigadista,
Ana Mateus Agostinho Domingos e Domingos.

(14-18654-B13)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Kilamba Kiaxi**

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.140807;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Zita Inácio Velho João, com o NIF 24600310177, registada sob o n.º 2014. 1661;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Zita Inácio Velho João;

Identificação Fiscal: 24600310177

AP.2/2014-08-07 Matrícula

Zita Inácio Velho João, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua O, Casa n.º 108, Zona 12, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de cabeleireiro, tem o escritório e estabelecimento denominados «Zita Inácio Velho João», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Kilamba Kiaxi, aos 7 de Agosto de 2014. — A Brigadista,
Ana Mateus Agostinho Domingos e Domingos.

(14-18655-B13)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município da Restinga**

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0014.141002;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual R.B.J. — Prestação de Serviços, com o NIF 2012014011, registada sob o n.º 2014.2648;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

R. B. J. — Prestação de Serviços;

Identificação Fiscal: 2012014011;

AP.14/2014-10-02 Matrícula

Ramiro Bernardo Júnior, solteiro, maior, residente no Lobito, Bairro da Vista Alegre, usa como firma «R. B. J. — Prestação de Serviços» de Ramiro Bernardo Júnior, exerce o comércio de prestação de serviços, serralharia, tem o principal estabelecimento comercial e escritório no Município do Lobito, Bairro da Vista Alegre, tendo iniciado as suas operações comerciais em 11 de Agosto de 2014.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município da Restinga, aos 3 de Outubro de 2014. — A 2.ª Ajudante do Conservador, *Mafalda Correia.*

(14-19437-B07)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município de Benguela**

CERTIDÃO

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.121221;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Avelino Gunga Cambuta, com o NIF 2110016566, registada sob o n.º 2012.1356;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Avelino Gunga Cambuta;

Identificação Fiscal: 2110016566;

AP.1/2012-12-21 Matrícula

Início de actividade do comerciante em nome individual: Avelino Gunga Cambuta, solteiro.

Domicílio: Benguela, Bairro dos Navegantes, casa s/n.º
Data: 6 de Dezembro de 2012.

Nacionalidade: Angolana.

Ramo de actividade: prestação de serviços (taxista).

Estabelecimento principal: situado em Benguela, no Bairro dos Navegantes, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela, aos 14 de Janeiro de 2013. — A Conservadora, *Isabel Beatriz Roque da Cruz*.

(14-19450-B05)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0003.130103;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Arcanjo Monteiro Atende Bernardo, com o NIF 2110004789, registada sob o n.º 2013.1370;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Arcanjo Monteiro Atende Bernardo;

Identificação Fiscal: 2110004789;

AP.3/2013-01-03 Matrícula

Início de actividade do comerciante em nome individual

Arcanjo Monteiro Atende Bernardo, solteiro.

Domicílio: Benguela, Bairro da Cambanda, casa s/n.º, Zona A.

Data: 1 de Agosto de 2012.

Nacionalidade: angolana.

Ramo de actividade: Comércio geral.

Estabelecimento principal situado em Benguela, no Bairro Cambandjela, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela, aos 14 de Janeiro de 2013. — A Conservadora, *Isabel Beatriz Roque da Cruz*.

(14-19451-B05)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0014.120711;

c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Adelina José, com o NIF 2111079685, registada sob o n.º 2012.101;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Adelina José;

Identificação Fiscal: 2111079685;

AP.14/2012-07-11 Matrícula

Início de actividade do comerciante em nome individual Adelina José, solteira.

Domicílio: em Benguela, Bairro da Caponte, casa s/n.º

Data: 28 de Julho de 2012.

Nacionalidade: angolana.

Ramo de actividade: Comércio geral.

Estabelecimento principal denominado «Adelina José — Comercial», situado em Benguela, Bairro da Caponte City, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela, aos 19 de Julho de 2012. — A Conservadora, *Isabel Beatriz Roque da Cruz*.

(14-19452-B05)

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0020.120709;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Alexandre Sitongua, com o NIF 2110000970, registada sob o n.º 2012.72;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Alexandre Sitongua;

Identificação Fiscal: 2110000970;

AP.20/2012-07-09 Matrícula

Início de actividade do comerciante em nome individual Alexandre Sitongua, solteiro, maior.

Domicílio: Em Benguela, no Bairro Atlântico, Zona B, casa s/n.º

Data: 27 de Junho de 2012.

Nacionalidade: angolana.

Ramo de actividade: Comércio geral.

Estabelecimento principal denominado «Cantinho do Sitongua» de Alexandre Sitongua, situado no Bairro Atlântico, Zona B, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela, aos 6 de Dezembro de 2012. — A Conservadora, *Isabel Beatriz Roque da Cruz*.

(14-19453-B05)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município de Benguela**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0022.120821;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Aurélio José Pequeno, com o NIF 2110001674, registada sob o n.º 2012.591;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Aurélio José Pequeno;

Identificação Fiscal: 2110001674;

AP.22/2012-08-21 Matrícula

Início de actividade do comerciante em nome individual

Aurélio José Pequeno, solteiro.

Domicílio: Benguela, Bairro da Goa, casa s/n.º, Zona B.

Data: 4 de Julho de 2012.

Nacionalidade: angolana.

Ramo de actividade: Comércio geral.

Estabelecimento principal situado em Benguela, no Bairro da Goa, casa s/n.º, Zona B.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela, aos 6 de Dezembro de 2012. — A Conservadora, *Isabel Beatriz Roque da Cruz*.

(14-19455-B05)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município de Benguela**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.121107;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual António de Jesus Mota Lemos, com o NIF 2111091731, registada sob o n.º 2012.1246;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

António de Jesus Mota Lemos;

Identificação Fiscal: 2111091731;

AP.2/2012-11-07 Matrícula

Início de actividade do comerciante em nome individual

António de Jesus Mota Lemos, solteiro.

Domicílio: Benguela, Rua Cândido dos Reis, Casa n.º 2, Zona C.

Data: 23 de Outubro de 2012.

Nacionalidade: angolana.

Ramo de actividade: Prestação de serviços (cozinha).

Estabelecimento principal situado em Benguela, Rua Cândido dos Reis, Casa n.º 2, Zona C.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela, aos 5 de Dezembro de 2012. — A Conservadora, *Isabel Beatriz Roque da Cruz*.

(14-19456-B05)

**Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor
do Município de Benguela**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0018.120802;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Zeferino Tiquete, com o NIF 2110004878, registada sob o n.º 2012.327;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Zeferino Tiquete;

Identificação Fiscal: 2110004878;

AP.18/2012-08-02 Matrícula

Início de actividade do comerciante em nome individual Zeferino Tiquete, solteiro.

Domicílio: Benguela, Bairro dos Navegantes.

Data: 2 de Agosto de 2012.

Nacionalidade: angolana.

Ramo de actividade: comércio geral.

Estabelecimento principal situado em Benguela, no Bairro dos Navegantes.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Registo Comercial Balcão Único do Empreendedor do Município de Benguela, aos 7 de Agosto de 2012. — A Conservadora, *Isabel Beatriz Roque da Cruz*.

(14-19457-B05)